



Atualização do Diagnóstico Participativo

Versão Simplificada

Executante



Empreendedor



Órgão Licenciador



A realização do Projeto Redes é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Parceiros



Sumário

A. Introdução, Base Conceitual e Metodologia	4
A1. Introdução.....	5
A2. Pressupostos conceituais.....	5
A3. Metodologia	9
B. O macroterritório e os mesoterritórios: análises municipais e regional	13
B1. O Macroterritório	13
B2. O Mesoterritório do Rio de Janeiro (Meso RJ).....	19
B2.1. Mangaratiba	19
B2.2. Angra dos Reis	20
B3. O Mesoterritório Interestadual (Meso Inter)	23
B3.1. Paraty.....	23
B3.2. Ubatuba	25
B4. O Mesoterritório de São Paulo (Meso SP)	26
B4.1. Caraguatatuba	26
B4.2. São Sebastião.....	28
B4.3. Ilhabela	29
C. Organização Comunitária	31
C1. Introdução, conceitos e contextualização	31
C2. Etapas.....	33
C3. As comissões de base.....	34
C4. As organizações comunitárias nos registros de atividade	37
C5. OFPC sobre organizações comunitárias (julho de 2024)	38
C6. Mapeamento das atividades (2021-2025).....	40
C7. Conclusão	41
D. Conflitos ambientais e territoriais, gestão e defesa do território	43
D1. Introdução, conceitos e contextualização	43
D2. Análise da base de dados	44
D3. Mapeamento das atividades (2021-2025).....	46
D4. O curso de Defensoras e Defensores dos Territórios Tradicionais	48
D5. Estudos de Caso	48
E. Impactos do Petróleo e Gás.....	49
E1. Introdução, conceitos e contextualização	49
E2. Análise da base de dados	53
E3. Mapeamento das atividades (2021-2025).....	53
E4. O tema do Licenciamento Ambiental nos cursos	56
E5. Estudo de caso: monitoramento e avaliação das audiências públicas da Etapa 4 do Pré-sal na Bacia de Santos	58
F. Unidades de Conservação	59
F1. Introdução, conceitos e contextualização do tema	59
F2. Análise da base de dados.....	62
F3. Mapeamento das atividades (2021-2025)	64
F4. Estudos de caso	67
G. Desastres e Riscos.....	70
G1. Introdução, conceitos e contextualização	70

G2. Análise da base de dados	72
G3. Mapeamento das atividades sobre o tema (2021-2025)	75
G4. O curso de Gestão de Riscos e Desastres	77
G5. Estudos de caso	78
H. Água e Saneamento	80
H1. Introdução, conceitos e contextualização	80
H2. Análise da base de dados	81
H3. Mapeamento das atividades (2021-2025)	83
H4. O curso de Saneamento Ecológico	84
H5. Estudos de Caso	85
I. Pesca Artesanal.....	86
I1. Introdução, conceitos e contextualização	86
I2. Análise da base de dados	89
I3. Mapeamento das atividades (2021-2025)	91
I4. O curso de Pesca Artesanal	92
I5. Estudos de caso	93
J. Turismo de Base Comunitária.....	95
J1. Introdução, conceitos e contextualização	95
J2. Análise da base de dados	96
J3. Mapeamento das atividades (2021-2025)	98
J4. O curso de TBC	99
J5. Estudos de caso	101
K. Agroecologia e Roça Tradicional	102
K1. Introdução, conceitos e contextualização	102
K2. Análise da base de dados	103
K3. Mapeamento das atividades (2021-2025)	104
K4. O Curso de Saúde e Cultura	106
K5. Estudos de Caso	107
L. Educação Diferenciada.....	108
L1. Introdução, conceitos e contextualização	108
L2. Análise da base de dados	110
L3. Mapeamento das atividades (2021-2025)	110
L4. O Curso de Educação Diferenciada.....	112
L5. Estudos de caso	112
M. Cultura, Artesanato e Comunicação Popular	116
M1. Introdução, conceitos e contextualização	116
M2. Análise da base de dados	117
M3. Mapeamento das atividades (2021-2025)	119
N. Resposta à solicitação 3 do Parecer do Ibama: recomendações de ampliação das comunidades abrangidas pelo Projeto Redes na Fase 3	120
N1. Leitura do EIA-RIMA da Etapa 4 do Pré-Sal Revisão 01/2024	120
N2. O recorte espacial do Projeto Redes	123
N3. Descrição das comunidades incluídas	128
Referências bibliográficas.....	133

A. Introdução, Base Conceitual e Metodologia

A1. Introdução

O produto Atualização do Diagnóstico Participativo foi previsto no Plano de Trabalho do Projeto Redes (Resultado 15. Ações de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento, pg. 43 e VI. Atividade prevista para a Atualização do Diagnóstico Participativo, pg. 46). O Anexo X do Plano de Trabalho se concentra no detalhamento da avaliação e monitoramento do projeto. Ele orienta para o diálogo com a organização dos blocos temáticos. O trabalho de atualização do diagnóstico participativo foi iniciado em meados de 2022, após o primeiro ano de execução da Fase 2, quando a equipe já havia iniciado o trabalho de campo. Como primeiro passo, foram feitas a leitura e a análise crítica dos diagnósticos participativos das fases anteriores.

A2. Base conceitual

Os pressupostos conceituais consideram o acúmulo entre as diferentes fases do Projeto Redes e os documentos orientadores da Rede de Formação Socioambiental, o arcabouço conceitual do licenciamento ambiental federal, o potencial integrador dos conceitos e sua apropriação local pelos sujeitos da ação educativa, valorizando as comunidades como lócus de elaboração e reflexão conceitual, não só de assimilação prática e empírica.

O mapa conceitual do Projeto Redes se articula a partir de três principais eixos: 1) educação, 2) território, 3) organização comunitária e gestão ambiental. Os eixos estão ancorados na Linha de Ação A do PEA (Ibama, 2010), à qual o Projeto Redes se vincula., e ao Plano Macrorregional de Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras, em elaboração no contexto do Eixo 4 do Plano Macro (Parmis, 2023).

O *território* é também um conceito operativo, contido nas diretrizes do Ibama ao longo da última década, mas que é colocado em evidência no Eixo 4 do Plano Macro (Parmis, 2023), quando se fala de “segurança territorial” das comunidades pesqueiras. A educação ambiental crítica propugnada para a mitigação dos impactos dos empreendimentos deve considerar “a incidência

preponderante dos impactos socioambientais sobre diferentes grupos sociais e territórios” e “a qualidade ambiental como elemento essencial para manutenção da saúde dos territórios” (Parmis, 2023, p.4). Aqui, na visão da instituição executora, se explicita tanto a relação entre grupos sociais e territórios, que podemos encontrar nos territórios tradicionais, quanto a relação entre território, ambiente e saúde, articulada a partir do conceito de territórios sustentáveis e saudáveis.

A elaboração conceitual dos eixos incorpora ainda o acúmulo de experiências políticas e educacionais desenvolvidas regionalmente, ao longo das Fases 1 e 2 do Projeto Redes e no diálogo com instituições, movimentos sociais e organizações comunitárias atuantes no macroterritório do Projeto Redes. Desta forma, considera-se que as especificidades territoriais, políticas e sociais do litoral sul fluminense e do litoral norte paulista contribuem de forma original para o modo como se deve pensar a execução da condicionante. Importante destacar a contribuição das equipes para a geração de um conhecimento acumulado sobre o território, após mais de 7 anos de execução do PEA.

As especificidades territoriais se encontram nas características geográficas, no histórico de invasão colonial, nos processos de expropriação territorial advindos com a abertura da BR-101 e nas territorialidades emergentes que são comuns ao macroterritório de atuação do Projeto Redes. As especificidades sociais podem ser verificadas na constituição sociocultural original que se produziu historicamente a partir do processo colonial (do século XVI ao início do século XIX), da crise do sistema escravocrata e monocultural (meados do século XIX e à primeira metade do século XX) e das interações entre a população local e os imigrantes e turistas (pós-anos 1970). As especificidades políticas são marcadas pelas formas de organização política e os ciclos de luta e ação social que se instituíram a partir do embate entre comunidades tradicionais e empreendimentos que impactaram seus territórios e modos de vida.

A geografia do macroterritório é marcada por uma faixa litorânea estreita, comprimida entre o mar e a Serra do Mar. Além do continente, diversas ilhas compõem o quadro geográfico regional, sendo as maiores a Ilha Grande, no Rio de Janeiro, a Ilha de São Sebastião, que constitui a maior porção territorial do

município de Ilhabela, em São Paulo. Os litorais dos dois estados se diferenciam também pela ocorrência da Baía da Ilha Grande, no sul fluminense, enquanto o litoral norte de São Paulo se defronta com um mar aberto. A cobertura vegetal original era predominantemente Mata Atlântica, cujos remanescentes até hoje são encontrados, marcando a paisagem característica do encontro entre mar, montanha e floresta.

Uma leitura a partir do território, da formação social das comunidades e dos conflitos e modos de organização política permite entender a pesca artesanal, os pescadores e pescadoras artesanais e as comunidades pesqueiras de uma forma mais ampla e integrada do que a mero vínculo com uma atividade setorial da produção. É preciso ampliar a visão do trabalho produtivo da pesca para a dimensão coletiva da produção e da reprodução material e simbólica da vida social (Diegues, 2000; Rios, 2016). Desta forma, entende-se as comunidades pesqueiras como comunidades tradicionais, muitas delas auto identificadas como caiçaras, quilombolas ou indígenas – ou mesmo somente enquanto pescadores artesanais, que são por si só uma categoria de comunidade tradicional prevista no Decreto 6040/2007.

A formação socioterritorial das comunidades tradicionais pesqueiras da Costa Verde apresenta diferenças em relação a outras áreas de atuação de PEAs no âmbito do licenciamento ambiental federal das atividades de petróleo e gás offshore nas Bacias de Santos e Campos, o que confere uma especificidade à maneira como se desenvolve a educação ambiental no Projeto Redes. O quadro 1 sintetiza as implicações das especificidades territoriais, sociais e políticas para as formulações do projeto, que pode ser lida com maior detalhe no anexo Pressupostos Conceituais do Plano de Trabalho da Fase 3 (Fiotec, 2024).(Fiotec, 2024).

Quadro 2: Síntese das especificidades territoriais, sociais e políticas e suas implicações conceituais

	Quais são?	Educação/ Saberes	Territórios	Gestão
Territoriais	Apropriação colonial (papel na entrada de escravizados e monocultura); ~1850-1950 e recuperação da Mata Atlântica; abertura da BR-101, novo ciclo de disputa do território entre comunidades, empreendimentos, turismo e UCs.	Acesso tardio à educação escolar, marcado pela dificuldade de acesso por mar, nas ilhas e costeiras. Saberes relacionados à terra e ao mar, manejo sustentável dos recursos naturais.	Territórios tradicionais (terras indígenas, quilombos, comunidades caiçaras), Unidades de Conservação, padrão altamente assimétrico de segregação (condomínios e hotéis de luxo vs. Comunidades, periferias, áreas de risco)	Defesa do território como aspecto central da luta social das comunidades tradicionais. Luta por direitos territoriais, políticas públicas específicas e segurança territorial.
Sociais	Comunidades pesqueiras e tradicionais com cultura viva, urbanização gerando mudanças de padrão cultural e de consumo, pressões econômicas trazidas por empreendimentos energéticos, imobiliários e turísticos.	Formas próprias de transmissão de conhecimento através dos mestres e mestras; processo histórico de subalternização cultural, ao qual se contrapõem a recuperação e a afirmação dos conhecimentos tradicionais e seu potencial articulado aos conhecimentos escolares e acadêmicos.	Concepções alternativas de desenvolvimento, com a valorização do Bem Viver, manutenção/promoção de Territórios Sustentáveis e Saudáveis e a economia solidária.	Organizações comunitárias vinculadas à luta pela terra, associativismo local e defesa de territórios tradicionais, cujas pautas não se restringem a terra e trabalho, mas à totalidade da vida social (cultura, identidade, saberes, práticas, relação com a natureza etc.)
Políticas	Ciclos de luta e ação social (sindicatos rurais, associação de moradores, movimentos sociais de base étnica e territorial. Ex: FCT)	Luta pelo acesso à educação e pela educação diferenciada, políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial e valorização cultural através do fortalecimento da pesca artesanal, do turismo de base comunitária, da agroecologia e da culinária tradicional.	Defesa do território como aspecto central da luta social das comunidades tradicionais. Justiça socioambiental e governança e gestão territorial (associados a luta por direitos territoriais, políticas públicas específicas e segurança territorial) Soluções tecnopolíticas baseadas na natureza e nos modos tradicionais de saber/fazer.	Estrutura político-institucional dos municípios não dá conta das pressões ambientais e/ou são capturadas pela influência do poder econômico. Organização comunitária busca incidir na gestão ambiental e territorial com movimento social e aliados institucionais (Ex: instituições federais, mais autônomas em relação ao poder municipal).

A3. Metodologia

Os diagnósticos participativos anteriores incluíram o de São Paulo (Walm, 2012), o do Rio de Janeiro (Mineral, 2014) e o Relatório Final do PEA Costa

Verde Fase 1 (Mineral, 2020), que continha uma atualização do diagnóstico participativo, já com o recorte da Costa Verde. Após uma sistematização do conteúdo dos três diagnósticos participativos publicados, comparando-se as metodologias e categorias adotadas por cada um, o GT Pesquisa então encaminhou o aprofundamento da leitura sobre os conflitos ambientais, a análise das organizações comunitárias, a caracterização da pesca e a gestão ambiental do território, o que ocorre entre maio e julho de 2022.

O Diagnóstico Participativo – PEA São Paulo (Walm, 2012) foi dividido em três segmentos do litoral paulista, sendo que somente o do Litoral Norte fez parte do recorte territorial da fase atual, onde se tratava dos municípios de Ubatuba, Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião, que passaram a compor o PEA Costa Verde Fase I a partir de 2017. O Diagnóstico Participativo - PEA Rio de Janeiro (Mineral, 2014) cobria a Baía da Ilha Grande (Paraty e Angra dos Reis) e a Baía de Sepetiba (Mangaratiba, Itaguaí e zona oeste do Rio de Janeiro). Somente os municípios de Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba foram incorporados ao PEA Costa Verde Fase I. O Relatório Final PEA Costa Verde Fase I (Mineral, 2020) cobria 69 comunidades em Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty, Ubatuba, Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião, mesmos municípios do Projeto Redes (PEA Costa Verde Fase II), que passou a incorporar 42 comunidades a mais do que a Fase I. Buscamos então verificar elementos comuns e diferenças nos diagnósticos de SP (2012), RJ (2014) e Costa Verde (2020), refletindo sobre como integrar com Plano de Trabalho do Projeto Redes, apresentado em 2021.

O DP- SP 2012 e o DP-RJ 2014 apresentavam uma estrutura bastante similar, iniciando com caracterização, dados secundários e análise municipal e regional. Em seguida se apresenta a metodologia participativa adotada, com a seleção de agentes locais, as oficinas de nivelamento conceitual e planejamento, a definição das ferramentas de Diagnóstico Participativo, a mobilização dos grupos sociais, as reuniões e a sistematização dos resultados e análise.

A Atualização do Diagnóstico Participativo buscou agregar os resultados dos relatórios anteriores, atualizando os dados e expandindo a análise para as comunidades que não estavam incluídas. A organização temática da Atualização do Diagnóstico Participativo segue a estrutura proposta pelos blocos temáticos do Projeto Redes.

Buscou-se incluir em cada seção estudos de caso, uma vez que as abordagens totalizantes são insuficientes. A escolha dos casos buscou abarcar comunidades de cada um dos meses, de acordo com temas significativos para essas comunidades. Como não é possível apresentar o mesmo grau de profundidade para todas as 111 comunidades, os exemplos ajudam a compreender de que maneira cada tema está sendo desenvolvido.

A organização temática busca estabelecer uma correspondência entre a distribuição dos temas síntese de cada bloco temático e o formato de diagnóstico participativo existente, que continha as análises municipais e regional, a gestão ambiental do território, a análise das organizações comunitárias e a caracterização da pesca.

Em outubro de 2022 foi apresentado um resultado parcial, uma síntese dos diagnósticos participativos anteriores, a elaboração metodológica para abordar os diferentes temas distribuídos entre os três blocos temáticos do Projeto Redes e a discussão conceitual sobre educação diferenciada, conflitos ambientais e territoriais e gestão ambiental do território. Em 2023, foram entregues avanços nas seções sobre conflitos ambientais e territoriais e desastres ambientais. Em 2024, foram entregues a análise das organizações comunitárias e avanços nas seções sobre conflitos ambientais e territoriais, desastres ambientais e unidades de conservação.

As sucessivas fases do PEA têm como um dos resultados a produção de informações sobre a região, que podem ser trabalhadas como fonte de pesquisa. A atuação dos pesquisadores no Projeto Redes implica um envolvimento direto nos processos de mobilização e formação que são também um meio de acessar o campo de estudo. Além disso, diversas pesquisas têm sido realizadas nessa região abordando estudos de caso locais ou regionais, a partir de diferentes enfoques. O desafio foi o de transformar os estudos e pesquisas em conhecimento territorializado, que permita fortalecer as organizações comunitárias dos sujeitos da ação educativa, isto é, comunidades pesqueiras e tradicionais, diretamente envolvidas nos conflitos.

O produto Levantamento e Sistematização dos Dados Secundários estava previsto no Plano de Trabalho do Projeto Redes. O objetivo é “subsidiar as ações do projeto a partir da pesquisa e coleta de informações pertinentes ao desenvolvimento da Fase II do PEA Costa Verde. Segundo as orientações do

mesmo documento, esses dados devem ser sistematizados em uma planilha de Excel e atualizados constantemente”.

O levantamento de artigos, livros, teses, dissertações etc., referentes à área de atuação do Projeto Redes devem ser chamados de levantamento bibliográfico. Esse produto foi entregue no 2º Relatório Anual (2022).

Já a sistematização de dados de diversas fontes, que podem ser tabulados, chamamos de dados secundários, ou mesmo dados primários, quando são sistematizados a partir dos trabalhos de campo e ações do Projeto Redes. A base de dados deve alimentar e qualificar o diagnóstico participativo, além de possuir uma interface com o monitoramento das atividades, principalmente com os indicadores temáticos.

As informações no âmbito do Projeto Redes estão organizadas em tabelas que em sua grande maioria se referem a cinco tipos de informação: comunidades, atividades, pessoas, organizações e temas.

As tabelas sobre as comunidades se referem tanto ao levantamento de informações da realidade de cada comunidade, considerando os temas principais (blocos temáticos), quanto às informações sobre a atuação do Projeto Redes em cada comunidade.

A tabela sobre as atividades foi gerada a partir do preenchimento dos formulários de cada atividade, com informações referentes a data, local, tema, objetivos, participação e avaliação da atividade. Esse sistema foi implementado a partir de março de 2023. Antes disso, havia somente os relatórios mensais, com as evidências enviadas separadamente. Com o formulário, as informações passaram a estar tabuladas e puderam ser sistematizadas de forma a gerar os indicadores de monitoramento e avaliação. Posteriormente, as informações referentes ao período de maio de 2021 (quando se inicia o trabalho de campo) a fevereiro de 2023 foram tabuladas a partir da leitura dos relatórios mensais.

A tabela sobre as pessoas detalha em especial a equipe, os inscritos e cursistas da Rede de Formação Socioambiental e as comissões de base. A cada curso, as inscrições originaram as listas de inscritos, principal fonte de informações. As listas foram unificadas numa única tabela.

A tabela de organizações foi elaborada a partir da menção às organizações participantes de atividades promovidas pelo Redes nos relatórios mensais e nos formulários de atividades.

Por fim, o acompanhamento dos temas se dá a partir de como eles se manifestam nos blocos temáticos, nos cursos e nas atividades realizadas. Os diferentes temas foram agrupados em temas síntese, que por sua vez estão vinculados a cada um dos blocos temáticos.

Foi elaborada uma tabela base contendo todas as comunidades situadas nos sete municípios de atuação do Projeto Redes. A partir dessa tabela foram agregadas variáveis das diferentes fontes de pesquisa, dados primários e secundários oriundos dos processos em andamento e dos trabalhos do GT Pesquisa.

Em relação às unidades de análise, a comunidade é a principal unidade de análise. No Projeto Redes, as 111 comunidades são agregadas de pequenas comunidades, por exemplo, Peres/Oeste. Em outros casos temos comunidades urbanas definidas como bairros, por exemplo, o centro de Mangaratiba. Na maior parte são comunidades que se auto identificam a partir de sua singularidade. Por exemplo, Trindade é uma comunidade de Paraty onde existem várias praias (Cepilho, do Meio, Caxadaço etc.), mas que se auto identifica como uma única comunidade. Já o Saco do Mamanguá está dividido em diferentes comunidades (Ponta da Romana, Baixio, Currupira, Cruzeiro etc.) que ora se identificam separadamente, ora como uma única comunidade agregada como Saco do Mamanguá.

A base de dados subsidiou a atualização do diagnóstico participativo. Junto aos educadores e de fontes secundárias, foi iniciado o levantamento de dados sobre os temas que compõem os blocos temáticos, buscando caracterizar cada comunidade em relação ao território, população, acessibilidade, atividades econômicas e culturais (em especial pesca, turismo, agroecologia, artesanato e festas/mutirões), organização comunitária, impactos de empreendimentos, conflitos territoriais, gestão ambiental e educação. O objetivo foi o de identificar as principais demandas de cada comunidade e avaliar em que medida estão sendo desenvolvidas pelo projeto atividades e temas geradores que vão ao encontro dessas demandas.

Importante destacar que o questionário é elaborado a partir da percepção dos educadores sobre as comunidades em diferentes temas, o que pode variar de acordo com o tempo de atuação do educador nos territórios, com a afinidade temática, as experiências anteriores, a formação, dentre outros fatores. Apesar

de seus limites, o resultado serve como ponto de partida para pesquisas complementares.

B. Análises municipais e regional

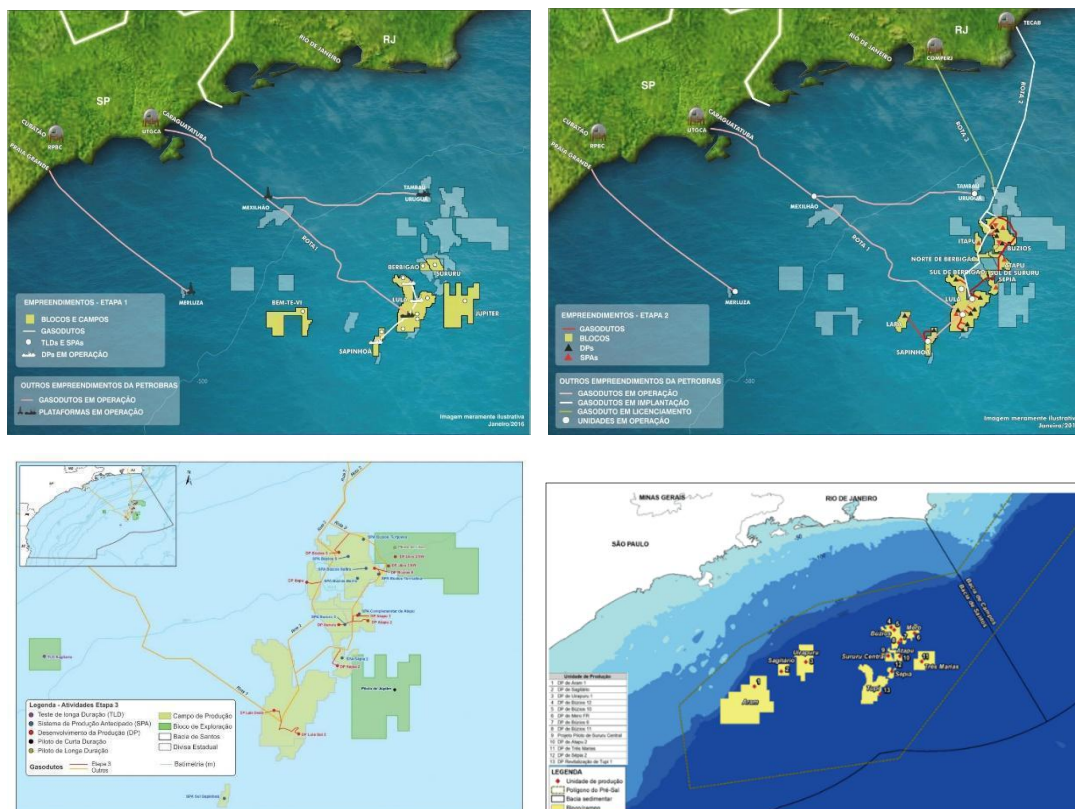
B1. O Macroterritório

Macroterritório está contido na faixa litorânea que confronta a Bacia de Santos, que, segundo a Petrobras, é a maior bacia sedimentar offshore do país, com uma área total de mais de 350 mil K², que se estende de Cabo Frio-RJ a Florianópolis-SP. A exploração de petróleo e gás na Bacia de Santos após a descoberta do pré-sal marcou uma nova fase de apropriação do território no litoral fluminense e paulista. Observando os mapas dos empreendimentos (Etapas 1 a 4), nota-se a proximidade relativa da posição do Macroterritório do Projeto Redes em relação aos campos de extração e aos gasodutos instalados. Além da atividade de produção offshore, os municípios e as comunidades são afetados pela circulação de navios, pela atividade nos terminais e pelas instalações de apoio terrestres e marítimas. Os municípios são receptores de royalties de petróleo, alguns até com receitas altamente dependentes dos royalties, como é o caso de Paraty-RJ e Ilhabela-SP.

Os municípios e as comunidades pesqueiras e tradicionais situadas nesse Macroterritório compartilham algumas características geográficas e históricas comuns, relacionadas à preservação ambiental, à presença de comunidades pesqueiras e tradicionais, à recente conexão através da implantação da Rio-Santos (BR-101) e aos empreendimentos turísticos, imobiliários, portuários e industriais que vêm se instalando desde meados dos anos 1950.

A estreita faixa litorânea está situada entre o mar e a Serra do Mar, que conta ainda com fragmentos de Mata Atlântica bastante preservados. O mar, a serra e a floresta marcam uma paisagem que acompanha todos os municípios deste Macroterritório.

Imagem 1 a 4: Campos de petróleo do Pré-sal na Bacia de Santos, da Etapa 1 à Etapa 4.



Fonte: Petrobras, ver <https://comunicabaciadesantos.petrobras.com.br/empreendimentos>

É uma região situada muito próxima aos grandes centros econômicos nacionais, entre a região metropolitana do Rio de Janeiro, ao norte, a Baixada Santista, ao sul, acessíveis pela BR-101 (Rio-Santos), e a região metropolitana de São Paulo, que se conecta ao litoral pela Rodovia dos Tamoios (até Caraguatatuba), Rodovia Oswaldo Cruz (até Ubatuba) e Estrada-Parque Paraty-Cunha (até Paraty).

Uma maneira de contar a história dessa região é através dos sucessivos ciclos de conexão e expropriação desde a invasão colonial (séc. XVI), entremeados por um período de relativo isolamento, entre meados do século XIX e meados do século XX.

Imagem 5: Localização dos Mesoterritórios e comunidades do Projeto Redes



Fonte: Projeto Redes

Um primeiro ciclo é originado com a colonização portuguesa, em especial no século XVIII, e se estende até a primeira metade do século XIX. Nesse longo período, a região é caracterizada como área de escoamento do ouro, tráfico de africanos escravizados e fazendas de cana-de-açúcar e café.

O segundo ciclo se inaugura com a abertura da estrada Rio-Santos nos anos 1970, que intensifica a pressão imobiliária e o turismo predatório, além de abrir caminho para a instalação das únicas usinas nucleares do Brasil, em Angra dos Reis.

Após a estagnação do início do século XX, na década de 1950 as conexões viárias entre o Vale do Paraíba e o litoral norte de São Paulo e sul fluminense, atravessando a Serra do Mar, começam a aumentar o fluxo turístico nessa região. A maior inflexão no desenvolvimento da região ocorre, no entanto, com a abertura da BR-101 no trecho Rio-Santos, na década de 1970, atravessando Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty, Ubatuba, Caraguatatuba e São Sebastião. No mesmo processo, grandes empreendimentos começam a ser implantados na região, como o estaleiro Verolme, no final dos anos 1950, as usinas nucleares, nos anos 1970, e os terminais de petróleo em Angra e São Sebastião (Machado, 1995; Nascimento, 2004).

A atividade turística e imobiliária também ganha importância a partir dos anos 1970, com sucessivos processos de apropriação de terras por meios legais (compra e venda) e ilegais (grilagem) que vão redundar em diversos conflitos por terra. O sul fluminense é emblemático, pois se torna a região com o maior número de conflitos por terra no estado do Rio de Janeiro já na década de 1970 (Alentejano et al., 2022).

O terceiro ciclo tem como vetor a intensificação da exploração de petróleo e gás a partir da descoberta do pré-sal na Bacia de Santos em 2007. Esse processo se soma à contínua pressão imobiliária, ao turismo predatório e outros empreendimentos, intensificados com a abertura da estrada Rio-Santos, no ciclo anterior.

Outras histórias, no entanto, podem ser contadas, para além dos processos econômicos dominantes, geralmente marcados pela visão externa de exploradores, negociantes e tecnocratas.

A história dos povos originários que habitavam a terra antes da chegada dos colonizadores e dos que vieram ao litoral em busca da terra sem males. A história dos negros libertos, que constituíram territórios alternativos, como os quilombos, com suas roças, agroflorestas, artesanatos, sabores e conhecimentos, em luta permanente. A história das populações caiçaras, que, num contexto de relativo isolamento da região, criaram um modo de vida baseado na roça e na pesca para a subsistência e o mercado local e hoje também buscam desenvolver outras atividades e defender seus territórios frente às pressões capitalistas.

A história ambiental das matas primárias e secundárias, que se recuperaram das monoculturas abandonadas através dos usos sustentáveis praticados pelo manejo caiçara, e que hoje são protegidas por unidades de conservação de diferentes categorias, que ora resguardam, ora restringem as práticas e usos tradicionais no território.

A história da formação de novos espaços periféricos, com populações expulsas de seus territórios e imigrantes atraídos pela oferta de empregos nas cidades. Os processos de segregação socioespacial empurraram grande parte da população mais pobre para áreas de risco, onde são recorrentemente afetadas por desastres climáticos.

Agora é possível verificar a superposição dos diferentes tempos neste macroterritório, marcados na paisagem por variados processos de territorialização, por parte dos grupos sociais, do Estado e dos interesses privados. Esses processos se afetam mutuamente e geram conflitos ambientais e territoriais. As comunidades de pescadores e pescadoras se constituem e se fortalecem frente aos inúmeros desafios e pressões existentes em seus territórios.

O relativo isolamento em relação aos centros econômicos e políticos do Brasil – Rio de Janeiro e São Paulo – entre meados do século XIX e meados do século XX contribuiu para a consolidação de populações tradicionais que viviam da terra, em regime de posse, sem registro documental. É nesse período que lavouras de monocultura são abandonadas e as comunidades caiçaras e quilombolas se constituem, nas frestas da sociedade escravocrata imperial e, posteriormente, da República recém-instituída. Parte dessa população livre, que trabalhava no campo na produção de alimentos, já coexistia com as economias agroexportadoras (Schwartz, 2001; Fraga, 2021).

Ao longo do século XX, grupos de imigrantes brasileiros e de outros países se somam à população local. Este processo se intensifica a partir dos anos 1970, com os trabalhadores que vêm trabalhar nas obras – mão-de-obra menos qualificada – e nas empresas – engenheiros e técnicos, formando novos bairros urbanos, onde passa a se concentrar a maior parte da crescente população.

As populações indígenas da região, em sua maioria da etnia Guarani-Mbya, retornam à região, que faz parte de sua territorialidade ancestral. A mobilidade territorial dos povos guarani inclui regiões da Bolívia, Paraguai, Argentina e, no Brasil, áreas do Sul, Centro-Oeste e Sudeste. Em busca da “terra sem males”, próximas ao mar onde o sol nasce, se instalaram em aldeias litorâneas, em São Sebastião, Ubatuba, Paraty e Angra dos Reis (Lopes, 2019). Além dos Guarani-Mbya, há também indígenas das etnias Guarani-Nhandeva e Pataxó.

Os processos de urbanização e turistificação da região têm alterado padrões culturais e de consumo das comunidades tradicionais, que buscam resistir a partir do seu modo de vida com estratégias de permanência nos

territórios, geração de renda com autonomia e preservação das condições ambientais que permitem a manutenção de suas práticas.

Esta realidade territorial e social engendrou formas de organização política ao longo das décadas de transformação acelerada do contexto econômico no território. Dos movimentos de luta pela terra, principalmente nos anos 1970 e 1980 (Feitosa e Silva, 2015), às mobilizações sindicais em Angra dos Reis, passando pelo movimento de associações de moradores e o movimento ambientalista (Ribeiro, 2007), até chegar ao movimento de povos e comunidades tradicionais, com suas diferentes frentes de luta (Faro, 2021; Lopes, 2019; Gallo e Nascimento, 2019).

B2. O Mesoterritório do Rio de Janeiro (Meso RJ)

B2.1. Mangaratiba

Mangaratiba possui uma população de 41.220 habitantes (Censo 2022), que se concentra predominantemente na zona urbana de seu território. Assim como ocorreu em outros municípios que foram cortados pela rodovia Rio-Santos, este município teve seu perfil populacional rural e com presença marcante de pescadores/pescadoras artesanais e quilombolas, modificado em decorrência da mão de obra vinda de outras cidades para trabalhar nos empreendimentos turísticos e imobiliários. Com o acesso viário e a proximidade com a região metropolitana do Rio de Janeiro, Mangaratiba cresceu em tamanho urbano com segundas residências e casas de veraneio, o que é atestado pelos dados do Censo 2023 que indicam 65% de domicílios como vagos ou de uso ocasional, o maior índice de domicílios desocupados entre os sete municípios. Essa situação impõe um processo de segregação residencial, em que as áreas com melhor infraestrutura e acesso às praias são ocupadas destinadas a domicílios sem uso permanente e condomínios exclusivos de alto padrão, que se estabeleceram retirando pescadores/pescadoras e populações tradicionais do litoral.

Embora o turismo e os serviços urbanos se apresentem como uma das principais atividades econômicas desenvolvidas em Mangaratiba, parte da população tem na pesca artesanal sua fonte de renda, em especial nas comunidades onde atua o Projeto Redes: Conceição de Jacareí, Centro de

Mangaratiba, Muriqui, Quilombo da Marambaia, Ilha de Itacuruçá, Ilha de Jaguanum e Praia do Sahy.

Entre os principais conflitos levantados nos diagnósticos anteriores, são citados a indústria do petróleo, problemas relacionados à introdução de espécies invasoras, as atividades portuárias, a poluição do mar, as atividades turísticas e empreendimentos imobiliários, que geram desterritorialização de populações tradicionais, especulação imobiliária e privatização de praias; e a pesca industrial, que provoca a diminuição do pescado.

O município conta com dois quilombos (Marambaia e Santa Justina e Santa Izabel) e duas Unidades de Conservação estaduais, a Área de Proteção Ambiental de Mangaratiba (que incide sobre a Ilha de Itacuruçá), a APA Marinha do Boto Cinza (que incide sobre as Ilhas de Jaguanum e Itacuruçá), de uso sustentável, e o Parque Estadual do Cunhambebe, de proteção integral, onde existe conflitos de uso com pequenos agricultores assentados, mas que não afeta as comunidades pesqueiras.

B2.2. Angra dos Reis

Angra dos Reis possui uma população de 167.418 pessoas (Censo 2022), que vive em sua maior parte na área urbana, que corresponde a 2,9% do território. Essa alta concentração da população se deve a um padrão de segregação socioespacial que relegou as populações de baixa renda para áreas de risco nas encostas, enquanto grande parte das áreas costeiras são ocupadas por bairros de alta renda, empreendimentos, condomínios exclusivos e resorts. Apenas 3,7% de sua população reside na área rural.

O território de Angra dos Reis é dividido em sua porção insular (Ilha Grande e demais ilhas) e continental, com bairros ao longo do eixo da estrada Rio-Santos e no centro da cidade. O município é caracterizado pela coexistência de populações tradicionais e pescadores/pescadoras artesanais que resistem em territórios em disputa com pressões imobiliárias e empreendimentos geradores de impactos ambientais. Há uma aldeia indígena Guarani Mbya (Aldeia Sapukai) e o quilombo de Santa Rita do Bracuí, além de inúmeras comunidades caiçaras e pesqueiras (nem todas se autodeclaram como caiçaras) no continente e na Ilha Grande. Monsuaba, Tararaca, Maresia (Canal da Josefa),

Praia das Flechas (Ilha da Jipoia), Ponta Leste, Garacutaia, Praia do Recife, Vila Velha, Vila Histórica de Mambucaba e Praia Vermelha – Perequê se situam no continente, ao longo do litoral, e se caracterizam por serem mais urbanizadas. Na Ilha Grande, mais isoladas, temos a Enseada do Abraão (com maior população) Provetá, Praia Vermelha, Vila de Dois Rios, Praia da Longa, Aventureiro, Matariz, Parnaioca, Bananal, Japariz, Saco do Céu, Praia de Fora, Freguesia de Santana, Enseada das Palmas, Araçatiba e Sítio Forte (Maguariqueçaba, Passa Terra, Tapera e Ubatubinha).

Desde 1970, a população de Angra dos Reis praticamente dobrou a cada 20 anos, passando de 40.276 habitantes em 1970 a 85.571 habitantes em 1991 e a 169.511 habitantes em 2010. O crescimento até 2010 teve como base atividades já iniciadas nos últimos 60 anos. A instalação do Estaleiro VEROLME no final dos anos 50, do Terminal Petrolífero da Ilha Grande (TEBIG) e da Usina Nuclear Angra I na década de 1970, e a extensão da indústria turística a partir dos anos 80 atraíram grande quantidade de mão de obra para a região. A abertura da rodovia Rio-Santos nos anos 1970 reproduziu os impactos de apropriação de terras adjacentes, desmatamento, mudanças no uso do solo e urbanização. A economia baseada em atividades agrícolas (produção de banana e outras lavouras) e na pesca, inclusive com as fábricas de pescado (em especial na Ilha Grande) foi se tornando mais urbanizada, com indústrias, serviços e turismo. De 2010 a 2023 a população se manteve praticamente a mesma.

É a partir dessa base que processos mais recentes vão gerar pressão imobiliária, urbanização e expropriação de territórios. A desativação do presídio de Dois Rios gera um novo incremento no turismo da Ilha Grande, a partir de 1994. Temos ainda a retomada do estaleiro pela empresa Brasfels (2000), a construção da Usina Angra III (2010), a abertura da Baía da Ilha Grande aos transatlânticos são mudanças socioeconômicas que afetaram de modo significativo os municípios da Baía da Ilha Grande, propiciando por exemplo, a ocupação de áreas outrora utilizadas na agropecuária, ou mesmo de áreas ocupadas por vegetação natural, através de empreendimentos turísticos e da construção de casas de veraneio (INEA, 2015).

Por outro lado, como em outras inúmeras cidades, a ausência de política habitacional e a incapacidade do poder público em controlar e planejar o crescimento urbano teve como resultado a explosão dos assentamentos

informais, ocasionando grandes problemas urbanos, sociais e ambientais. De acordo com o IBGE, em 2010, 34,2% dos domicílios de Angra dos Reis ficavam em aglomerados subnormais, representando 18.341 dos 53.575 domicílios da cidade, o que faz de Angra dos Reis o décimo município do Brasil com maior proporção de domicílio em favelas.

A indústria de Petróleo e Gás opera a partir de uma infraestrutura que envolve, em terra, o Porto de Angra dos Reis (uso para embarcações de apoio offshore), o Terminal Marítimo Almirante Maximiano da Fonseca (TEBIG) (transporte de petróleo e derivados) e o Estaleiro Brasfels (lançamento e montagem de módulos sobre as plataformas de FPSO P-66 e P-69), além das plataformas em alto mar e os navios. Os conflitos entre a atividade da pesca e a indústria de petróleo e gás aparecem em função dos riscos de vazamento nas operações de transferência de óleo e do trânsito das grandes embarcações, gera poluição sonora e visual (sirenes e luzes) afastando diversas espécies de pescado.

Em relação ao turismo, a pesca artesanal tem conflitos por conta da ocupação e uso do espaço marítimo, com a restrição de espaços para a pesca causada pelo aumento do trânsito descontrolado de escunas e navios e do turismo. Além disso, existe o problema da privatização e a restrição do acesso a praias e a especulação imobiliária. A atividade turística, por sua vez, é afetada ainda pela presença física de estruturas da cadeia de petróleo e gás na paisagem (como embarcações, rebocadores e plataformas), interferindo na valorização estética e paisagística.

A pesca artesanal sofre o impacto da pesca industrial de grande porte, por causa da atividade intensa, sem ser fiscalizada, de embarcações de pesca industriais que diminuem o estoque de recursos pesqueiros da região. A maricultura de algas exóticas atrapalha os pescadores/pescadoras, que dizem que a alga emalha na rede, aumentando seu peso e volume e gerando consequente redução nas capturas.

Angra dos Reis possui diversas Unidades de Conservação: o Parque Estadual da Ilha Grande, de proteção integral, que incide sobre grande parte da Ilha Grande, deixando de fora as áreas povoadas, a Reserva Biológica da Praia do Sul, num segmento sem ocupação na porção sul da Ilha Grande, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Aventureiro, na comunidade caiçara do

Aventureiro. A Área de Proteção Ambiental Estadual dos Tamoios incide sobre grande parte das praias e ilhas, e recentemente passou por tentativas de municipalização, o que foi contestado pelos movimentos sociais e ambientais. A Estação Ecológica de Tamoios, de proteção integral, protege ecossistemas marítimos e insulares em Angra dos Reis e Paraty, e recentemente sofreu pressões para flexibilização, no âmbito do governo federal (2019-2022). Existe conflito entre comunidades pesqueiras e Unidades de Conservação, por conta da restrição de acesso a área que tradicionalmente era de pesca.

B3. O Mesoterritório Interestadual (Meso Inter)

B3.1. Paraty

Paraty possui uma população de 44.872 habitantes (Censo 2022), distribuída em sua maior parte na área central e em alguns bairros e comunidades no eixo da Rodovia Rio-Santos e da Paraty-Cunha. É marcada pelo patrimônio cultural e natural preservado, com presença de comunidades tradicionais indígenas (Guarani Mbya, Guarani Nhandeva e Pataxó), quilombolas (Quilombos do Campinho e do Cabral) e caiçaras, ao longo de toda costa e em algumas ilhas. Desde a abertura da Rodovia Rio-Santos passa por processos de conflitos territoriais por conta da grilagem de terras e especulação imobiliária, com condomínios, hotéis e casas de veranistas que se instalam em áreas de ocupação e uso de comunidades tradicionais e demandam mão-de-obra para diversos tipos de serviço.

Entre as comunidades tradicionais e pesqueiras onde atua o Projeto Redes, estão aquelas situadas no litoral, próximas à Rodovia Rio-Santos, como Tarituba, São Gonçalo e Praia Grande, as localizadas em ilhas, como Ilha do Cedro, Ilha do Algodão e Ilha do Araújo, na área central, como Chácara e Pontal, e na Península da Juatinga, uma área cujo acesso terrestre é feito somente em Paraty-Mirim, enquanto nas restantes – Ponta Negra, Praia do Sono, Saco do Mamanguá (Vila Cruzeiro, Baixio, Ponta da Romana, Currupira), Ponta da Juatinga, Cairuçu das Pedras/Saco Claro/Saco da Sardinha/Saco das Anchovas, Calhaus/ Praia Grande da Cajaíba – o acesso ocorre somente por trilha e barco.

Ponta Grossa, acessível de barco, e Trindade, no extremo sul de Paraty, completam a lista.

O turismo é a principal atividade econômica da cidade, com atrativos ligados ao patrimônio histórico, praias e cachoeiras e aos eventos culturais. As comunidades tradicionais buscam desenvolver o turismo de base comunitária, com geração de renda e valorização da cultura tradicional, construindo uma outra forma de uso do território. Enquanto isso, fazendas, hotéis e condomínios reproduzem o padrão exclusivista de turismo e veraneio. A multiplicação de empreendimentos turísticos e de luxo na Baía de Ilha Grande influenciou de forma direta a espacialização das comunidades caiçaras, que progressivamente foram sendo deslocadas do espaço litorâneo para espaços interiores, gerando processos de expulsão e realocação de populações tradicionais caiçaras. A especulação imobiliária levou à valorização dos terrenos do município. A alta circulação de escunas gera problemas de poluição e afeta a manutenção da pesca artesanal e o pleno desenvolvimento das atividades dos comunitários na área do turismo.

As unidades de conservação são a Reserva Ecológica Estadual da Juatinga, sobreposta à Área de Proteção Ambiental Cairuçu, que cobrem toda a Península da Juatinga; o Parque Nacional Serra da Bocaina, de proteção integral, que incide sobre uma parcela da comunidade de Trindade, gerando restrições de uso e conflitos; a Estação Ecológica de Tamoios, de proteção integral, que afeta algumas áreas marinhas e insulares de Paraty, e a APA Marinha Municipal de Paraty. Nas UCs de proteção integral Parna Bocaina e Esec Tamoios têm sido estabelecidos termos de compromisso com comunidades tradicionais, de Trindade e Tarituba, respectivamente, na busca da resolução de conflitos.

Paraty e Ilha Grande (Angra dos Reis) foram reconhecidas pela UNESCO como patrimônio cultural e natural da humanidade, o chamado sítio misto. A existência das comunidades tradicionais, com sua cultura viva, foi determinante na obtenção do título junto à UNESCO.

B3.2. Ubatuba

Ubatuba possui atualmente 92.980 (Censo 2022). Ubatuba foi o município com maior acréscimo populacional, em torno de 195% entre a década de 1980

e de 2010. O crescimento pode ser explicado pela mudança na dinâmica de ocupação em São José dos Campos e seu entorno, no Vale do Paraíba, região próxima a Ubatuba, com acesso pela Rodovia Oswaldo Cruz. Ubatuba passa a ser um dos principais destinos turísticos, com incremento da urbanização, dos serviços e da construção civil, ligada principalmente às segundas residências e às redes de hospedagem. Do total de domicílio, 57% são vagos ou de uso ocasional, o que expressa uma situação similar a Mangaratiba quanto à ocupação de áreas privilegiadas para imóveis sem uso permanente e de valor crescente.

Ubatuba também possui uma grande diversidade étnico-cultural, com comunidades tradicionais indígenas (TI Jaexaa-Porã Boa Vista - Sertão do Promirim, TI Ywaty Guaçu Aldeia Renascer, Aldeia Rio Bonito), quilombolas (Quilombos da Fazenda, Camburi, Caçandoca, Saco das Bananas, Sertão do Itamambuca e Vila Ponta Baixa) e caiçaras. As comunidades abrangidas pelo Projeto Redes em Ubatuba são Quilombo da Fazenda, Camburi/Quilombo do Camburi, Praia Grande do Bonete, Praia da Fortaleza, Praia do Estaleiro, Prumirim, Puruba, Praia da Justa/Praia do Ubatumirim, Félix, Praia da Almada, Quilombo da Caçandoca, Peres/Oeste, Maranduba, Picinguaba, Barra Seca, Enseada, Barra dos Pescadores, Lázaro e Saco da Ribeira.

Os conflitos envolvendo os territórios caiçaras se evidenciam nos seguintes problemas relatados: i) fechamento da praia por marinas; ii) restrição de acesso à praia, ao costão e ao rancho de pesca por condomínios e casas de veraneio; iii) divisão dos lotes e consequente desmatamento; iv) privatização das praias por meio de concessão de uso da praia somente para uma pessoa; v) perda e redução dos espaços caiçaras e (Ex: local para guardar barcos e petrechos de pesca); vi) proibição de puxar a rede, para não atrapalhar o lazer do turista.

Entre as unidades de conservação, em Ubatuba estão o Parque Estadual da Ilha de Anchieta; a APA Marinha do Litoral Norte (que incide sobre a comunidade do Saco da Ribeira), o Parque Nacional da Serra da Bocaina, a Estação Ecológica Tupinambás e o Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, que incide sobre as comunidades de Picinguaba, Quilombo da Fazenda e Camburi/Quilombo do Camburi. Alguns conflitos de uso ocorrem no caso da PESM, em razão das restrições no uso do recurso natural, ao processo

de urbanização turística do município e à realização da atividade pesqueira não artesanal, resultando em conflitos entre os pescadores/pescadoras artesanais, os órgãos fiscalizadores (Polícia Florestal) e gestores (Fundação Florestal) do PESH; entre os pescadores/pescadoras artesanais, os turistas e empreendimentos turísticos (condomínios, marinas, casas de veraneio) e por fim entre os pescadores/pescadoras artesanais e industriais, amadores, bem como os órgãos responsáveis pelo ordenamento marítimo (Polícia Ambiental, Marinha e IBAMA).

B4. O Mesoterritório de São Paulo (Meso SP)

B4.1. Caraguatatuba

Caraguatatuba possui 134.875 habitantes (Censo 2022), desde 2010 é o município que mais aumentou sua população dentro do macroterritório, tanto em números absolutos quanto relativos. Também é o município com a maior densidade demográfica entre os sete. Tem uma infraestrutura consolidada de serviços e comércio, inclusive atendimento médico, sendo um polo de atração populacional na região.

Em relação às comunidades tradicionais e pesqueiras, Caraguatatuba possui algumas que estão inseridas no Projeto Redes: Cocanha, Camaroeiro, Porto Novo e Tabatinga.

Em todo o litoral norte do estado de São Paulo o turismo é um vetor significativo, que surge atrelado à implantação e pavimentação das rodovias a partir da década de 1950 e 1960. O uso turístico da região foi o agente desencadeador dos processos de urbanização. O crescimento urbano de Caraguatatuba é um resultado desse processo.

Por sua posição estratégica em relação às vias de acesso ao planalto – Rodovia dos Tamoios – e ao porto de São Sebastião, foi escolhida para abrigar os novos empreendimentos de petróleo e gás da Petrobras na região. Por volta de 2005 a região é escolhida para a implantação dos empreendimentos de petróleo e gás da Petrobras, como a Unidade de Tratamento de Gás Monteiro Lobato (UTGCA), a Plataforma de Mexilhão (PMXL-1) e o gasoduto marítimo de transporte do gás natural da Plataforma (PMXL1) para a UTGCA. A instalação

da UTGCA atraiu muitos trabalhadores de fora do município e se constituiu como um dos vetores econômicos da cidade. O município é o segundo maior recebedor de royalties no litoral norte de São Paulo.

Sobre as unidades de conservação, a APA Marinha Litoral Norte incide sobre a comunidade da Ilha do Tamanduá (próximo à Cocanha). A Bacia do Rio Juqueriquerê, situada integralmente em Caraguatatuba, tem o único rio navegável da região, responsável por cerca de 90% do abastecimento de água dos municípios de Caraguatatuba e São Sebastião. Abastece também o UTGCA e o Terminal Almirante Barroso, de São Sebastião. É considerada em situação crítica, devido à perda da qualidade dos cursos d'água e sujeita a risco de contaminação de aquíferos em áreas de ocupação humana.

As comunidades pesqueiras foram diretamente impactadas pelas atividades ligadas ao Sistema de Produção e Escoamento de Gás Natural e Condensado no Campo de Mexilhão da Bacia de Santos. Neste caso houve um conflito de interesses pelo uso do mesmo espaço marinho entre os pescadores/pescadoras artesanais e a indústria petrolífera. As comunidades agrícolas também são diretamente impactadas pelas atividades da UTGCA.

Em relação ao uso e ocupação do solo, existe conflito entre a atividade pesqueira e o turismo, que alimentou uma especulação imobiliária que provoca conflito pelo uso da praia e prejudicam os pescadores e pescadoras, impedindo-os manter seus ranchos, guardar seus petrechos, consertar suas redes e até mesmo sair com seus barcos.

Em relação aos pescadores/pescadoras artesanais, os principais problemas citados indicam conflitos estabelecidos com as organizações sociais da pesca (Colônia e Associações) e junto aos órgãos públicos do setor de pesca (Ministério da Pesca e Aquicultura), de gestão de unidades de conservação marinha (Fundação Florestal) e de fiscalização (Polícia Militar Ambiental e Capitania dos Portos). Além disso, é evidente o conflito entre os pescadores/pescadoras artesanais com outras categorias como a pesca industrial e a amadora.

B4.2. São Sebastião

São Sebastião possui 81.540 habitantes, segundo o Censo de 2022. A partir da década de 1950, a configuração demográfica deste município foi profundamente influenciada pela instalação de grandes projetos de infraestrutura, como o Porto Organizado de São Sebastião – que teve suas obras iniciadas em 1936, mas inaugurado somente em 1955 – e do Terminal Almirante Barroso – TEBAR (1961) da Transpetro, que promoveram o surgimento diversos assentamentos irregulares, afetando serviços básicos de saúde, educação, emprego, habitação etc. Essa situação foi agravada posteriormente pelo aumento da atividade turística, que atraiu muitos trabalhadores da construção civil para a região.

Atualmente os grandes empreendimentos relacionados à cadeia de Petróleo e Gás e à viabilização do fluxo turístico seguem impactando o cotidiano das comunidades de São Sebastião, impondo uma nova onda de transformações espaciais e sociais, a partir do projeto de ampliação do Porto de São Sebastião e do píer do TEBAR, da duplicação da rodovia Tamoios em Caraguatatuba e das obras do complexo viário do Contorno Sul (ligação entre São Sebastião e Caraguatatuba).

As comunidades que fazem parte do Projeto Redes são: Araçá, Baraqueçaba, Barra do Rio Boiçucanga, Barra do Sahy, Barra do Una, Boracéia, Camburi (São Sebastião), Enseada (São Sebastião), Ilha do Montão de Trigo, Jaqueí, Maresias, Paúba, Pontal da Cruz, Santiago, São Francisco, Toque-Toque Grande e Toque-Toque Pequeno.

Nesse contexto no qual territórios de pescadores/pescadoras artesanais disputam espaço com grandes empreendimentos, nos diagnósticos participativos mencionados, os moradores de São Sebastião relatam conflitos relacionados a eventos de derramamento de petróleo, aos prejuízos causados à pesca em função da movimentação de navios, a perda de antigas áreas de pesca pela construção do píer do TEBAR e pela movimentação do Porto.

Apesar da presença da indústria do petróleo no município, há relatos relacionados a falta de perspectiva de emprego, uma vez que geralmente são pessoas de outros municípios que ocupam os cargos que precisam de mão de obra especializada. Soma-se às dificuldades de ordem econômica enfrentadas pelo município, que impactam a execução de políticas públicas, as disputas

judiciais travadas entre as prefeituras de São Sebastião e Ilhabela pelos recursos dos royalties. Apesar de ser um município confrontante com os campos produtores de petróleo, São Sebastião é "sombreado" por Ilhabela, que acaba por ficar com a maior parte desses recursos do petróleo.

A atividade pesqueira artesanal de São Sebastião também é impactada diretamente pelo processo de urbanização turística, devido a instalação de condomínios e marinas, que privatizam praias, pela presença da pesca industrial, que reduzem os estoques pesqueiros, e pelas restrições impostas pelos órgãos ambientais e de ordenamento marítimo.

São Sebastião conta com diversas unidades de conservação de uso sustentável, como a APA Marinha do Litoral Norte, que incide sobre todas as comunidades, e a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) de São Sebastião, ambas de competência estadual, APA Itaçucê, APA Alcatrazes e APA Baleia- Sahy, de competência municipal. A única unidade de conservação de proteção integral presente no município é o Núcleo São Sebastião do Parque Estadual da Serra do Mar, que incide sobre as comunidades de Barra do Una, Toque Toque Pequeno, Toque Toque Grande e Baraqueçaba.

B4.3. Ilhabela

Segundo o Censo de 2022, Ilhabela possui 34.934 habitantes. O município é um arquipélago formado por 12 ilhas, ilhotes e lajes, sendo a maior delas a Ilha de São Sebastião, onde se localiza a sede municipal. A face continental da Ilha de São Sebastião é a sua porção mais urbanizada e onde se concentra a maior parte da população. O acesso às comunidades que estão na face oceânica se dá principalmente pelo mar, o que lhes confere certo grau de isolamento. É nessa porção onde se concentram grande parte das comunidades caiçaras da ilha.

Até a década de 1950, Ilhabela tinha sua economia voltada à agricultura e à atividade pesqueira. Assim como ocorreu nos demais municípios do litoral norte de São Paulo, a partir da década de 1960 o turismo ganhou centralidade econômica, mudando toda a configuração social e territorial da ilha. As populações caiçaras foram empurradas pelas casas de veraneio e condomínios para áreas de risco e os impactos ambientais resultantes dessa nova

configuração fizeram eclodir movimentos que reivindicavam a criação de unidades de conservação, com objetivo de frear o avanço da ocupação desordenada.

Em 1977, o Parque Estadual de Ilhabela (PEIb) é criado, e passa a ocupar 83% do município. Este parque incide sobre todas as comunidades do microterritório Baía de Castelhanos e Bonete. A APA Marinha do Litoral Norte, criada em 2008, incide sobre todas as comunidades em que o Projeto Redes atua. Ilhabela ainda conta com o Parque Municipal das Cachoeiras, criado em 2004.

As comunidades caiçaras que tiveram seus territórios sobrepostos ao parque passaram a viver um dilema, já que ao mesmo tempo que esta unidade de conservação restringiu seu modo de vida, também serviu como barreira para especulação imobiliária que adentrava os territórios tradicionais.

Caiçaras e pescadores/pescadoras artesanais também são impactados pelos empreendimentos petrolíferos e portuários que ocorrem na região. Embora Ilhabela não tenha instalações ligadas a cadeia de petróleo e gás em sua porção terrestre, sofre diretamente com as atividades dos navios petroleiros que utilizam o Terminal Almirante Barroso e Porto de São Sebastião. Além disso, os gasodutos que ligam a plataforma de Mexilhão à Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba passam entre as ilhas de Vitória e Búzios. Inúmeros conflitos relacionados a casos de vazamento de óleo, prejuízos a pesca pela instalação de equipamentos e pela movimentação de navios foram relatados nos diagnósticos participativos citados. Ilhabela é o município que mais recebe recursos do petróleo (royalties e participações espaciais) dentre aqueles onde atua o projeto Redes.

O Projeto Redes atua nas comunidades de Portinho, Armação - Praia do Pinto, Canto da Lagoa, Canto do Ribeirão, Curral, Figueira, Guanxumas - Saco do Eustáquio, Guanxumas de Búzios, Porto do Meio - Ilha de Búzios, Ilha Vitória, Itapeirica – Simão, Praia da Fome, Praia da Serraria, Praia Mansa, Praia Vermelha (Ilhabela), Saco do Indaiá, São Pedro, Sombrio e Taubaté.

C. Organização Comunitária

C1. Introdução, conceitos e contextualização

Considerando que o Projeto Redes é um Projeto de Educação Ambiental (PEA) referenciado na Linha de Ação A da Nota Técnica do Ibama (2010), o papel das organizações comunitárias assume um lugar central na construção do projeto. m sintonia com a Linha de Ação A prevista na Nota Técnica 01/2010 e de acordo com a intencionalidade que já estava em curso na Fase I do PEA Costa Verde, o objetivo geral da Fase II (Projeto Redes) é, conforme o Plano de Trabalho:

Desenvolver processo educativo envolvendo as comunidades tradicionais de pescadores e pescadoras artesanais com vistas ao fortalecimento de processos organizativos que buscam a permanência nos territórios sustentáveis e saudáveis em que vivem e trabalham, por meio de uma rede de formação que promova a construção de conhecimento, o diálogo de saberes e a valorização dos meios de vida e do trabalho comunitário e tradicional.

A análise da organização das comunidades, portanto, é um documento relevante tanto para entender a situação de partida do projeto, expressa como diagnóstico, quanto para avaliar os resultados a partir do desenvolvimento dos processos educativos, evidenciando os avanços obtidos no fortalecimento das organizações comunitárias a partir das ações desenvolvidas.

Pode-se situar pelo menos três momentos de ciclos de luta de ação coletiva (Faro, 2021). A organização dos pescadores e dos caiçaras foi feita através das colônias de pescadores, que atuavam como entidades de classe, muito voltadas para questões da regulamentação do trabalho da pesca (WALM, 2012) e dos sindicatos rurais, que organizavam as lutas pela terra entre as décadas de 1960 e 1980 (FEITOSA E SILVA, 2015). Cada colônia e sindicato rural tem uma abrangência territorial que cobre várias comunidades, às vezes um município inteiro. Elas surgem num contexto ambíguo de controle estatal sobre a organização política comunitária (WALM, 2012 apud Cardoso, 2001). Na ditadura militar, a Pastoral da Terra assumiu o papel de apoio à organização das comunidades na luta pela terra (FEITOSA E SILVA, 2015).

Posteriormente, as associações de pescadores e moradores emergiram como organizações mais locais e com maior capilaridade (WALM, 2012). As

associações trazem pautas mais abrangentes em relação a direitos territoriais e acesso a serviços públicos, com menor peso para as questões trabalhistas (ver Ribeiro (2007) para o caso de Angra dos Reis e Faro (2021) para o caso de Paraty).

Uma tendência mais recente são as organizações marcadas por identidades coletivas étnicas, territoriais, ambientais, de gênero ou orientadas a pautas específicas como educação, saneamento, desastres, que se coaduna com a tendência dos novos movimentos sociais e movimentos de luta por território (Porto-Gonçalves, 2006). No macroterritório, destaca-se o caso emblemático do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba, que reúne caiçaras, quilombolas e indígenas, que é criado em 2007. Relacionado ao FCT, ainda os Coletivos de Apoio à Educação Diferenciada, criado em 2015 em Paraty e depois desdobrado em outros municípios. O Coletivo Mulheres da Terra, em Paraty, vinculado ao FCT, e o recém-criado Coletivo de Mulheres da Ilha Grande. O FCT possui ainda um Núcleo Jovem e diversas frentes de atuação. No litoral norte de São Paulo se constituiu em 2019 o Coletivo Caiçara. E em 2023, no contexto da tragédia-crime ocorrida em São Sebastião se constituiu a União dos Atingidos. Em 2016, foi criado o Fórum de Pescadores Artesanais da Baía de Sepetiba, do qual participam algumas organizações de Mangaratiba. No caso de Angra dos Reis, cabe um destaque para a Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPÊ), que surge no início dos anos 1980, com a pauta ambientalista e antinuclear, sendo um dos movimentos pioneiros no Brasil com essa pauta.

A partir desse panorama, nota-se uma pluralidade de organizações que coexistem no tempo atual. Outra questão importante é considerar as diversas escalas de organização, que não se limitam à escala local das comunidades, mas incluem organizações de diferentes escalas de abrangência e atuação, o que permite incidir sobre níveis mais ampliados de gestão ambiental e do território. Além disso, estimula a formação de redes de movimentos sociais, em especial de pescadores e pescadoras e de comunidades tradicionais.

Organizações comunitárias são grupos formados por membros de uma comunidade que se unem para alcançar objetivos comuns, geralmente focados em melhorar as condições de vida locais. Elas desempenham um papel crucial no fortalecimento das comunidades em que atuam, em diversos âmbitos, como

na relação com o poder público, na reivindicação e garantia de direitos, na organização social, com diversas formas de cooperação, e em muitos casos têm importância econômica na geração de renda.

C2. Etapas

A análise da organização das comunidades passou por diversas etapas. A primeira etapa consistiu na revisão dos diagnósticos participativos das fases anteriores do PEA e do relatório prévio sobre organizações comunitárias entregue em 2022. A partir dos limites encontrados no material acumulado, principalmente a inexistência de uma base de dados por comunidade, elaborou-se o passo-a-passo para a presente pesquisa.

A segunda etapa consistiu em realizar uma varredura nos relatórios mensais buscando menções a associações e associativismo nas atividades realizadas pelo Projeto Redes.

A terceira etapa foi o levantamento das atividades que tiveram como tema principal Organização Comunitária, identificando as comunidades envolvidas nas atividades e as mapeando, de modo a comparar a distribuição espacial dos anos III e IV (out/22 a set/24).

A quarta etapa consistiu no levantamento do total de organizações citadas como participantes de atividades realizadas pelo Projeto Redes. Esta informação foi introduzida como um campo próprio no formulário de registro de atividades de 2024.

Por fim, uma etapa participativa foi realizada em julho de 2024, uma Oficina de Formação e Planejamento Continuado (OFPC), uma em cada meso, reunindo toda a equipe. A oficina teve por finalidade reunir os educadores e coordenadores de campo para analisar e qualificar os dados da pesquisa sobre organizações comunitárias, trazendo da experiência de campo as informações referentes às comissões de base e à relação entre o Projeto Redes e as organizações comunitárias existentes ou criadas ao longo do projeto.

Mais do que a produção de um relatório sobre as organizações comunitárias, o processo de pesquisa-ação passa pelo diálogo entre a pesquisa, com o levantamento de dados e referências bibliográficas, e a ação conduzida pelos educadores em campo. A oficina contribuiu para retomar o entendimento

da importância das organizações comunitárias num Projeto de Educação Ambiental de Linha de Ação A, de modo a entender os sujeitos da educação educativa em sua dimensão coletiva e organizada. Além disso, foi possível situar a experiência dos educadores dentro de um quadro histórico e político sistematizado pela equipe de pesquisa.

Foi colocada como pergunta orientadora da discussão: “Quais são as formas de fortalecimento das organizações comunitárias a partir do projeto Redes?”. Também foram apresentadas algumas questões orientadoras, como por exemplo: 1) Quais os processos de luta e organização principais na comunidade? 2) Quais as organizações comunitárias atuantes na comunidade? 3) Que ações do Projeto Redes ajudaram a fortalecer as organizações comunitárias? 4) Quais ações potenciais podem ser realizadas até 2025 em cada comunidade? A partir destas questões orientadoras, a ideia foi identificar as comunidades que de alguma forma o projeto conseguiu contribuir em relação aos processos organizativos.

A oficina permitiu agregar análises qualitativas e contextualizadas aos dados levantados anteriormente pelo registro de atividades, relatórios mensais e comissões de base. A partir da oficina e da revisão posterior com coordenadores e educadores foram elaborados os resumos sobre cada comunidade, apresentados em 2024.

C3. As comissões de base

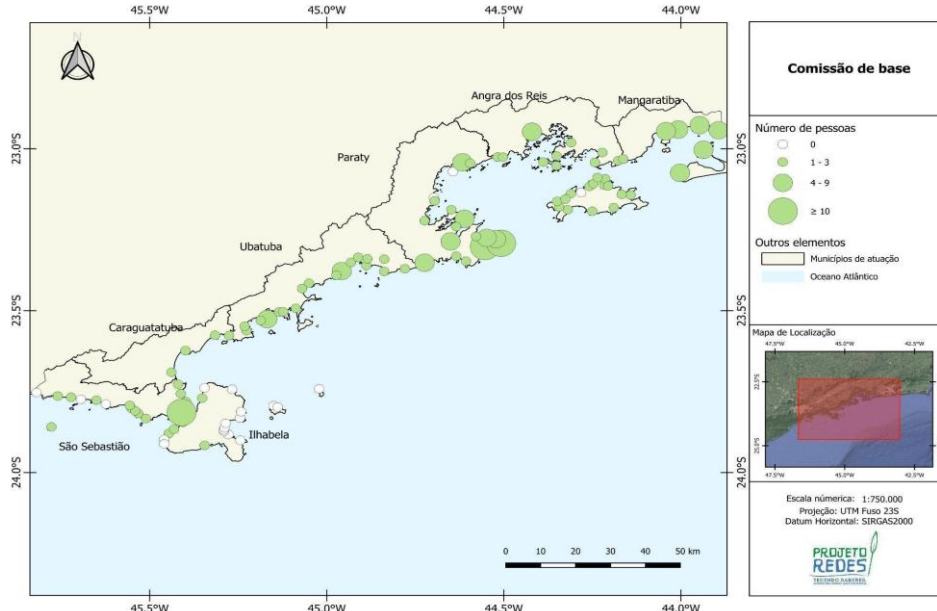
As comissões de base estão previstas no Plano de Trabalho revisado (abril/2021). Com as especificidades próprias de cada comunidade, as comissões de base deveriam reunir as pessoas mais engajadas na organização comunitária. Pode ser formalizada como um grupo fixo ou ser composta apenas pela indicação de pessoas de referência a serem mobilizadas em face dos processos organizativos nos quais o Projeto Redes se envolve. Em alguns casos, foram apontadas organizações comunitárias atuantes na comunidade e envolvidas com as ações do Projeto Redes.

Em 2022, o relatório de pesquisa indicava que a comissão de base era compreendida como um grupo composto por comunitários mais envolvidos na articulação com o Redes, onde há a construção de reflexões conjuntas sobre as

problemáticas das comunidades e acordos para o andamento das atividades. Foi feito um novo levantamento sobre a composição das comissões de base por comunidade, finalizado em setembro de 2023. Esse levantamento gerou informações sobre as 111 comunidades e havia ainda 14 comunidades que não apresentaram comissões de base constituídas até então. Ao todo, foram registradas 246 pessoas e 48 organizações comunitárias diferentes, sem contar os educadores de base que atuam em cada comunidade.

O levantamento sobre as comissões de base chamou atenção para a importância de se orientar sua criação, composição e acompanhamento. É importante registrar na composição das comissões de base tanto os nomes das pessoas quanto as organizações que elas representam.

Imagem 6: Número de pessoas nas comissões de base levantadas em setembro/2023

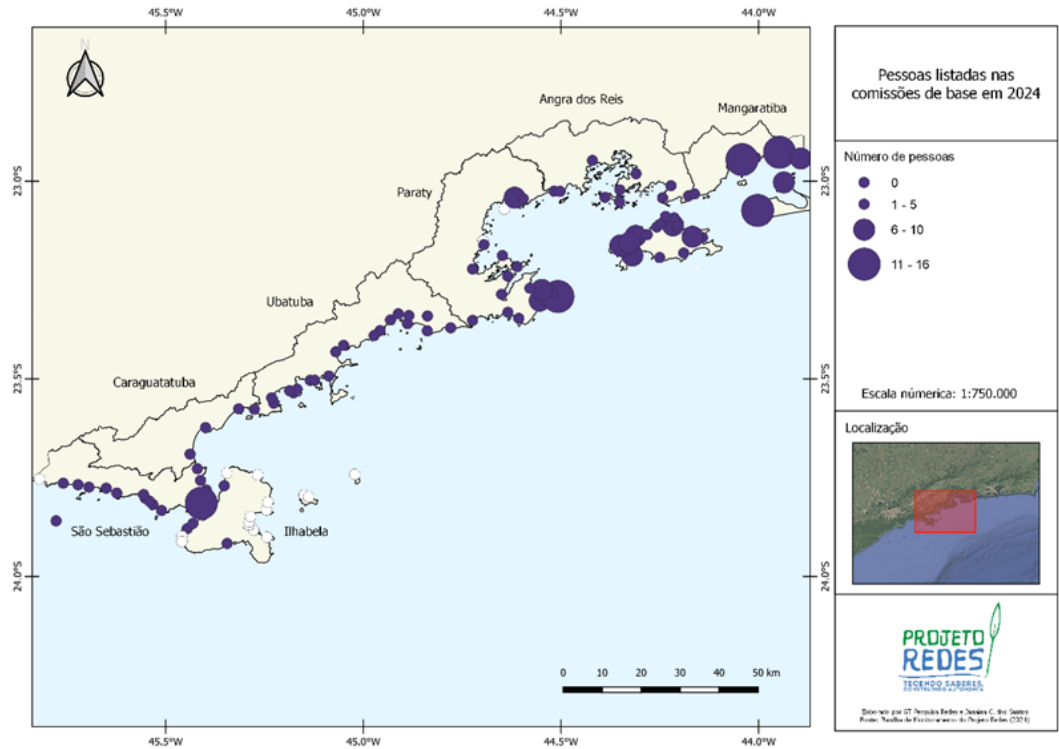


Fonte: Levantamento feito pelos coordenadores em setembro/2023

Em 2024, houve um avanço considerável no número de pessoas envolvidas, mas a grande maioria em comunidades onde já havia comissões de base. A listagem passou de 247 nomes listados para 342 nomes. O Mapa 3 apresenta o número de pessoas mobilizadas como comissões de base em cada comunidade. Nota-se grandes concentrações em Mangaratiba e Ilha Grande, no Meso RJ, em algumas comunidades da Península da Juatinga, no Meso Inter, e em Araçá, no Meso SP. A porção leste de Ilhabela, onde está a Baía dos

Castelhanos e entorno, é a parte que apresenta maior dificuldade, embora tenham sido indicadas lá associações como parte da comissão de base.

Imagem 7: Pessoas listadas nas comissões de base do Projeto Redes, por comunidade (2024)



Fonte: Planilha de Monitoramento de Comunidades/GT Pesquisa (2024)

Comparando os Indicadores Territoriais de Comissão de Base dos Anos III e IV, observa-se que a principal alteração ocorreu no número de comunidades que se considera com alto índice, ou seja, que listam pelo menos 3 participantes, que passou de 25 para 53 comunidades, crescendo sobretudo em relação às comunidades com índices médio-alto e alto.

Tabela 2: Indicador Territorial de Comissão de Base (setembro/23)

ICB23	Meso RJ	Meso Inter	Meso SP	Total Geral
Alto	10	14	1	25
Médio-alto	7	12	8	27
Médio	10	4	10	24
Baixo	5	5	11	21
Inexistente	1	2	11	14
Total Geral	33	37	41	111

Fonte: Planilha de monitoramento das comunidades do Projeto Redes (out/22 a set/23)

Na comparação entre os três mesos, continuou a maior dificuldade na consolidação das comissões de base no Meso SP, onde se observava aproximadamente 22 das 41 comunidades com índice Baixo ou Inexistente, mas com aumento no número de comunidades com índice Alto (de 1 para 8).

Imagem 8: Indicador Territorial de Comissão de Base (julho/24)

ICB24	Meso RJ	Meso Inter	Meso SP	Total Geral
Alto	19	26	8	53
Médio-alto	11	3	6	20
Médio	1	1	5	7
Baixo	2	5	11	18
Inexistente	0	2	11	13
Total Geral	33	37	41	111

Fonte: Planilha de monitoramento das comunidades do Projeto Redes (out/23 a set/24)

Em 2025 houve alteração nas comunidades sem comissão de base, que passaram para índices Baixo, Médio, Médio-Alto e Alto. O Meso SP apresentou o maior avanço de 2024 para 2025, principalmente em Ilhabela, apesar de ainda ter muitas comunidades com índice Baixo.

Tabela 13: Indicador Territorial de Comissão de Base (julho/25)

ICB25	Meso RJ	Meso Inter	Meso SP	Total Geral
Alto	19	27	11	57
Médio-alto	6	1	5	12
Médio	5	3	5	13
Baixo	3	6	18	27
Inexistente	0	0	2	2
Total Geral	33	37	41	111

Fonte: Planilha de monitoramento das comunidades do Projeto Redes (set/25)

A atualização completa sobre as comissões de base em 2025 está no Relatório Final de Monitoramento e Avaliação (Anexo 9).

C4. As organizações comunitárias

Em 2024, foi modificado o formulário de registro das atividades, incluindo um campo para indicar as organizações participantes das atividades. O

levantamento do período de outubro de 2023 a setembro de 2024 (Ano IV) identificou 308 organizações diferentes citadas nos registros, quase o triplo das 106 identificadas no Ano III, que deve ser creditado não só ao aumento efetivo das interações do Projeto Redes com outras organizações, mas também à melhoria nos registros.

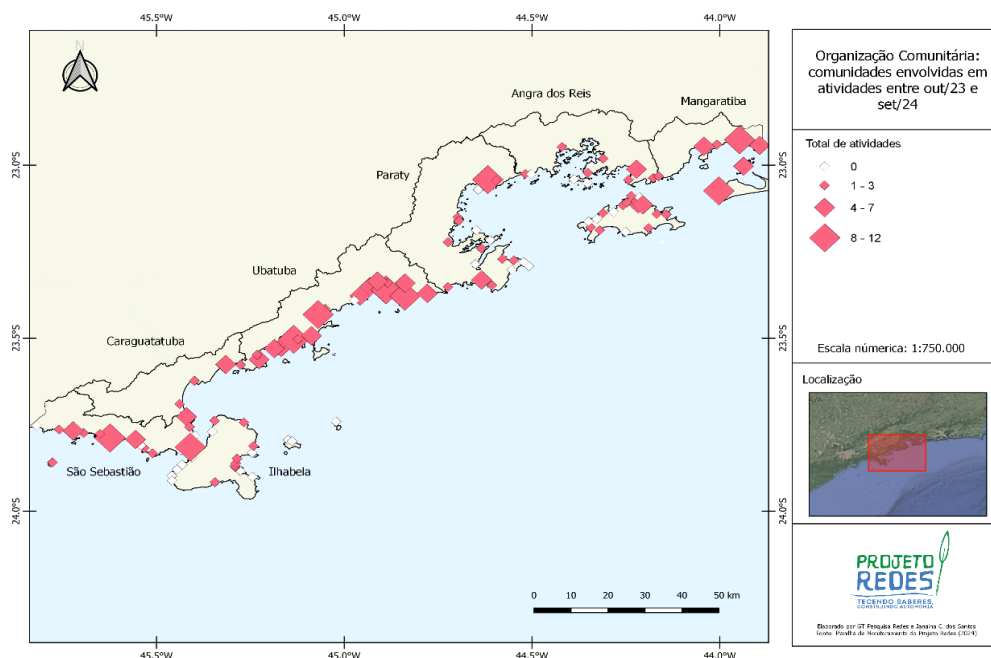
Em 2025, os registros apontaram para um total de 149 organizações envolvidas nas atividades, sendo 87 delas comunitárias. Com a tabulação dos relatórios mensais desde maio de 2021, foi possível identificar o total de organizações que interagiram nas diversas atividades do Redes ao longo dos cinco anos. Os números finais apontam para o resultado de **488** organizações listadas, sendo **251** organizações comunitárias e o restante de diferentes tipos: instituições públicas, universidades, projetos, organizações não-governamentais etc.

A atualização sobre as organizações envolvidas em atividades do Redes em 2025 está no Relatório Final de Monitoramento e Avaliação (Anexo 9).

C6. Mapeamento das atividades (2021-2025)

Um dado importante apresentado em 2023 foi o mapa indicando as comunidades envolvidas em atividades cujo tema esteve relacionado a organizações comunitárias. Nota-se uma prevalência das comunidades da Ilha Grande, do Sul de Paraty, Norte de Ubatuba e Sul de São Sebastião. Em 2024, o número total de atividades com o tema aumenta de 179 para 285, mantendo a prevalência do Meso Inter, seguido pelo Meso RJ e Meso SP, nesta ordem, mas com aumento em todos os mesos. O mapa de 2024 indica novas áreas de aumento do interesse no tema, como Mangaratiba, no Meso RJ, São Gonçalo e Sul de Ubatuba, no Meso Inter, e Araçá, no Meso SP.

Mapa 4: Atividades realizadas com tema Organização Comunitária (out/22 a set/23 e out/23 a set/24)



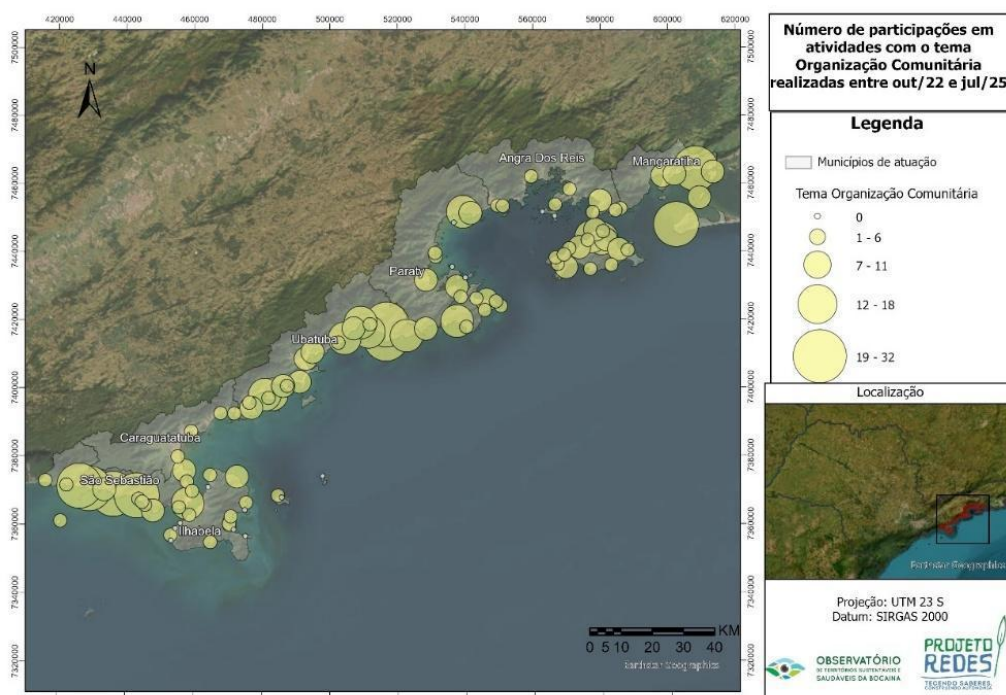
Fonte: Planilha de monitoramento das comunidades do Projeto Redes

Gráfico 5: Número de atividades de tema Organização Comunitária (jun/21 a mai/25)



Fonte: Planilha de Monitoramento de Comunidades/GT Pesquisa (2025)

Mapa 20: Número de participações em atividades com o tema Organização Comunitária (out/22 a julho/25)



Fonte: Planilha de Monitoramento de Comunidades/GT Pesquisa (2025)

C6. Conclusão

O relatório Análise das Organizações Comunitárias foi um esforço de detalhamento das atividades do Projeto Redes nas comunidades, focado na contribuição do projeto para o fortalecimento das organizações comunitárias. Foi construído a partir de diversas fontes: dados do monitoramento, oficinas de formação e planejamento, reuniões, revisão de educadores e coordenadores, além da revisão bibliográfica sobre o tema. Além de uma visão geral sobre a questão das organizações comunitárias, optou-se por um olhar detalhado por cada comunidade, para que o relatório fosse não somente uma sistematização do trabalho realizado e das condições pré-existentes à entrada do projeto, mas também um instrumento de planejamento das ações no último ano desta fase e um registro para orientar o trabalho na próxima fase.

Considerando as diversas modalidades de apoio às organizações comunitárias verificadas, pode-se destacar: apoio à formação de novas organizações, formalização de organizações existentes, desenvolvimento de temas geradores de interesse das organizações comunitárias, atividades formativas relacionadas ao associativismo, revitalização de organizações inativas, seleção de lideranças comunitárias para os cursos da Rede de

Formação Socioambiental, incentivo a novas lideranças nas associações, articulação em rede entre comunidades, formação e fortalecimento de coletivos, articulação com movimentos sociais e mediação entre organizações comunitárias e poder público.

O desempenho do Redes nas 111 comunidades não é homogêneo, há variações multicausais no grau de engajamento. Aqui é importante registrar essas diferenças e apontar possíveis caminhos. Mas não é possível esmiuçar todas as causas que implicam nessas diferenças. Quando o quadro perdura ao longo dos anos ou quando há uma concentração de muitos casos problemáticos num microterritório, a análise e a resposta devem ser mais específicas.

A principal finalidade do relatório é servir à orientação do trabalho formativo desenvolvido em cada comunidade, ao mesmo tempo possibilitando uma visão geral que permita enxergar as convergências e sinergias num âmbito meso e macroterritorial.

D. Conflitos ambientais e territoriais, gestão e defesa do território

D1. Introdução, conceitos e contextualização

A exploração de petróleo e gás na Bacia de Santos, intensificada após a descoberta do pré-sal, inaugurou uma nova fase de apropriação territorial no litoral fluminense e paulista, especialmente entre a Baía da Ilha Grande e o Litoral Norte de São Paulo. Essa região apresenta uma sobreposição de dinâmicas históricas (colonização, modernização e industrialização) que geraram sucessivas “ondas” de apropriação e expropriação do território.

Esses processos se entrecruzam e configuram múltiplas territorializações promovidas por diferentes atores — Estado, empresas privadas e comunidades tradicionais, resultando em disputas pelo uso, controle e significação do território. O objetivo central do estudo é mapear e categorizar os conflitos existentes na Baía da Ilha Grande e no Litoral Norte paulista (Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty, Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela), compreendendo seus efeitos na reconfiguração regional e urbana.

A metodologia baseia-se na análise de relatórios participativos e diagnósticos regionais (como o PEA-RJ, 2014), utilizando variáveis como definição do conflito, impactos percebidos, atores envolvidos, estratégias de resistência e resultados. O estudo propõe uma síntese comparativa dos mapeamentos existentes e um levantamento dos principais conflitos relatados por comunidade.

O conflito é compreendido como expressão prática das contradições sociais e de poder (Porto-Gonçalves, 2014), revelando a coexistência de diferentes racionalidades e formas de uso do espaço. Tradicionalmente, os conflitos territoriais eram analisados pela geopolítica, restritos a disputas estatais e fronteiriças. Contudo, abordagens contemporâneas (Souza, 2013; Cruz, 2021) ampliam o conceito, reconhecendo múltiplos agentes: comunidades, empresas, movimentos sociais em disputas pelo uso do território (Becker, 1985; Santos, 1994).

Esses conflitos evidenciam processos de desterritorialização (Haesbaert, 2002), em que grupos sociais permanecem fisicamente em seus espaços, mas perdem autonomia sobre o uso e as decisões locais. Nogueira destaca que tais disputas também envolvem a defesa de identidades, paisagens e modos de vida ameaçados pela globalização e pela lógica capitalista que redefine usos e significados dos lugares.

Os conflitos ambientais, por sua vez, emergem da contradição entre políticas de conservação e práticas econômicas predatórias, frequentemente vinculadas ao neoextrativismo e à dependência de exportações primárias (Zhou; Laschefski, 2010). Tais dinâmicas transformam o Brasil em “exportador de espaço ambiental”, gerando tensões tanto no campo quanto nas cidades.

Ao longo do século XX, os conflitos sociais tinham caráter classista: centrados em lutas trabalhistas e agrárias. No final do século, entretanto, os conflitos ambientais e territoriais se intensificaram, impulsionados por críticas ao modelo de desenvolvimento e pelo fortalecimento de identidades locais (Monié, 2016).

A tipologia proposta distingue **conflitos ambientais**, voltados aos impactos sobre ecossistemas e paisagens, e **conflitos territoriais**, referentes ao acesso, gestão e controle de recursos. Zhou e Laschefski (2010) categorizam três tipos: (1) distributivos, ligados à desigualdade no uso de

recursos; (2) espaciais, quando os impactos extrapolam fronteiras sociais e geográficas; e (3) territoriais, relacionados à apropriação capitalista de territórios tradicionais.

Os estudos tomam as comunidades como unidades de análise e os territórios tradicionais (terrestres e marinhos) como referência para entender as interações entre atores, interesses e escalas de poder.

D2. Análise da base de dados

Três estudos principais orientam a análise metodológica: o Diagnóstico Participativo do PEA-RJ (2014), a tese de Ricardo Monge (2019) e o relatório PactoMar (UNIFESP, 2022). Todos identificam variáveis fundamentais — localização, duração, atores, estratégias, impactos e resultados — e apontam categorias distintas de conflito.

Foram reconhecidas 26 categorias principais, agrupadas em eixos temáticos:

- **Petróleo e gás:** conflitos entre indústria petrolífera e pesca artesanal, falta de informação sobre royalties e impactos ambientais diretos.
- **Turismo:** disputas entre atividades turísticas, industriais e comunitárias, privatização de praias e caminhos tradicionais.
- **Empreendimentos e especulação imobiliária:** expansão de grandes empreendimentos, condomínios de luxo e grilagem de terras em áreas tradicionais.
- **Pesca e maricultura:** conflitos entre pescadores artesanais, embarcações industriais, políticas de manejo e fiscalização.
- **Unidades de Conservação (UC):** tensões entre políticas ambientais e comunidades tradicionais, restrições de acesso e perda de territórios.
- **Outros temas:** poluição, ausência de diálogo público, excesso de diagnósticos sem ações concretas e falta de consulta prévia às comunidades.

O relatório PactoMar (2022) identifica quatro conflitos prioritários no litoral paulista: **legislação e fiscalização, grandes empreendimentos, manejo pesqueiro e poluição**. Os grandes empreendimentos — como o gasoduto de Caraguatatuba, a ampliação do porto de São Sebastião e as usinas nucleares

de Angra: representam os focos mais significativos, provocando impactos sociais, ambientais e econômicos. As comunidades relatam efeitos como ruído intenso, degradação de manguezais, aumento da especulação imobiliária e precarização das atividades pesqueiras. Além disso, denunciam a promessa não cumprida de geração de emprego e renda, já que os postos ofertados são escassos e de baixa remuneração, reforçando a dependência e a vulnerabilidade local.

Os dados coletados por educadores e mobilizadores comunitários revelam diferenças regionais significativas entre os três mesoterritórios analisados:

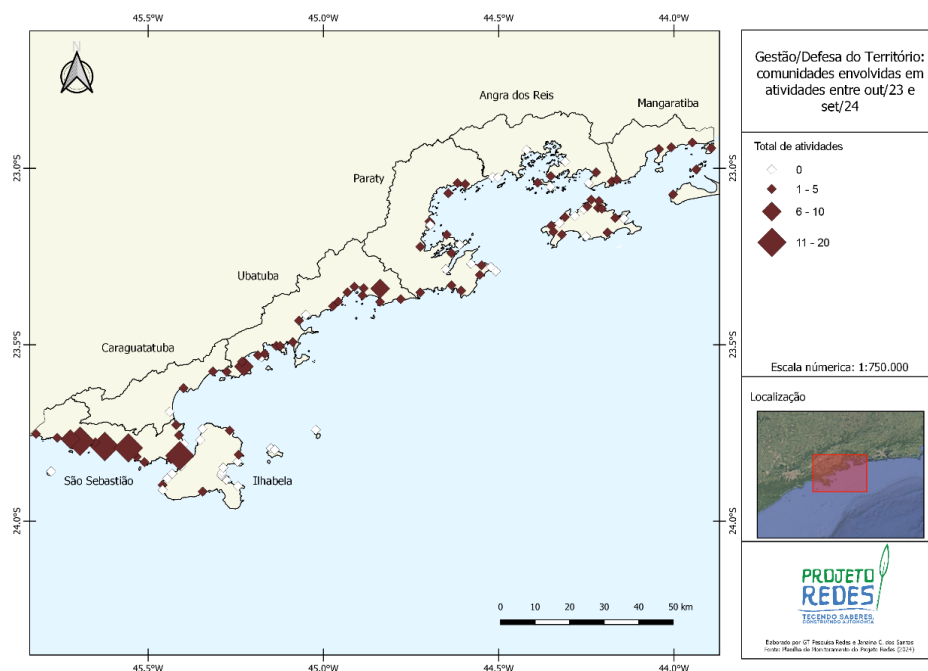
- **Mesoterritório Rio de Janeiro:** predominam conflitos relacionados a Unidades de Conservação, exploração de petróleo e gás e pesca industrial. A especulação imobiliária e a precariedade de serviços públicos agravam a exclusão social.
- **Mesoterritório Inter:** o turismo predatório é o principal foco, seguido por disputas fundiárias e conflitos com Unidades de Conservação (Parque da Bocaina e Parque da Serra do Mar).
- **Mesoterritório São Paulo:** a especulação imobiliária é o conflito mais recorrente, especialmente em Ilhabela, além de tensões com Unidades de Conservação e empreendimentos portuários e petrolíferos.

Esses resultados indicam que os três territórios enfrentam intensas disputas, ainda que com diferentes vetores de conflito: ambientais, fundiários e institucionais.

D3. Mapeamento das atividades (2021-2025)

O Projeto Redes mapeou atividades comunitárias voltadas à **defesa do território, gestão territorial comunitária e resolução de conflitos**. Entre 2021 e 2025, houve um crescimento expressivo das ações de mobilização, principalmente em São Sebastião (SP), impulsionadas pelo desastre climático de 2023.

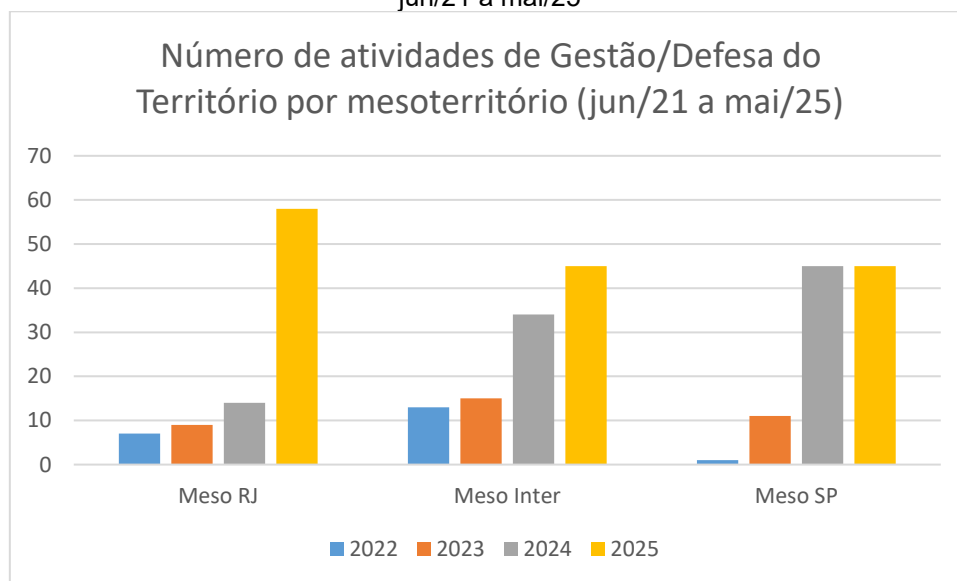
Mapa 2: Gestão/Defesa do Território: comunidades envolvidas (out/23 a set/24)



Fonte: Planilha de monitoramento das comunidades do Projeto Redes (2024)

As comunidades desenvolveram planos de uso territorial, ações jurídicas e incidência política. As mobilizações fortaleceram redes intercomunitárias e ampliaram o protagonismo de lideranças locais, especialmente entre povos caiçaras, quilombolas e indígenas. O Mapa 2 demonstra este resultado.

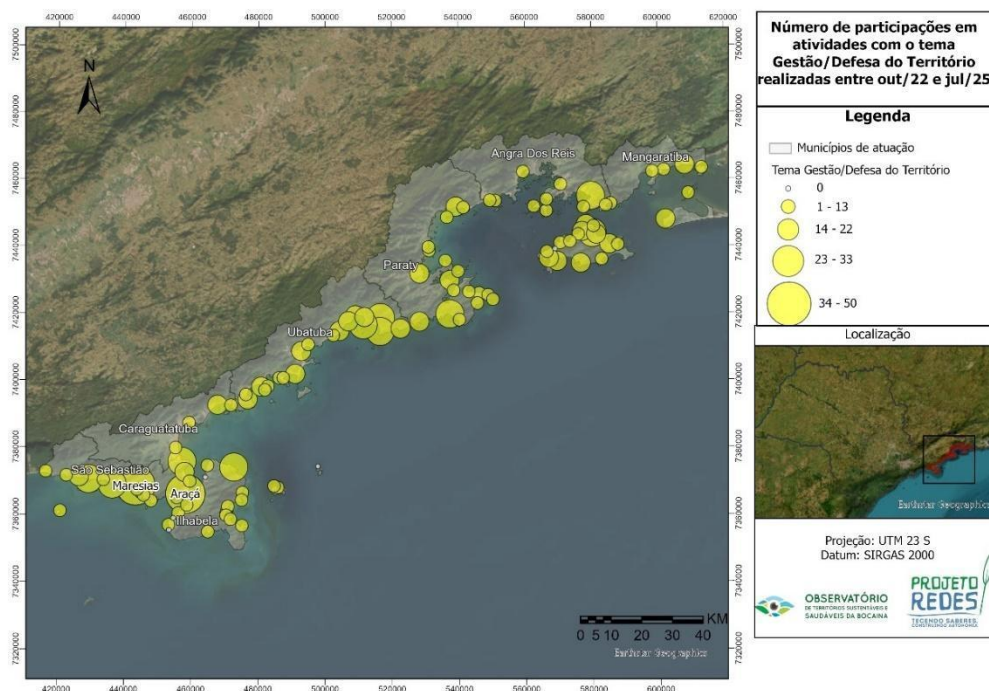
Gráfico 5: Gestão/Defesa do Território: número de atividades por Mesoterritório nos anos de jun/21 a mai/25



Fonte: Planilha de monitoramento das comunidades do Projeto Redes (2022-2025)

Em quatro anos (Gráfico 5), o número de atividades sobre gestão e defesa do território passou de menos de 30 (2022) para mais de 110 (2025). Esse aumento reflete tanto a ampliação das redes de articulação quanto o agravamento dos conflitos e a consolidação de estratégias de resistência.

Mapa 21: Número de participações em atividades com o tema Gestão/Defesa do Território (out/22 a julho/25)



Fonte: Planilha de monitoramento das comunidades do Projeto Redes (2021-2025)

O mapeamento (Mapa 3) mostra que o **Meso RJ** apresentou o maior número de participações em atividades, o **Meso Inter** manteve estabilidade e o **Meso SP** consolidou suas ações em 2024. As comunidades que mais sediaram atividades sobre o tema foram Saco do Céu e Monsuaba (RJ), Quilombo da Fazenda e Praia do Sono (Inter), e Araçá, Maresias e Boiçucanga (SP), devido aos conflitos territoriais e injustiças ambientais que passaram essas comunidades neste tempo.

D4. O curso de Defensoras e Defensores dos Territórios Tradicionais

Criado em parceria com as Defensorias Públicas do RJ e SP, o curso teve como objetivo capacitar lideranças tradicionais para o acesso à justiça e a defesa

de direitos ambientais. A primeira turma foi lançada em 2023, com 15 lideranças de Angra dos Reis, Paraty, Ubatuba e São Sebastião. A segunda, em 2024, ampliou para cerca de 30 participantes e integrou-se à Rede de Formação Socioambiental. Com carga horária de 170 horas, o curso adotou a Pedagogia da Alternância, com metodologias participativas, rodas de conversa e vivências em territórios em conflito. Os cinco módulos trataram de temas como direitos territoriais, justiça socioambiental e estratégias jurídicas de defesa. A iniciativa fortaleceu o protagonismo comunitário e promoveu a articulação entre movimentos sociais e instituições públicas, configurando-se como uma ferramenta essencial de emancipação política diante das ameaças impostas por grandes empreendimentos, grilagem e crise climática a partir da fundação de uma Rede de Defensoras e Defensores dos Territórios Tradicionais.

D5. Estudos de Caso

A pesquisa de campo gerou 21 fichas de conflito elaboradas com base em variáveis como categoria, localidade, atores, cronologia, mediações institucionais e estratégias. Os critérios de elegibilidade buscaram abarcar os conflitos que mais foram apresentados pelos Mesoterritórios nos relatórios e durante os cursos.

No Meso RJ, destacam-se: uso da água e saneamento em Angra dos Reis; conflito entre a UERJ e a comunidade da Vila Dois Rios; implementação do Parque da Cidade; conflito entre a Marinha e o Quilombo da Marambaia; disputa entre pescadores e Unidades de Conservação; impactos das indústrias de petróleo e gás no Bananal.

No Meso Inter, predominam conflitos fundiários, como os da Praia de Martim de Sá, Juatinga, São Gonçalo, Cajaíba, Quilombos da Caçandoca e da Fazenda, e Trindade.

No Meso SP, foram estudados os casos da tragédia-crime de São Sebastião (2023), disputas territoriais em Castelhanos, Serraria e Maresias, além da ampliação do porto de São Sebastião e seus impactos sobre o território do Araçá.

As fichas foram construídas de forma participativa, envolvendo lideranças locais e pesquisadores, o que assegurou a legitimidade e a precisão das informações.

E. Impactos do Petróleo e Gás

E1. Introdução, conceitos e contextualização

O GT Pesquisa do Projeto Redes acompanhou as atividades do GT Perdas e Danos (OTSS), que elaborou um relatório aprofundado sobre impactos que não estavam tendo atenção nos estudos de impactos ambientais produzidos por ocasião do licenciamento da Etapa IV do Pré-sal na Bacia de Santos, principalmente em relação à sua dimensão social. O GT percebeu que os impactos sociais são menos citados pelos Estudos de Impacto Ambiental e estão menos presentes em relatórios e projetos das condicionantes ambientais, o que contribui para sua invisibilização.

O trabalho do GT Perdas e Danos busca alcançar horizontes conceituais mais amplos, que nos auxiliem a superar o desafio que envolve a abordagem e o procedimento de mitigação dos impactos sociais. Essas formas de impactos estão ligadas à subjetividade, ao simbólico, que se relacionam diretamente com questões ligadas à saúde mental, ou seja, são aspectos mais difíceis de serem medidos, quantificados e, portanto, enfrentados em sua realidade e profundidade. No entanto, se mostra cada vez mais necessário a busca por novos instrumentos para abordar a dimensão dos impactos sociais, tão presentes nos territórios abrangidos pelo Projeto Redes.

Uma discussão que se demonstra fundamental para o tratamento dos impactos, na visão da instituição executora, é a necessária superação da abordagem por demais fragmentada dos impactos. O entendimento e, conseqüentemente, a forma de trabalhar com impactos a partir da lógica de divisão entre impactos físicos, bióticos e socioeconômicos é um modelo restrito, ancorado numa separação entre os aspectos humanos e naturais, que precisa ser superada.

Nesse sentido, o encontro com alguns(umas) pensadores(as) vêm ampliando nossas reflexões e possibilidades de abordagem mais complexas sobre os impactos da cadeia produtiva de Petróleo e Gás. Diegues (2004) abordou a indissociabilidade dos aspectos que compõem a vivência caiçara e o reconhecimento sobre os saberes que essas populações carregam historicamente sobre seu território, constituindo-se enquanto atores fundamentais na identificação e na resolução de possíveis impactos e danos. Concordam com essa abordagem os autores Da Silva et. al (2020) e Vanclay et. al. (2015), reconhecendo o conhecimento diferenciado presente nas comunidades, que oferecem um outro entendimento para as dinâmicas, os danos e os impactos oriundos dos grandes empreendimentos, divergindo em muitos sentidos do conhecimento técnico-científico. Dessa forma, e ainda partindo do princípio da centralidade do sofrimento da vítima (Trindade, 2006), são as vítimas dos impactos sociais, políticos, ambientais, os mais legítimos titulares de direito para reconhecer e propor a resolução da violação.

No Brasil, o reconhecimento do saber tradicional, que se estende às dinâmicas do território, uma vez que ancorados no conhecimento a partir do vivido, está previsto na Lei Nº 9.985 de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), quando ela coloca, no Art. 4º § XIII: “Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente” (Brasil, 2000).

Vanclay (2002), a partir de seus estudos, amplia nosso entendimento acerca dos impactos sociais, evidenciando as possibilidades de manifestação desses impactos, que se interrelacionam a todo momento, como impactos ligados à saúde e ao bem-estar, a qualidade do meio ambiente habitado, a dimensão econômica e o bem-estar material, impactos ligados à dimensão cultural, na família, na comunidade, nas relações de gênero e ainda na dimensão institucional, legal e política.

Para ampliar a percepção sobre impactos, é preciso ampliar as formas de identificação deles. Abordagens como a de Vanclay et al (2015) sugerem um processo de quatro fases para identificar e gerenciar impactos sociais: 1) entender os problemas; 2) prever, analisar e avaliar os prováveis caminhos dos impactos; 3) desenvolver e implementar estratégias; e 4) projetar e implementar

programas de monitoramento. Outro debate importante é a discussão presente em Da Silva et al. (2011) e Canter e Kamath (1995) sobre as propriedades sinérgicas, indutoras e cumulativas que complexifica ainda mais a análise dos impactos.

Uma análise fragmentada promove deficiências e lacunas nos processos de licenciamento ambiental. Sendo assim, a instituição executora entende ser fundamental que os estudos de impactos ambientais considerem a perspectiva cumulativa e sinérgica nos processos de licenciamento ambiental de megaempreendimentos.

Segundo Teixeira (2012), em 1981, com a criação do Licenciamento Ambiental no Brasil, essa proposta de Avaliação de Impacto Ambiental foi incorporada à legislação, no entanto, a Avaliação de Impacto Ambiental não necessariamente está integrada ao Licenciamento Ambiental. Existem diversas falhas na forma como essa ferramenta foi incorporada no licenciamento brasileiro, mas é fundamental apontar que ela institui a necessidade de avaliação das propriedades cumulativas e sinérgicas dos megaempreendimentos, compreendendo os efeitos cumulativos como a soma de impactos de diversos projetos e efeitos sinérgicos como a potencialização de impactos, provenientes de diferentes projetos que incidem sobre uma região.

Na visão da instituição executora é fundamental avançar no entendimento sobre as múltiplas relações e possibilidades de perdas e danos que podem ser evitados a partir de um acompanhamento e de uma avaliação mais ampla das dinâmicas que ocorrem no território, fruto da exploração do segmento de petróleo e gás. Os impactos podem ser oriundos de múltiplos fatores, podem sobrepor-se no tempo e no espaço com outros impactos, podem potencializar (temporalmente ou espacialmente) ou mesmo induzir a ocorrência de outros impactos. Essas três propriedades apresentadas oferecem boas linhas de reflexão para nos apoiar em nossa ampliação do entendimento de impactos, principalmente no meio social.

Além de compreender o complexo industrial a partir de perspectivas mais integradas tendo como foco a busca por impactos que incidem diretamente nos modos de vida tradicionais presentes no território, outra problemática deve ser enfrentada para fortalecer mecanismos de controle social no território.:

megaempreendimentos possuem grande capacidade de alteração da dinâmica social, ambiental e econômica de uma determinada região.

Esse megaempreendimento é formado por inúmeras empresas diferentes que atuam nas diferentes etapas necessárias para o funcionamento da cadeia produtiva de petróleo e gás e, com isso, para seu funcionamento produzem inúmeros processos de licenciamento ambiental distintos.

Do ponto de vista da instituição executora, outro problema que se apresenta nos processos de licenciamento ambiental do Complexo da Indústria de Petróleo e Gás na região do Litoral Norte de São Paulo e Sul Fluminense é a realização de um processo de licenciamento ambiental mais rigoroso apenas em algumas etapas da cadeia produtiva, como, por exemplo, nos estudos sísmicos e na atividade de extração. Ambas as atividades são licenciadas em nível federal sendo de responsabilidade do Ibama. Já as atividades relativas ao transporte do petróleo bruto – que é responsável por grande parte dos impactos que incidem sobre as comunidades pesqueiras e/ou tradicionais, é autorizado pelos órgãos estaduais, no caso de SP, pela CETESB, e no caso do RJ, pelo INEA, possuindo procedimentos de licenciamento ambiental bem mais simplificados.

Segundo Teixeira, a ausência de estudos de avaliações dos impactos integrados dificulta bastante a construção de medidas mitigatórias e compensatórias satisfatórias decorrentes dos processos de Licenciamento Ambiental de Grandes Empreendimentos (2012).

A abordagem completa pode ser lida no relatório Perdas e Danos (OTSS, 2023).

E2. Análise da base de dados

O levantamento de informações junto aos educadores colocou em evidência a percepção sobre diversos impactos relacionados à cadeia produtiva do petróleo e gás. A circulação de navios foi mencionada em 22 comunidades do Meso RJ, no Meso SP foram 27 comunidades e no Meso Inter 20 comunidades. Esses resultados sugerem que a circulação de navios é uma realidade amplamente reconhecida, sobretudo nos Mesos RJ e SP. Outros instrumentos de monitoramento de embarcações certamente contribuirão com resultados mais conclusivos.

O impacto visual de plataformas e navios foi mencionado em 25 comunidades do Meso RJ, 28 no Meso SP e 15 no Meso Inter. Nota-se, portanto, que a percepção do impacto visual é mais evidente nos mesos RJ e SP, refletindo a maior intensidade de atividades relacionadas à exploração e transporte marítimo nessas localidades. A existência de áreas de fundeio próximas às áreas de pesca da comunidade foi mencionada em 17 comunidades do Meso RJ, 12 no Meso SP e apenas 6 no Meso Inter.

A proximidade com portos é identificada como um problema em 19 comunidades do Meso RJ e 16 no Meso SP, realidade que não se verifica no caso do Meso Inter pela inexistência de portos.

Por fim, a ocorrência de vazamento de óleo foi mencionada em 23 comunidades no Meso RJ, enquanto no Meso SP somente 10 e no Meso Inter uma única menção. Assim, percebe-se que a ocorrência de vazamentos de óleo é mais reconhecida no Meso RJ.

Estes dados não são conclusivos pois a negativa às respostas não significa que não há impactos. Outros instrumentos de monitoramento existentes, inclusive projetos de mitigação devem oferecer maior detalhamento. A pesquisa, no entanto, ajuda a orientar o olhar dos educadores e das comunidades para a percepção sobre os impactos existentes.

E3. Mapeamento das atividades (2021-2025)

O tema Meio Ambiente se destacou em Araçá, Boiçucanga e Barra do Sahy, comunidades de São Sebastião-SP, no Meso SP. E Impactos do Petróleo e Gás em Boiçucanga, Maresias e Enseada, também em São Sebastião. Em 2023, foram realizadas grandes atividades preparatórias para a participação nas audiências públicas da Etapa IV do Pré-sal e em 2025 as reuniões públicas sobre o mesmo tema, reunindo caiçaras, quilombolas e indígenas.

Gráfico 1: Número de atividades de tema Meio Ambiente, por mesoterritório (jun/21 a mai/25)

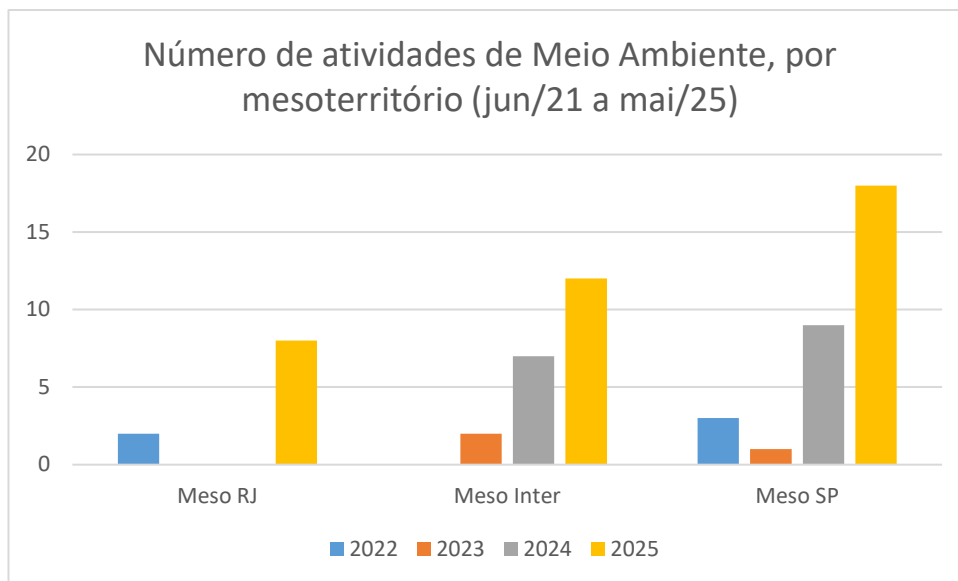
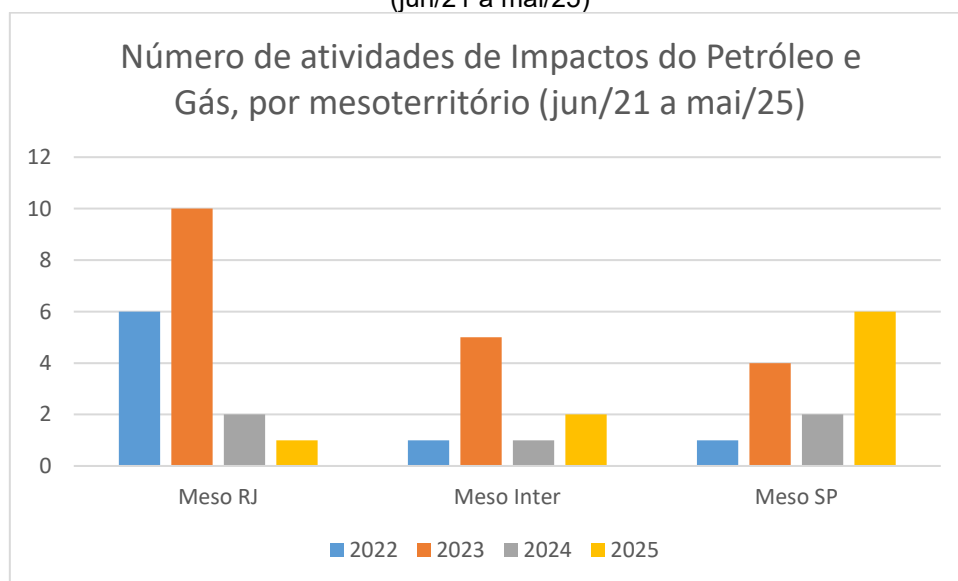
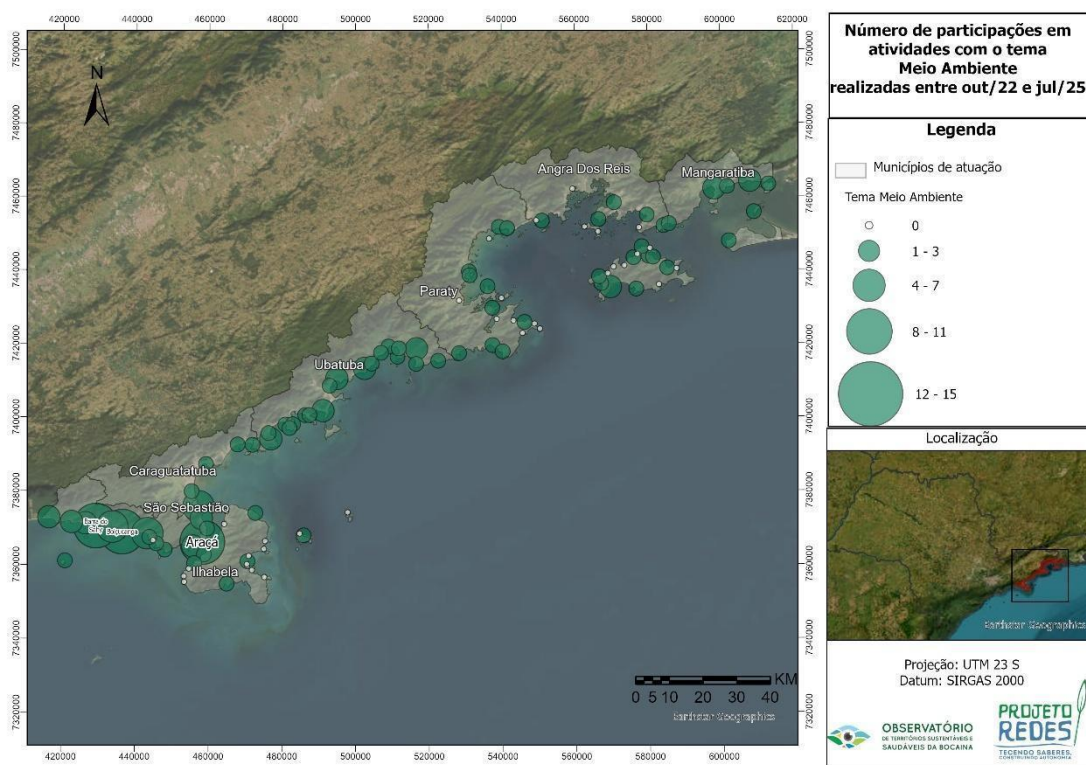


Gráfico 2: Número de atividades de tema Impactos do Petróleo e Gás, por mesoterritório (jun/21 a mai/25)

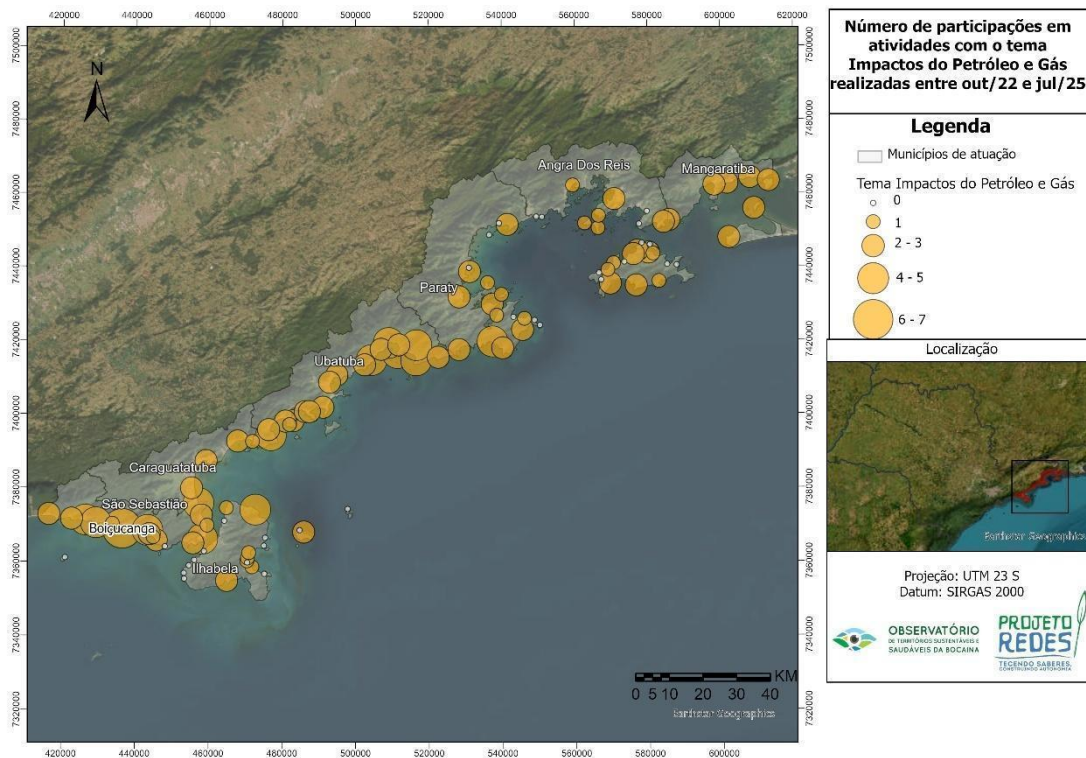


Mapa 1: Número de participações em atividades com o tema Meio Ambiente (out/22 a julho/25)



Fonte: Projeto Redes

Mapa 2: Número de participações em atividades com o tema Impactos do Petróleo e Gás (out/22 a julho/25)



Fonte: Projeto Redes

E4. O tema do Licenciamento Ambiental nos cursos

A inclusão de um módulo transversal sobre licenciamento ambiental nos cursos da Rede de Formação Socioambiental foi fundamental para fortalecer a gestão ambiental compartilhada e promover a educação ambiental crítica. Essa abordagem reconhece a importância de integrar conhecimentos tradicionais e científicos, estimulando o protagonismo local na preservação e permanência em seus territórios. Além disso, contribui para o fortalecimento de uma cidadania crítica e consciente, capaz de defender direitos ambientais e promover práticas que respeitem as especificidades culturais e ambientais de comunidades tradicionais.

Durante o curso Maré de Saberes, foi iniciado o primeiro ensaio de abordagem do tema do licenciamento ambiental na Rede de Formação Socioambiental, por meio de ferramentas da educação ambiental crítica e educação popular.

Nos 8 cursos temáticos, para além de aprofundar os conceitos já abordados no Maré de Saberes, o desafio do módulo de Licenciamento Aplicado incluiu facilitar a apropriação do território sobre a utilização da ferramenta de *construção de condicionantes*, durante o processo de licenciamento ambiental. A abordagem do tema buscou contextualizar as condicionantes como *mais um instrumento disponível para as comunidades tradicionais* utilizarem, de acordo com a percepção das próprias comunidades acerca dos rumos que julgam mais adequados para a gestão de seus territórios.

Os conceitos-chave escolhidos para serem trabalhados nas dinâmicas do módulo de Licenciamento Aplicado foram definidos a partir de: a) conhecimento prévio da equipe de condução dos módulos acerca dos desafios relacionados ao tema do licenciamento ambiental; b) análises técnicas específicas do licenciamento ambiental da Etapa 4 do Pré Sal.

A equipe condutora buscou enfatizar que o licenciamento ambiental é de extrema importância, se constituindo em uma política pública fundamental para o diálogo entre o desenvolvimento e os modos de vida tradicionais. Ao mesmo tempo, esse instrumento precisa de aprimoramento, refinamentos e mais proximidade comunitária.

Discutir as principais propostas do PL da Devastação nas duas turmas do Raízes dos Saberes nos trouxe a oportunidade de relembrar conceitos

abordados nos cursos anteriores, projetar o que foi o passado e o que seria o futuro sem a política pública do licenciamento ambiental.

Para tanto, foram planejadas dinâmicas contextualizando o antagonismo entre as ideias de “Sonho” - entendido como o processo em construção, de apropriação da ferramenta do licenciamento ambiental por parte das comunidades tradicionais; e “pesadelo” - enquanto o atravessamento destas forças por interesses daqueles que defendem o PL da Devastação.

Abaixo, destacamos os principais avanços observados em decorrência deste percurso formativo de abordagem do tema licenciamento ambiental como tema transversal dos cursos:

- Participação qualificada dos cursistas nas Reuniões Públicas, realizadas pelo FCT, e Audiências Públicas, realizadas pelo IBAMA, relacionadas à Etapa 4 do Pré Sal. Diversas falas reivindicando: Reclassificação de impactos; Inclusão de impactos, inclusive psicossociais; Proposição de condicionantes; Inclusão dos navios aliviadores no processo do licenciamento ambiental; Aprimoramentos e defesa da ferramenta Licenciamento Ambiental
- Apropriação, por parte dos cursistas, dos principais conceitos do licenciamento ambiental, seus poderes e suas limitações de atuação;
- Apropriação, por parte dos cursistas, da importância da apropriação dos projetos de condicionantes já desenvolvidos no território: como os projetos acontecem, quais são suas propostas, como a voz do território na condução das condicionantes fortalece a organização e a permanência;
- Análise crítica, por parte dos cursistas, acerca das diversas formas possíveis de realização das condicionantes no território;
- Interesse dos cursistas em replicar as dinâmicas em suas comunidades de origem;
- Interesse dos cursistas em adaptar as dinâmicas para outros assuntos de interesse do território, por julgarem uma forma “leve” de abordar “temas difíceis”;
- Rápida capacidade de resposta da equipe quando demandada para realizar formações preparatórias, como as que ocorreram previamente às reuniões públicas e audiências públicas da Etapa 4 do pré sal;

- Interesse dos cursistas em seguir aprofundando no tema do licenciamento ambiental, inclusive incluindo outros megaempreendimentos de relevância para a região.

E5. Estudo de caso: monitoramento e avaliação das audiências públicas da Etapa 4 do Pré-sal na Bacia de Santos

Entre abril e junho de 2023 foram realizadas nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo as audiências públicas da Etapa 4 da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-sal da Bacia de Santos, a ser explorado pela Petrobras. As audiências foram realizadas nos municípios de Angra dos Reis, Niterói, Maricá, no estado do Rio de Janeiro, e Santos, Caraguatatuba e Ilhabela, no estado de São Paulo.

Os integrantes do Projeto Redes se articularam, buscando a realização de encontros e formações preparatórias para a audiência nos diferentes municípios. Esses encontros, elaborados e desenvolvidos por técnicos de diferentes áreas do conhecimento, entre antropólogos, geógrafos, assistentes sociais, cientistas sociais, psicólogos, junto a pescadores/pescadoras e comunitários indígenas, caiçaras e quilombolas, teve como resultado a promoção de momentos de trocas de conhecimento amparado no diálogo de saberes (Santos, 2007), articulando os conhecimentos técnico e tradicional em função da necessidade de construção argumentativa para o enfrentamento direto que se propunham a realizar nas audiências públicas dos diferentes municípios.

Em julho de 2023, passadas as audiências públicas, nas quais se presenciou uma expressiva participação popular, com narrativas articuladas e repletas de questionamentos ao processo de licenciamento, o GT Pesquis sistematizou as informações recolhidas, criando uma metodologia, amparada por dados quantitativos e qualitativos, que possibilitasse compreender a contribuição dos processos formativos do Projeto Redes para as intervenções nas Audiências Públicas. Esse resultado foi apresentado no relatório anual de 2023.

Ficou evidente o papel que o Projeto Redes vem desempenhando no processo de fortalecimento das organizações comunitárias para incidirem sobre

o licenciamento ambiental e a gestão ambiental do território. Esse movimento de fortalecimento foi verificado ao longo das próprias audiências, que contaram com ampla presença de comunitários, lideranças, membros do projeto Redes, do Projeto Povos e dos cursistas do Maré de Saberes.

Com os cruzamentos dos dados, foi traçado um fio condutor que conecta diretamente as ações de formação, as narrativas e estudos realizados nesses espaços aos processos de mobilização, participação e intervenção realizados nas audiências. As temáticas trabalhadas nos diferentes eventos de formação foram visivelmente apropriadas por parte relevante dos comunitários que neles estiveram presentes.

Ressalta-se a mobilização e participação expressiva de pessoas de localidades abarcadas pelo Projeto Redes nas audiências públicas. Do total de localidades declaradas em cada audiência pública, 54% delas fazem parte de comunidades com atuação do Projeto Redes. Tanto o projeto Redes como o curso Maré de Saberes têm conseguido mobilizar as mulheres de forma mais expressiva, tanto em termos de presença em eventos formativos quanto na qualificação de intervenções realizadas nas audiências estudadas. As mobilizações realizadas em função das audiências públicas contribuíram no processo de reflexão, em resposta ao aprofundamento da exploração dos recursos naturais e das ameaças ao território, refletindo nas temáticas das intervenções realizadas.

F. Unidades de Conservação

F1. Introdução, conceitos e contextualização do tema

Esta seção pretende avançar na atualização do diagnóstico participativo, em específico no que diz respeito à gestão ambiental no território de atuação do Projeto Redes, o litoral norte paulista e o litoral sul fluminense.

Conforme apresentado em relatório anterior (Fiotec, 2024), a gestão ambiental diz respeito a um processo, que visa organizar, por meio do estabelecimento de regras e procedimentos, o uso do meio ambiente. Ela é realizada por meio de diferentes instrumentos, tanto institucionais - como os conselhos consultivos e deliberativos de Unidades de Conservação, os comitês

de bacias hidrográficas, os planos diretores municipais - quanto não institucionais - como as regras de uso do território elaboradas pelas comunidades tradicionais, por exemplo. Logo, nesta gestão se engajam distintos atores, como o Estado, por meio de suas diversas instituições, as comunidades tradicionais, as organizações do terceiro setor, os movimentos sociais, dentre outros.

A gestão ambiental aponta para a indissociabilidade entre meio ambiente e sociedade (Acseirad, 2014), tendo em vista que a inclusão ou exclusão de quais temas, conflitos e regras cabem dentro do tema dela. Estão fundamentados em distintas ontologias, ou seja, em atribuições de significado, baseados nas experiências coletivas (Almeida, 2021), sobre o que é o meio ambiente. Desse modo, por exemplo, a definição do que é o meio ambiente para uma aldeia indígena ou para o IBAMA não é igual, de modo que essa diferença está colocada também na definição de gestão ambiental. Ou seja, a gestão ambiental do território é atravessada por disputas, informadas pelos distintos modos como os grupos entendem e operacionalizam o meio ambiente e os recursos naturais.

O principal elemento da gestão ambiental apontado na Linha de Ação A (Ibama, 2010) é a participação social no licenciamento ambiental federal. Mas a gestão ambiental envolve um processo mais amplo, relacionado à mediação estatal nas “disputas pelo acesso e uso dos recursos ambientais, em nome do interesse público, numa sociedade complexa, onde o conflito de interesses é inerente à sua existência” (Ibama, 2005, p. 04).

Os processos organizativos comunitários do Macroterritório de atuação do Projeto Redes têm apontado para uma concepção abrangente de gestão ambiental que se caracteriza por algumas proposições. As comunidades tradicionais têm papel decisivo na preservação da Mata Atlântica e dos ecossistemas costeiros e marinhos, por meio de práticas sustentáveis de roça e pesca artesanal, reconhecidas em estudos nacionais e internacionais. A gestão ambiental está intrinsecamente ligada à gestão do território, pois a justiça socioambiental depende da defesa desses espaços frente a pressões como a especulação imobiliária, o turismo predatório e grandes empreendimentos que impõem relações assimétricas de poder.

Nessa perspectiva, os processos educativos devem fortalecer a democratização da gestão e do licenciamento ambiental, garantindo a

participação qualificada e a consulta prévia, livre e informada das comunidades, conforme previsto na Convenção 169 da OIT e no Decreto 6040/2007. A gestão ambiental pode ser entendida, portanto, como um campo no qual se manifestam diferentes modos de significar o meio ambiente, e que muda no tempo, conforme os atores e problemáticas surgem e/ou se ausentam.

Ao longo do ano de 2024 e 2025, o GT Pesquisa levantou informações acerca da relação entre comunidades e as principais Unidades de Conservação que incidem sobre o território, buscando compreender a gestão ambiental do território a partir da participação em espaços de diálogo e construção garantidos nas UC. Tendo em vista o denso mosaico de UC que compõem a área de atuação do projeto, foi definido um critério de importância para seleção das UC que viriam a receber uma análise mais aprofundada neste momento, optando por dialogar inicialmente com as UC federais e estaduais e priorizando as que tinham superposição com comunidades do Redes.

A partir da listagem inicial das sobreposições entre UC e comunidades, foram incluídas variáveis para caracterizar a situação das comunidades em relação às UC. A caracterização dessas variáveis ocorreu tanto através das entrevistas com educadores, técnicos, gestores e quanto pela coleta de dados oficiais. Portanto, uma vez realizadas e sistematizadas as conversas, é apresentada a síntese das informações mais relevantes adquiridas durante o processo de pesquisa.

Tabela 1: Relação das Unidades de Conservação superpostas a comunidades do Redes

Nome da UC	Esfera	Restrição	Meso	Ano	Casos
Área de Proteção Ambiental Cairuçu	Federal	Uso Sustentável	Inter	1983	Sim
Estação Ecológica de Tamoios	Federal	Proteção Integral	RJ, Inter	1990	Sim
Reserva de Desenvolvement	Estadual	Uso Sustentável	RJ	1990	Sim

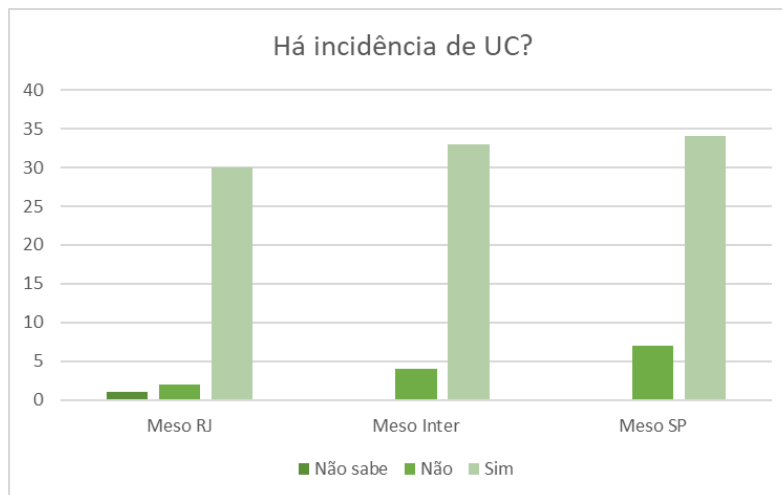
o Sustentável do Aventureiro					
Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul	Estadual	Proteção Integral	RJ	1981	Sim
Área de Proteção Ambiental de Tamoios	Estadual	Uso Sustentável	RJ	1982	Sim
Parque Estadual da Ilha Grande	Estadual	Proteção Integral	RJ	1971	Sim
Parque Natural Municipal da Mata Atlântica	Municipal	Proteção Integral	RJ	2017	Não
Reserva Ecológica Estadual da Juatinga	Estadual	Uso Sustentável	Inter	1992	Sim
Parque Nacional da Serra da Bocaina	Federal	Proteção Integral	Inter, RJ	1971	Não
Parque Estadual de Ilhabela	Estadual	Proteção Integral	SP	1977	Sim
Parque Estadual da Serra do Mar	Estadual	Proteção Integral	Inter, SP	1977	Sim
Apa Marinha do Litoral Norte	Estadual	Uso Sustentável	Inter, SP	2008	Sim
Reserva Extrativista Baía de Castelhanos	Municipal	Uso Sustentável	SP	2020	Sim

Fonte: Projeto Redes

F2. Análise da base de dados

Sobre a incidência de Unidades de Conservação no território abrangido pelo Projeto Redes, destaca-se que 97 comunidades têm sobreposição com alguma área de UC, o que representa 87% das comunidades, aspecto que evidencia uma das especificidades da região.

Figura 1: Distribuição por meso territórios das comunidades em áreas de UC



Fonte: Base de Dados - GT Pesquisa, 2025

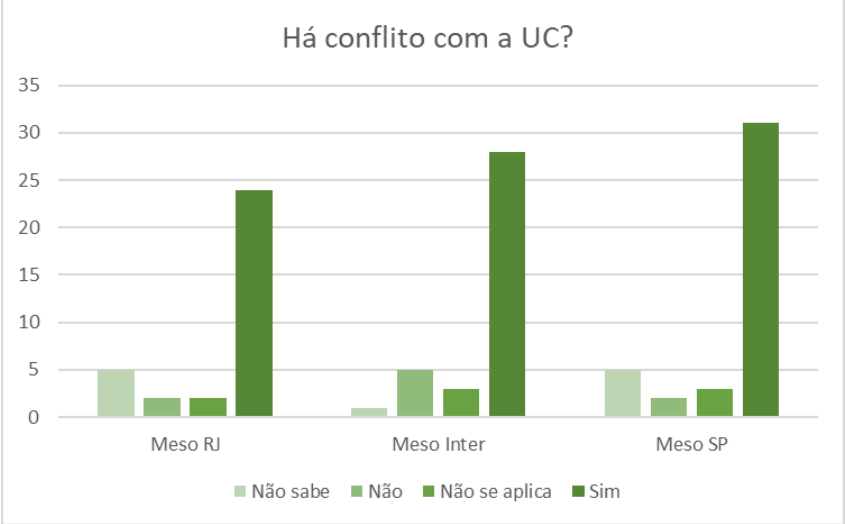
Os educadores apontaram para a existência de plano de manejo na quase totalidade dos 87 casos de sobreposição. Sobre a participação comunitária, 33 comunidades apontam possuir representação no conselho gestor da UC em que se encontram inseridas, com uma distribuição bastante assimétrica entre os mesos, uma vez que há uma maior participação no Meso Inter e uma baixa participação das comunidades no caso do Meso SP.

Apenas 9 comunidades apontam possuir um plano comunitário mediado pela UC. No Meso Rio, constam Aventureiro e Vila Velha, ambas em Angra dos Reis. No Meso Inter constam Félix, Praia da Justa/Praia do Ubatumirim e Quilombo da Fazenda, todos em Ubatuba, e Ponta Negra no município de Paraty. Já no Meso SP aparece a Praia Mansa, de Ilhabela, e a Enseada de São Sebastião.

No que diz respeito à existência de conflitos entre as comunidades e as UC's, foram identificados 83 situações. No gráfico abaixo podemos ver a distribuição por mesos das comunidades em situação de conflito com as UC's conforme percepção dos educadores. Percebe-se que no que diz respeito à existência de conflitos, há uma distribuição não tão assimétrica, ressaltando o caráter conflitivo existente entre as comunidades e as UC's, geralmente referentes a limitações impostas à manutenção de práticas tradicionais, como agricultura, a pesca e também quanto a ampliação e construção de casas. Tais embates, de fato, são verificados ao longo de todo o território, embora estejam marcados por processos com maior potencial de diálogo e encaminhamento positivo para as comunidades. Destaca-se ainda que 11 comunidades ficaram

sem definição em relação à existência de conflitos, por desconhecimento dos educadores em relação ao tema.

Figura 2: comunidades com conflito com UC's - Distribuição por mesoterritório

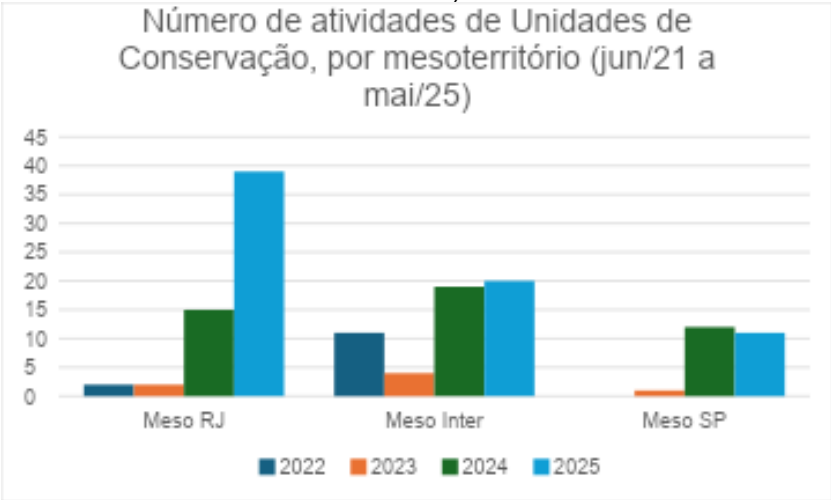


Fonte: Base de Dados - GT Pesquisa, 2025

F3. Mapeamento das atividades (2021-2025)

A partir dos dados sistematizados pelo GT Pesquisa na tabela de atividades do Projeto Redes, foram analisadas a ocorrência e a distribuição das atividades realizadas pelo projeto ligadas ao tema das UC's.

Figura 3: Número de atividades sobre Unidades de Conservação por mesoterritório (jun/21 a mai/25)



Fonte: Base de Dados - GT Pesquisa

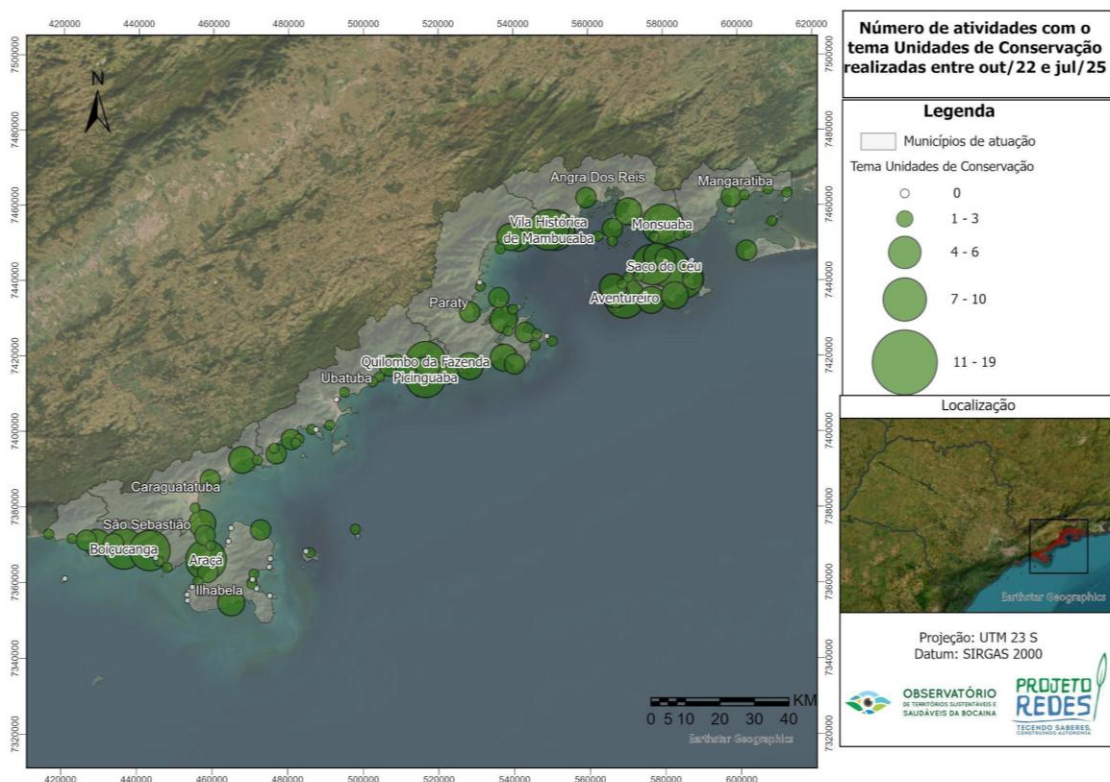
No Meso RJ, as atividades ligadas ao tema das UC 's tiveram pouca relevância ao longo dos anos de 2022 e 2023, crescendo em 2024 e

apresentando um salto significativo em 2025. O ano de 2025 contou com diversas movimentações relacionadas às UC's do Meso RJ, como revisão de planos de manejo da APA Tamoios, do PEIG e da ESEC Tamoios, elaboração do Plano de Manejo da RDS do Aventureiro, assim como criação de Termo de Compromisso com a Praia Vermelha. Todas essas movimentações demandaram processos de formação e diálogo entre as equipes do Meso RJ, resultando no crescimento das atividades ligadas ao tema.

No Meso Inter, o tema das UC's já apresentava alguma relevância no ano de 2022, perdendo força em 2023 e apresentando um crescimento no ano de 2024, que foi mantido ao longo de 2025. O Meso Inter também contou com relevantes movimentações relacionadas às UC's presentes no território, com processo de regularização fundiária da APA Cairuçu e ampliação de participação comunitária no Parque Estadual da Ilha Anchieta e APA Marinha do Litoral Norte, além das articulações relacionadas ao ordenamento da pesca em área de UC, junto ao Quilombo da Fazenda. Assim como no Meso Rio, essas movimentações para se efetivarem contam com atividades de formação, debate e articulação, justificando o crescimento de atividades ligadas ao tema em 2025.

O Meso SP é o que apresenta o menor número de atividades relacionadas ao tema das UC's. Em 2022, não foram registradas iniciativas nesse eixo. Em 2023, as ações começam a surgir de forma tímida e seguem com baixa relevância também em 2024 e 2025. Esse cenário pode estar associado ao histórico mais consolidado de participação comunitária nos espaços já existentes das UC's, o que reduz a necessidade de articulações adicionais pelo Projeto Redes nessa temática. Entre as atividades desenvolvidas junto às unidades de conservação, destacam-se a relação com a APA do Litoral Norte e as ações em parceria com o ICMBio na unidade de conservação da Ilha de Alcatrazes.

Figura 4: Mapa com número de atividades com o tema Unidades de Conservação



Fonte: Base de Dados - GT Pesquisa, 2025

O mapa de distribuição das atividades evidencia uma concentração de atividades ligadas às UC's que refletem as mobilizações realizadas pelo projeto Redes em função da articulação em torno da participação de processos como as revisões dos planos de manejo em UC's em Angra dos Reis e a criação dos Termos de Compromisso.

O Meso Rio foi o que mais se destacou, com as seguintes comunidades e número de atividades: Aventureiro (13), Bananal (11), Saco do Céu (14), Enseada de Abraão (16), Monsuaba (13), Parnaioca (10), Praia de Fora (12), Praia Vermelha - Perequê (19) e Vila Histórica de Mambucaba (14). No Meso Inter: Tarituba (10) no município de Paraty e Picinguaba (11) e Quilombo da Fazenda (12) no município de Ubatuba. Já no Meso SP, três comunidades se destacaram em São Sebastião, são elas: Araçá (12), Maresias (12) e Boiçucanga (12).

F4. Estudos de caso

Unidade de Conservação	Processos relevantes ao longo da Fase 2	Há incidência do Projeto Redes?	Comunidades do Redes envolvidas
Reserva Biológica da Praia do Sul	Suas discussões ocorrem concomitantemente à RDS do Aventureiro, que é sua vizinha imediata.		
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro	Elaboração do Plano de Manejo (com discussão sobre regularização da pesca, regramento do turismo e zoneamento territorial)	Sim, com participação nas oficinas de elaboração do Plano de Manejo propostas pela UC.	Perequê; Aventureiro; Parnaioca;
Área de Proteção Ambiental de Tamoios	Revisão do Plano de Manejo (incluindo as discussões de interesse das comunidades, como conflitos entre o plano diretor municipal e o plano de manejo da APA; a luta pela defesa dos territórios tradicionais e áreas de uso das marisqueiras; a necessidade de instrumentos como cartografia social e autogestão comunitária incorporados ao diálogo com órgãos gestores e parceiros institucionais)	Sim, na preparação e nivelamento para as oficinas de revisão do Plano de Manejo, discutindo impactos do zoneamento, a importância de proteger ecossistemas como mangues e restingas, e o papel da participação social nos conselhos gestores; Participação direta nas 05 oficinas promovidas pela APATAM, incidindo na construção coletiva de propostas, como a <i>“Norma Específica para Identificação e Preservação de Áreas de Ocupação e Uso Tradicional”</i> apresentada ao final da oficina de zoneamento continental.	Saco do Céu, Praia de Fora, Tararaca, Quilombo do Bracuí, Freguesia de Santana, e Praia Vermelha-Ilha Grande

Parque Estadual da Ilha Grande	<p>Reunião para difusão da Revisão do Plano de Manejo (2024);</p> <p>04 oficinas de Revisão do Plano de Manejo (2025);</p> <p>Inclusão de legislação geral permitindo o manejo de árvores (ex.: guapuruvu já caídas) para construção de canoas, desde que autorizado pelo INEA, atendendo a uma demanda histórica das comunidades caiçaras.</p>	<p>Sim. Atuou na mobilização comunitária e no preparo para as oficinas. Além disso, O Projeto Redes reforçou a importância de: garantir a participação comunitária qualificada no processo de revisão, evitando a exclusão das comunidades caiçaras e suas práticas tradicionais; reconhecer e valorizar os saberes e modos de vida tradicionais como parte integrante da conservação, propondo que o plano de manejo contemplasse instrumentos para conciliar proteção ambiental com direitos culturais e territoriais; denunciar abordagens repressivas e truculentas da fiscalização ambiental e municipal, especialmente no que tange às moradias fora do limite da cota 40 e ao uso de espécies nativas (ex.: guapuruvu) para práticas tradicionais como a construção de canoas e remos.</p>	<p>Parnaioca, Vila de Dois Rios, Saco do Céu, Vila do Abraão</p>
Área de Proteção Ambiental de Cairuçu	<p>Acesso à luz elétrica;</p> <p>Regularização fundiária;</p> <p>Planos de Desenvolvimento Comunitário;</p>	<p>Sim, realização de reuniões formativas com a comunidade para entender coletivamente o processo para mobilização interinstitucional visando a garantia do direito de acesso a luz elétrica; Criação do GT Luz, que vai beneficiar outras comunidades ainda não atendidas (Saco das Anchovas, Sumaca, Saco Claro, Ilha do Algodão, Ilha do Cedro); Auxílio, acompanhamento e pressão para encaminhamento do processo de regularização fundiária; Formação, articulação e discussão sobre a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Comunitário.</p>	<p>Ponta da Juatinga; Martin de Sá;</p> <p>Praia do Sono e Ponta Negra;</p> <p>Praia Grande da Cajaíba;</p>

Reserva Ecológica Estadual da Juatinga	UC sobreposta à APA Cairuçu, se encontra num limbo jurídico desde 2000 com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação; Indicada para recategorização; Questões pertinentes a essa UC são frequentemente resolvidas a nível da APA Cairuçu.		
Estação Ecológica de Tamoios	Termo de Compromisso com a comunidade de Tarituba; Termo de Compromisso da Praia Vermelha; Plano da Pesca Compromissada	Apoio na formalização dos TCs e diálogo entre comunidades e gestão da UC; Apoio no diálogo e elaboração do Plano da Pesca Compromissada: Mobilização pela inclusão de novas comunidades;	Tarituba (Paraty); Praia Vermelha (Angra dos Reis)
Parque Nacional da Serra da Bocaina	Estabelecimento de dois Termos de Compromisso; Construção de protocolo de monitoramento dos Termos de Compromisso entre as famílias e o ICMBio.		Trindade, Cambury, Sertão de Ubatumirim
Área de Proteção Ambiental Marinha Litoral Norte de São Paulo	Fortalecimento do Conselho Gestor e ampliação da participação social; Discussões sobre recategorização de trecho da APA (Parque Marinho em torno da Ilha Anchieta); Conflitos de uso (pesca artesanal x esportes náuticos); Atuação dos GTs temáticos (Cerco Flutuante, Primeira Milha Náutica, Mar sem Lixo, Licenciamento); Disputas e eleições para ocupação de cadeiras no conselho.	Apoiando a qualificação da participação social, principalmente nas cadeiras das comunidades tradicionais e da pesca artesanal.	Pescadores artesanais de Ubatuba, Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião; Comunidade do Quilombo da Caçandoca (Ubatuba); Comunidades pesqueiras costeiras ligadas ao GT Mar sem Lixo.
Parque Estadual de Ilhabela	- Retomada dos trabalhos com comunidades tradicionais; - Discussão e construção do Plano de Uso Tradicional (PUT); - Reativação e fortalecimento do Conselho Consultivo (participação ainda limitada); - Processos de regularização do uso tradicional e compatibilização com regras de conservação.	Fortalecimento da participação comunitária no conselho e no apoio à elaboração do PUT.	Comunidades tradicionais do Bonete, Praia Mansa, Castelhanos, Ilha de Búzios e Ilha da Vitória.

<u>Reserva Extrativista Baía de Castelhanos</u>	Mobilização jurídica e social (ação - TJSP e MPF); Fortalecimento da Associação Amor Castelhanos e das comunidades caiçaras;	Apoia a mobilização comunitária e a gestão participativa, fortalecendo o diálogo das comunidades com o poder público e órgãos ambientais.	Comunidades da Baía de Castelhanos: Canto do Ribeirão, Canto da Lagoa, Praia Mansa, Praia Vermelha, Praia da Figueira e Saco do Sombrio.
<u>Parque Estadual Serra do Mar - Núcleo Picinguaba</u>	Implementação e atualização do Plano de Manejo; Processos de autorização para usos tradicionais (roças, artesanato, canoas); Conflitos sobre recategorização de áreas e uso tradicional; Participação comunitária no Conselho Gestor.	Apoia o diálogo entre comunidades tradicionais e a Fundação Florestal, fortalecendo a representação comunitária e as pautas de recategorização.	Comunidades tradicionais de Ubatuba (Picinguaba, Cambury, Ubatumirim, Quilombo da Caçandoca).
<u>Estação Ecológica Tupinambás e Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes</u>	Parceria entre ICMBio e Marinha na gestão da área; Realização de visitas formativas com comunidades locais (quatro saídas com pescadores, educadores e lideranças); Fortalecimento do diálogo ICMBio/comunidades e promoção de educação ambiental;	Atuação direta e estratégica do Projeto Redes com o ICMBio, por meio das expedições a Alcatrazes para formação e integração comunitária.	- Pescadores e lideranças de Maresias, Boiçucanga, São Sebastião, Caraguatatuba e Quilombo da Caçandoca; - Comunidades do Bonete, Portinho e Curral (Ilhabela).

G. Desastres e Riscos

G1. Introdução, conceitos e contextualização

Segundo Castro (1998), desastres são eventos de grande magnitude que podem resultar tanto de fenômenos naturais quanto de atividades humanas, impactando ambientes já vulneráveis. Esses eventos prejudiciais causam danos substanciais a pessoas, propriedades e ao meio ambiente, além de gerar significativos impactos econômicos e sociais. Os efeitos desses eventos podem ser imediatos, com duração que varia de segundos a horas, e têm a capacidade de paralisar drasticamente o andamento da sociedade. No entanto, a resolução completa do desastre só ocorre quando todas as suas consequências são adequadamente tratadas, o que pode resultar em repercussões prolongadas. Portanto, um desastre pode ser entendido como a materialização de um risco,

resultante da combinação entre fenômenos naturais e as condições específicas de pessoas, comunidades ou sistemas em um determinado local e momento. Isso frequentemente resulta em uma interrupção significativa do bem-estar social, muitas vezes exigindo assistência externa para uma recuperação eficaz (TOMINAGA *et al.*, 2009; KOBIYAMA *et al.*, 2006; MARCHEZINI, 2009; ALVALÁ *et al.*, 2007).

Os anos recentes foram marcados por desastres climáticos que afetaram comunidades tradicionais nos três Mesoterritórios de atuação do Projeto Redes. Em fevereiro de 2023, ocorreu uma das maiores tragédias da história de São Sebastião-SP. Uma das localidades mais atingidas foram as comunidades da costa sul, especialmente na Barra do Sahy. Em decorrência de deslizamentos e enchentes, 64 pessoas morreram. Em abril de 2022, na comunidade de Ponta Negra, em Paraty-RJ, 7 casas foram destruídas em decorrência de um deslizamento e ocorreram 7 óbitos de uma mesma família e mais 4 feridos, após um acumulado de 300mm de chuva. No mesmo evento, em Monsuaba, Angra dos Reis-RJ, após um acumulado expressivo de cerca de 730 mm de chuva (Estação Monsuaba, 2022) em 72 horas, 14 casas foram soterradas, 87 ficaram desalojadas e 11 pessoas morreram. Na Ilha Grande, especialmente as comunidades de Praia de Itaguaçu, Araçatiba, Praia Vermelha, Provetá, Aventureiro e Vila do Abraão foram afetadas com deslizamentos de terra. Segundo informações da Defesa Civil Municipal, foram registrados 592 mm de chuva na Ilha Grande, acarretando 3 óbitos em Itaguaçu, 4 famílias perderam suas casas em Aventureiro e 5 casas foram interditadas.

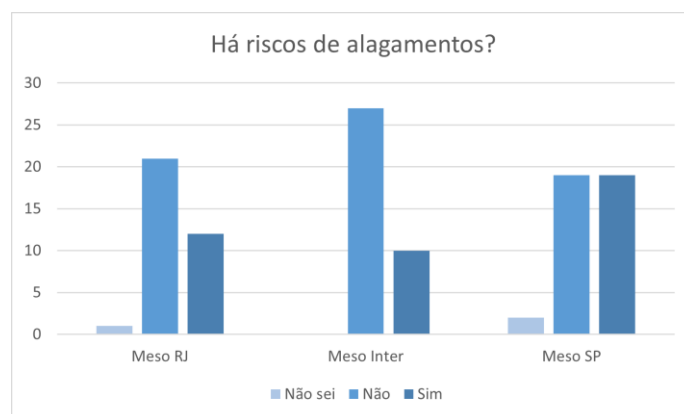
Se muitas vezes esses acontecimentos recorrentes ao longo do litoral sul fluminense e norte paulista aparecem no noticiário como desastre ou catástrofe natural, os atingidos encontraram uma expressão mais contundente, que expressa as condições sociais e políticas em que esses eventos ocorrem: *tragédia-crime*. A combinação entre processos de segregação socioespacial e vulnerabilidade a eventos climáticos extremos coloca grandes parcelas da população em situações de risco que não são nem aleatórias nem imprevisíveis. Daí que a tragédia anunciada se torna um crime ambiental e social, quando a pressão imobiliária e a omissão do poder público empurram a população para áreas de risco.

Esses episódios evidenciam que a gravidade dos desastres não decorre apenas de fatores naturais, mas também de condições socioespaciais específicas. A ocupação de encostas e margens de rios, a infraestrutura precária e a pressão imobiliária sobre áreas suscetíveis ampliam a exposição das comunidades a riscos. Conectar os registros de desastres com essas características locais é essencial para compreender as causas estruturais da vulnerabilidade e orientar políticas públicas mais efetivas.

G2. Análise da base de dados

No que concerne aos riscos de alagamentos (gráfico 1), observa-se uma distribuição desigual entre os territórios. O Meso SP apresenta a maior suscetibilidade, com 46% dos registros indicando presença deste risco, enquanto o Meso Inter mostra a menor exposição, com apenas 27% de ocorrências confirmadas. O Meso RJ situa-se numa posição intermediária, com 36% de registros positivos para alagamentos. Essas diferenças podem estar associadas a fatores como a concentração populacional e urbana, a densidade das redes de drenagem, a impermeabilização do solo e as deficiências na infraestrutura de escoamento pluvial, além de aspectos socioeconômicos que influenciam a capacidade de mitigação e resposta aos eventos.

Gráfico 1: Há riscos de alagamentos?

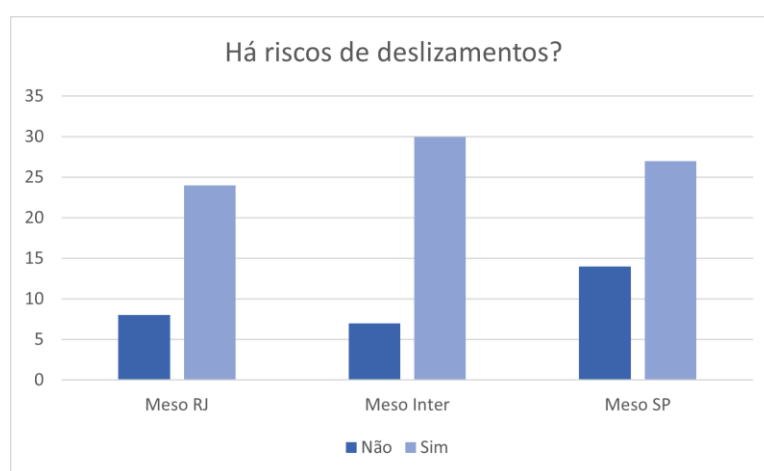


Fonte: Projeto Redes.

Os riscos de deslizamentos revelam-se como uma ameaça significativa em todas as regiões analisadas. O Meso Inter destaca-se com a maior proporção de áreas suscetíveis (81%), seguido pelo Meso RJ (75%) e pelo Meso SP (66%).

Estes valores elevados indicam a necessidade de atenção especial para processos de movimentos de massa nestas localidades. Os riscos de deslizamentos representam uma ameaça significativa em todas as regiões analisadas, resultantes da combinação entre características geológicas e geomorfológicas, ocupação irregular de encostas e ausência de planejamento urbano. Esses fatores aumentam a instabilidade dos terrenos e a frequência dos movimentos de massa.

Gráfico 2: Há riscos de deslizamento?

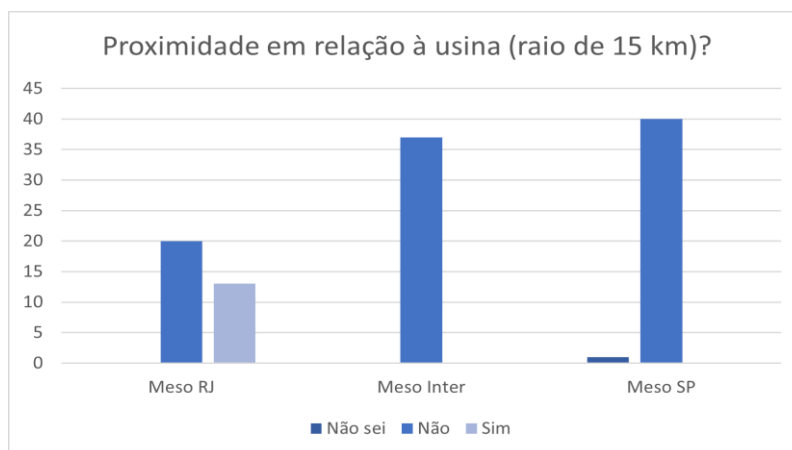


Fonte: Projeto Redes.

Quanto à ocorrência de queimadas ou incêndios florestais, verifica-se uma clara disparidade regional. O Meso RJ não registrou nenhuma resposta afirmativa, enquanto o Meso SP apresentou a maior incidência, com 27% das respostas confirmando ocorrências. O Meso Inter mostrou valores intermediários, com 14% de respostas afirmativas.

A proximidade em relação à usina num raio de 15km mostra que apenas o Meso RJ possui áreas significativas dentro desta zona de influência (39% dos registros). Tanto o Meso Inter quanto o Meso SP encontram-se majoritariamente fora desta área de risco tecnológico direto.

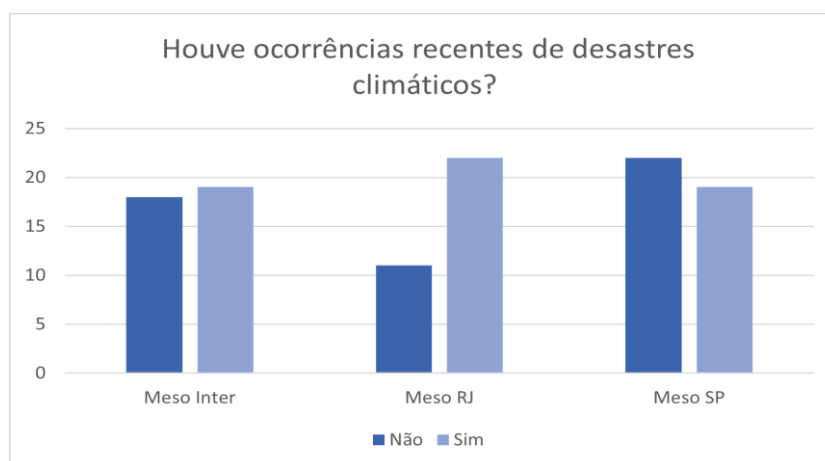
Gráfico 4: Proximidade em relação à usina (raio de 15 km)



Fontes: GT Pesquisa.

Os desastres climáticos recentes afetaram particularmente o Meso RJ, onde 67% dos registros confirmaram ocorrências. As outras regiões apresentam números mais equilibrados, com cerca de metade dos registros indicando a ocorrência destes eventos.

Gráfico 5: Houve ocorrências recentes de desastres climáticos?

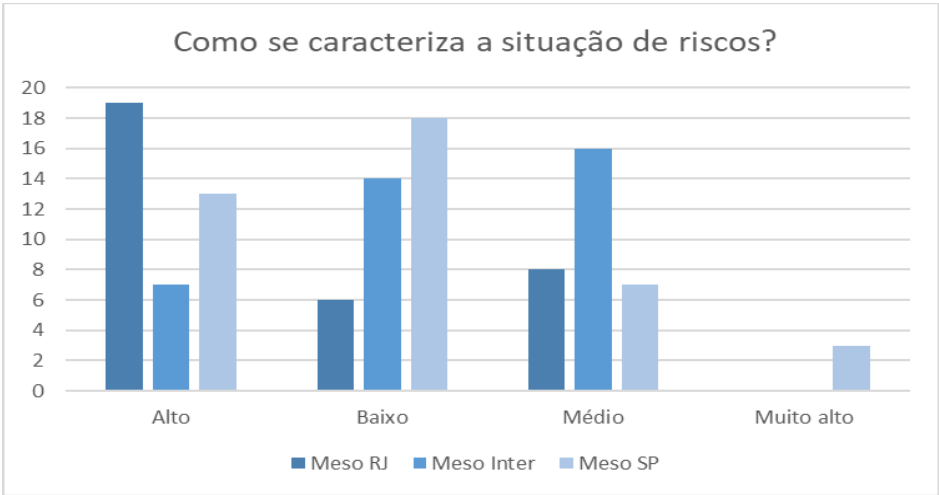


Fontes: GT Pesquisa.

Analisando os dados sobre a situação de riscos nas diferentes mesorregiões (gráfico 6), observa-se que o Meso RJ apresenta maior concentração de áreas classificadas como de alto risco (19), enquanto as ocorrências de risco baixo (6) e médio (8) são significativamente menores. No Meso Inter, a situação se inverte parcialmente, destacando-se um maior número de áreas de risco médio (16) e baixo (14), com apenas 7 áreas em alto risco,

indicando uma distribuição mais equilibrada e predominância de riscos menos severos. Já o Meso SP apresenta um cenário diverso, com predominância de áreas de baixo risco (18), seguida por alto risco (13) e menor quantidade de risco médio (7), sugerindo que, apesar de existirem áreas críticas, a maior parte da região apresenta risco relativamente controlado. Esses dados evidenciam diferenças regionais importantes na distribuição de riscos, refletindo possíveis variações nas condições ambientais, geográficas e/ou socioeconômicas de cada mesorregião.

Gráfico 6: Como se caracteriza a situação de riscos?



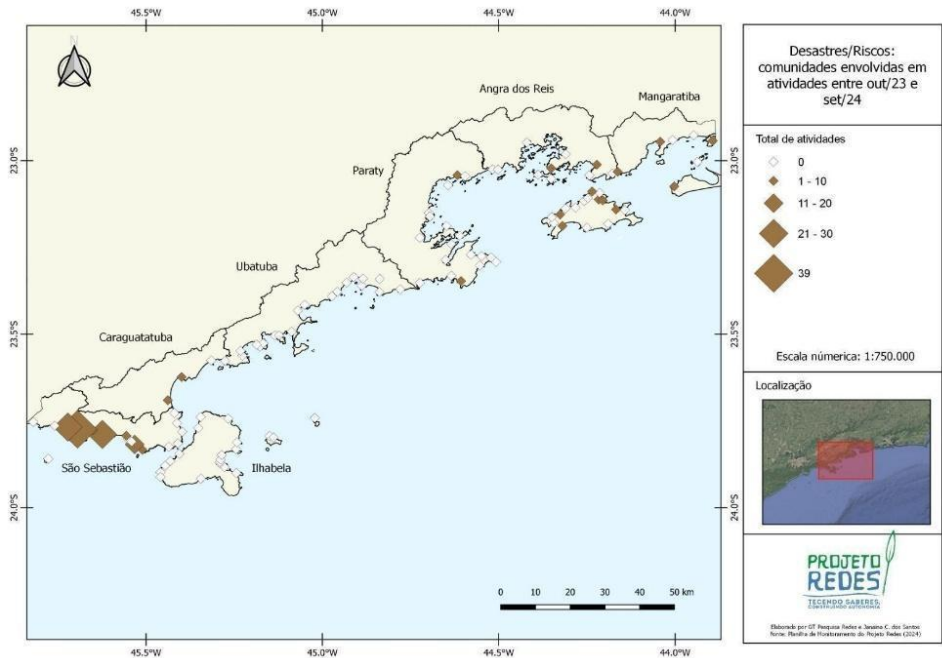
Fontes: GT Pesquisa.

G3. Mapeamento das atividades sobre o tema (2021-2025)

O Projeto Redes realiza ações territorializadas, promovendo diálogo com as comunidades locais e fortalecendo sua organização de base, com foco na gestão ambiental e territorial. Entre 1985 e 2023, muitas dessas comunidades foram fortemente afetadas por desastres, conforme mostra a Tabela 1. Os Mapas 1 e 2 apresentam a distribuição espacial e quantitativa das ações voltadas a desastres, nos períodos de out/2022 a set/2023 e out/2023 a set/2024, respectivamente. Observa-se concentração de atividades no Meso SP, especialmente em São Sebastião e Caraguatatuba, e no Meso Inter em Ponta Negra, além do Meso Rio, no lado leste do município. No período mais recente, as ações continuam frequentes em São Sebastião, Angra dos Reis e Mangaratiba, áreas afetadas por chuvas extremas. As atividades do projeto,

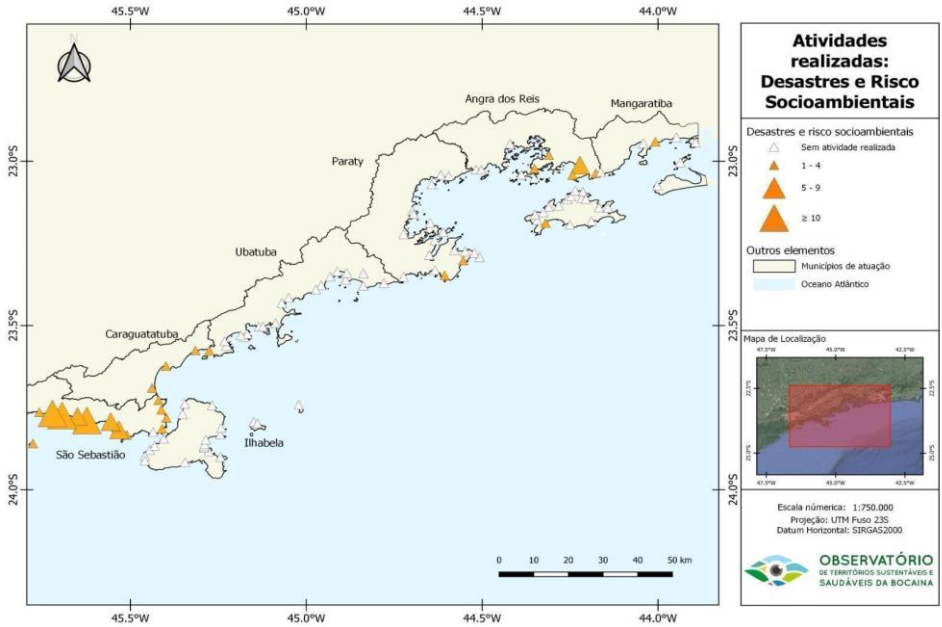
abordando temas como moradia, desigualdade e mudanças climáticas, refletem a urgência das comunidades em discutir essas questões.

Mapa 1: Atividades realizadas sobre o tema Desastres e Riscos Socioambientais no Projeto Redes (out/22 a set/23)



Fonte: Projeto Redes

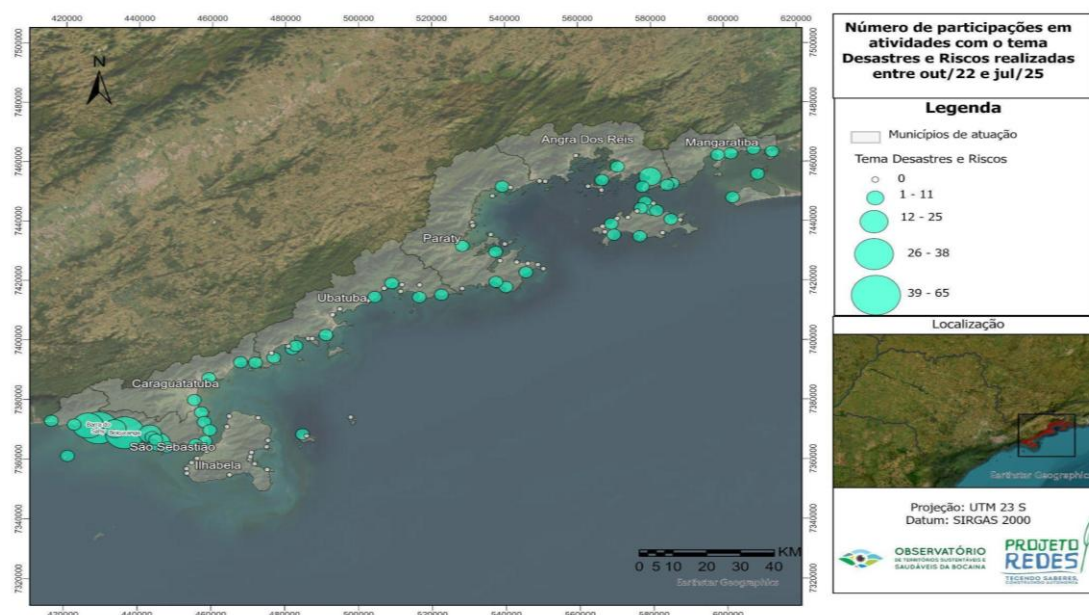
Mapa 2: Atividades realizadas sobre o tema Desastres e Riscos Socioambientais no Projeto Redes (out/23 a set/24)



Fonte: Projeto Redes

O Mapa 3 mostra a distribuição das participações em atividades sobre “Desastres e Riscos” de junho/2021 a maio/2023. A concentração maior ocorre no litoral norte de SP, especialmente em São Sebastião, abrangendo comunidades como Barra do Sahy, Jukeí, Boiçucanga e Toque-Toque Pequeno, frequentemente afetadas por deslizamentos e chuvas intensas. No RJ, destacam-se Angra dos Reis e Mangaratiba, também marcadas por desastres recorrentes. A legenda do mapa, com quatro faixas (1 a 65 registros), evidencia a intensidade da mobilização comunitária. O padrão espacial confirma a relação entre eventos extremos e engajamento social. As ações do Projeto Redes reforçam a importância da prevenção e gestão de riscos nos territórios mais vulneráveis.

Mapa 3: Distribuição espacial do número de participações em atividades relacionadas ao tema “Desastres e Riscos” no período de junho de 2021 a maio de 2023.



Fonte: Projeto Redes

G4. O curso de Gestão de Riscos e Desastres

Um dos oito cursos da Rede de Formação Socioambiental teve como objetivo trabalhar as questões dos desastres junto às comunidades de territórios tradicionais. A primeira edição do curso de Gestão de Risco de Desastres, construída no âmbito do Projeto Redes em parceria com o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) e o Grupo de Pesquisa em Desastres Socio-Naturais da Universidade Federal Fluminense, utilizou a

metodologia da Pedagogia da Alternância, com carga horária de 60 horas divididas em três módulos realizados em São Sebastião (SP), Ponta Negra (Paraty) e Monsuaba e Bracuí (Angra dos Reis). Os trabalhos de campo focaram visitas a comunidades em áreas de risco no litoral, onde deslizamentos e enchentes evidenciaram problemas estruturais. Em São Sebastião, no Morro do Esquimó, moradores relataram o desastre semelhante a uma avalanche, com morte de um morador e desconfiança em relação às obras pós-desastre. Em Jukehy, foram observadas rotas de fuga insuficientes, falhas em obras emergenciais e impactos da BR-101 na vulnerabilidade das comunidades.

A maior parte dos participantes relatou residir em áreas de risco ou já ter sido atingida por desastres ambientais recentes, especialmente no litoral norte de São Paulo e no sul fluminense, conforme apresentado no gráfico (gráfico 1) e tabela 01. Destacam-se ainda lideranças comunitárias que atuam em bairros afetados, moradores(as) que sofreram diretamente os impactos das chuvas e deslizamentos, além de pessoas envolvidas em ações de voluntariado e de mobilização comunitária. Um número reduzido de inscritos declarou não ter experiência prévia com a temática, mas demonstrou interesse em aprender para fortalecer sua atuação comunitária.

No conjunto de respostas, percebe-se a predominância de experiências concretas relacionadas a tragédias vividas no território, como enchentes, deslizamentos, quedas de barreiras, destruição de moradias e precariedade de acessos, que motivaram a busca por formação no campo da gestão de riscos. Esse perfil reforça o caráter territorializado do curso, uma vez que os cursistas trazem vivências diretas de situações de vulnerabilidade socioambiental.

G5. Estudos de caso

Os eventos de chuva em Angra dos Reis evidenciam a recorrência histórica dos desastres e a vulnerabilidade do município diante das ameaças naturais. Em 9 de dezembro de 2002, após 275 mm de chuva, ocorreram deslizamentos que resultaram em 40 mortes, mais de 100 feridos, 2.500 desabrigados e 600 residências interditadas (POCIDONIO e SILVA, 2010). Em 1º de janeiro de 2010, o acumulado de 440 mm causou novos deslizamentos na Praia do Bananal, na Ilha Grande e no Morro da Carioca, com 52 mortes, 2.284

desalojados e 652 desabrigados (ANGRA DOS REIS, 2010). Embora as obras de contenção sejam essenciais, frequentemente implicam remoções forçadas e desterritorialização, mantendo as assimetrias socioespaciais e ignorando as dinâmicas sociais que reproduzem o risco. Assim, a gestão de riscos deve ir além das medidas emergenciais, integrando políticas de ordenamento territorial, moradia digna, regularização fundiária e inclusão social, com participação comunitária e foco na justiça socioambiental.

Em São Sebastião, após os desastres de 2023, comunidades como Barra do Sahy, Boiçucanga e Juquehy organizaram-se por meio do Comitê União dos Atingidos e do Coletivo Pé de Barro, reivindicando direitos territoriais e visibilidade pública. O histórico local mostra a recorrência dos desastres: em maio de 2019, chuvas de 264 mm deixaram 124 desabrigados, 27 desalojados e mais de 73 mil pessoas afetadas (Defesa Civil de São Sebastião, 2019). Já em Ubatuba, entre 2018 e 2021, registraram-se inundações e deslizamentos recorrentes, com óbitos, feridos e interdições de rodovias. O município acumula um histórico de eventos desde 1966, incluindo o desastre de 1996, que resultou em 11 mortes, 300 desabrigados e o isolamento total da cidade. Esses registros demonstram que os desastres no litoral norte paulista e fluminense são processos estruturais e contínuos, demandando planejamento integrado, políticas preventivas e fortalecimento da resiliência comunitária frente às mudanças climáticas e à vulnerabilidade socioambiental.

O Sistema Integrado de Informações sobre Desastres foi criado em 2011 por meio da colaboração entre a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC), com objetivo de disponibilizar e tratar dados sobre desastres, configurando-se como uma ferramenta essencial para estudos voltados à gestão de riscos. A implementação do sistema foi viabilizada pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), que consolidou o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) (NINA et al., 2021). O S2ID possibilita o registro, armazenamento e consulta de informações sobre desastres ocorridos em municípios e estados, além de permitir o acompanhamento dos processos de reconhecimento federal de Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública e a transferência de recursos para ações de resposta e reconstrução (CARVALHO, 2019).

O Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN) criou o Reindesc (Registro de Eventos de Inundação e Deslizamentos do Cemaden), um banco de dados que registra as ocorrências monitoradas pelo órgão, utilizado para verificar alertas emitidos, identificar cenários de risco e subsidiar pesquisas sobre a distribuição dos eventos nos municípios monitorados. As informações são obtidas a partir de fontes oficiais, como o Cenad, sites de defesas civis estaduais e federais, Formulários de Ocorrência enviados pelos municípios e notícias online.

A ausência de um registro abrangente e detalhado de desastres representa um problema significativo para a análise e gestão de riscos. Um banco de dados consolidado permite uma visão ampla das regiões, estados e municípios, oferecendo uma base sólida para análises em diferentes interfaces. Contudo, observa-se que muitos eventos, sobretudo os mais antigos, podem não ter sido devidamente documentados ou apresentarem lacunas informacionais decorrentes da diversidade de formatos, métodos de preenchimento e níveis de detalhamento. Sem registros consistentes, os formuladores de políticas enfrentam obstáculos para planejar, implementar e avaliar medidas de resposta adequadas, afetando diretamente a segurança das populações mais vulneráveis (NUNES, 2015). Realidade que o Projeto Redes busca transformar por meio da produção e do uso coletivo das informações sobre riscos e desastres.

H. Água e Saneamento

H1. Introdução, conceitos e contextualização

O litoral sul fluminense e o norte paulista enfrentam desafios históricos e estruturais no tratamento dos recursos hídricos. A falta de saneamento básico e o acesso precário à água afetam principalmente as comunidades tradicionais, agravando problemas de esgotamento sanitário e o lançamento de efluentes sem tratamento. Esses fatores comprometem a qualidade da água, os ecossistemas e a saúde pública, revelando a urgência de soluções adequadas às condições locais.

O saneamento ecológico surge como alternativa essencial, com sistemas descentralizados e ambientalmente adequados, como biodigestores, fossas de

evapotranspiração e captação de água da chuva, que atendem às condições locais e valorizam os saberes das populações caiçaras, indígenas e quilombolas.

A análise, fundamentada em levantamentos de campo e dados secundários, aponta a insuficiência generalizada de infraestrutura formal, com comunidades sem coleta de lixo regular ou tratamento de esgoto, resultando no despejo direto de efluentes em rios e no mar. Em contraponto à ineficiência dos modelos convencionais, experiências bem-sucedidas em locais como Japariz, Marambaia, Calhaus, Ponta Negra e Praia do Sono evidenciam o potencial do saneamento ecológico para fortalecer a autogestão comunitária e promover a sustentabilidade territorial.

H2. Análise da base de dados

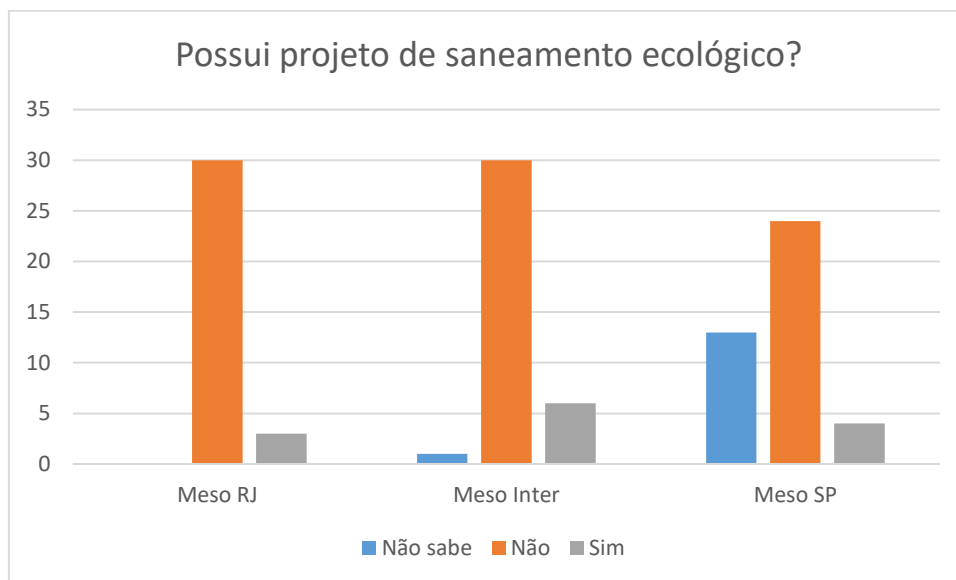
O território enfrenta graves problemas de saneamento e acesso à água, agravados pela expansão urbana desordenada, especulação imobiliária e ausência de políticas públicas. A ocupação inadequada, frequentemente em fundos de vale e associada à ausência de sistemas de drenagem, amplia o risco de deslizamentos de terra e compromete severamente as condições de saneamento. Paradoxalmente, mesmo sendo uma região de alta pluviosidade, o acesso universal à água potável não é garantido. As mudanças climáticas têm intensificado eventos de chuva extrema, concentrados em curtos períodos, provocando alagamentos, inundações e deslizamentos, especialmente no litoral norte de São Paulo. Nessas situações, o escoamento superficial arrasta sedimentos e detritos para os mananciais, comprometendo a qualidade da água e exigindo medidas de contingência complexas e onerosas.

Além disso, a ocupação próxima a córregos e a dispersão das moradias em áreas rurais dificultam a implantação de redes coletoras de esgoto, perpetuando o despejo de efluentes sem tratamento. Apesar desse cenário desafiador, iniciativas locais e projetos de saneamento ecológico vêm demonstrando resultados positivos, oferecendo soluções sustentáveis e adequadas às especificidades geográficas e socioculturais da região.

A coleta de lixo é mais difundida que outros serviços de saneamento, mas sua eficiência é limitada. Em locais turísticos como Ilhabela, Ubatuba e Paraty, o aumento sazonal da população sobrecarrega a coleta municipal, inclusive o

“barco do lixo” em áreas de difícil acesso, revelando a falta de planejamento para atender à demanda gerada pelo turismo.

Figura 01: Projetos de Saneamento Ecológico.



Fonte: Projeto Redes.

O lançamento de efluentes sem tratamento configura um quadro alarmante em todo o litoral norte paulista e sul fluminense. Em várias localidades como Camburi, Paraty-Mirim, Ponta Grossa e comunidades de Ilhabela e Ubatuba o saneamento é descrito como inexistente ou precário, com rios contaminados e fossas individuais saturadas, especialmente em períodos de alta ocupação. Em Ubatuba, há pedidos urgentes por ampliação dos sistemas ecológicos, como em Picinguaba e na Praia do Estaleiro. Apesar do cenário crítico, algumas experiências despontam como alternativas sustentáveis, impulsionadas por mobilizações comunitárias e pelo apoio técnico do Projeto Redes. Exemplos positivos incluem a instalação de biodigestores no Quilombo da Marambaia, em Mangaratiba, a construção da ETE em Maresias após décadas de luta, e a experiência pioneira da Praia do Sono, cujos sistemas de evapotranspiração inspiraram outras comunidades como Calhaus e Ilha do Cedro.

Os problemas de abastecimento de água são igualmente graves e revelam falhas estruturais na gestão hídrica. Em várias regiões, a escassez ocorre tanto na estiagem quanto no período chuvoso, como em Bananal e

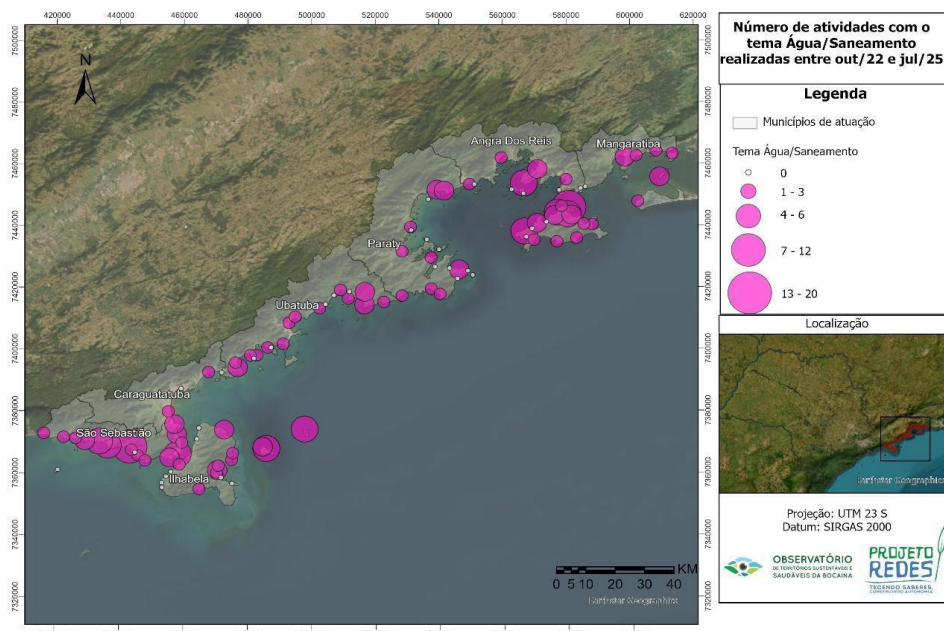
Mangaratiba, indicando deficiências na captação e tratamento. A autogestão é uma prática recorrente, mas insuficiente diante da precariedade dos sistemas, como ocorre no Bonete, em Ilhabela, e na Ponta da Juatinga, em Paraty. A situação é especialmente crítica nas ilhas de Búzios e Vitória, também em Ilhabela, onde nascentes e poços artesianos estão secos, obrigando os moradores a depender do fornecimento irregular de galões de água pela prefeitura, medida emergencial que não supre as necessidades básicas da população.

H3. Mapeamento das atividades (2021-2025)

Os dados do Projeto Redes indicam um aumento expressivo nas ações voltadas à Água e Saneamento entre 2021 e 2025. O número de atividades passou de cerca de dez em 2022 para quarenta em 2025, evidenciando a crescente priorização do tema dentro do projeto. A análise territorial mostra que o Meso RJ continua sendo o principal polo de atuação, com 18 atividades estimadas. O Meso Inter teve expansão mais recente, consolidando-se a partir de 2024 com 14 ações, enquanto o Meso SP apresentou uma entrada intensa e rápida no mesmo período, alcançando 16 atividades em 2025, o que demonstra a ampliação e diversificação regional das iniciativas.

Paraty se destaca como o território com maior número de comunidades mobilizadas, como Ponta Negra, Pouso da Cajaíba e Praia do Sono, referência em saneamento ecológico. Em Angra dos Reis, Aventureiro, Bananal e Japariz mantêm experiências consolidadas, enquanto em Ilhabela, Bonete, Canto da Lagoa e Canto do Ribeirão demonstram atuação ativa. Também se sobressaem os quilombos da Fazenda e da Caçandoca, em Ubatuba, e o da Marambaia, em Mangaratiba, onde há instalação de biodigestores. Esses territórios refletem tanto avanços, como em Japariz, quanto desafios, como a necessidade de ampliação em Picinguaba e a falta de infraestrutura no Bonete.

Figura 02: Número de participações em atividades do tema Água/Saneamento (out/22 a jul/25)



Fonte: Projeto Redes

As Ações Formativas (AFAs) e as Partilhas tiveram papel central na troca de saberes e na capacitação das comunidades, impulsionando a implementação de diversas tecnologias sociais. Entre elas, destacam-se os sistemas de saneamento ecológico em Japariz, os biodigestores e fossas de evapotranspiração em comunidades de Paraty e a construção de Estações de Tratamento de Esgoto em Trindade e Tarituba. Ainda assim, persistem desafios urgentes, como a ampliação do saneamento em Picinguaba e o enfrentamento da grave poluição do rio em Camburi, São Sebastião.

H4. O curso de Saneamento Ecológico

O Curso de Saneamento Ecológico, realizado pelo Projeto Redes em parceria com o PEA Costa Verde, foi uma ação estratégica de formação e mobilização voltada às comunidades tradicionais do litoral norte de São Paulo e sul do Rio de Janeiro. Vinculado ao licenciamento ambiental federal, o curso integrou capacitação técnica e fortalecimento comunitário, promovendo o uso de tecnologias sociais adequadas às realidades locais. Com 60 horas de atividades teóricas e práticas, incluindo visitas técnicas e vivências em campo, os participantes foram preparados para identificar demandas territoriais e gerir soluções ecológicas, como TEVAPs, círculos de bananeiras e filtros de águas cinzas.

A metodologia participativa do curso possibilitou identificar desafios como o acesso restrito à água potável e a poluição causada por fossas rudimentares, resultando na elaboração de Planos de Saneamento Ecológico Participativos e na adaptação de tecnologias em escolas e residências. A experiência consolidou o protagonismo comunitário e integrou saberes tradicionais e técnicos, evidenciando que o saneamento ecológico é também uma estratégia de promoção da saúde, conservação ambiental e fortalecimento social, com potencial multiplicador nos territórios onde foi aplicado.

H5. Estudos de Caso

Dois principais casos foram tratados: Japariz, em Angra dos Reis, e as Ilhas Búzios e Vitória, na Ilhabela.

O caso de Japariz, na Ilha Grande, Angra dos Reis, evidencia as dificuldades na execução de políticas públicas de saneamento e o descompasso entre compromissos institucionais e a realidade local. Em 2021, foi firmado um acordo entre o Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía da Ilha Grande, a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto da Prefeitura de Angra dos Reis para instalar biodigestores. Quatro anos depois as obras seguiam inacabadas, com apenas caixas de gordura isoladas em funcionamento. O esgoto continua sendo despejado a céu aberto, contaminando o solo e aumentando os riscos sanitários. A transferência da responsabilidade para a Secretaria de Infraestrutura de Angra dos Reis agravou os atrasos e a falta de resposta do poder público, enquanto as lideranças locais seguiam denunciando o problema.

Diante desse abandono, a comunidade de Japariz assumiu o protagonismo, cedendo terreno para uma estação elevatória e articulando-se com o apoio técnico e político do Projeto Redes. Em 2025, formações e reuniões fortaleceram a mobilização, culminando na elaboração de uma carta coletiva pelo Coletivo de Associações da Ilha Grande, exigindo medidas imediatas para conclusão das obras, transporte de resíduos, visitas técnicas e capacitação comunitária para gestão dos sistemas. Mais do que uma denúncia de falhas institucionais, o caso de Japariz revela o potencial de autogestão e a força da organização popular na defesa do direito ao saneamento e à água de qualidade.

As ilhas de Búzios e Vitória, em Ilhabela, enfrentam uma grave crise hídrica que ameaça o modo de vida das comunidades caiçaras, dependentes da pesca artesanal. Apesar de localizadas em uma região de alta pluviosidade, ambas sofrem com a escassez de água devido às mudanças climáticas e à falta de infraestrutura de abastecimento. Na Ilha Vitória, as nascentes e poços praticamente secaram, tornando a captação de chuva indispensável até para o funcionamento das escolas. O fornecimento público, feito por galões, é insuficiente e muito abaixo do mínimo recomendado, provocando tensões sociais e comprometendo a saúde, a economia e a preservação cultural dessas comunidades. Diante desse cenário, o Projeto Redes articulou o diálogo das comunidades com instituições como a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e o NUIR para exigir soluções concretas. Embora a SABESP tenha firmado contrato para universalizar o abastecimento até 2029, as medidas estruturais previstas ainda dependem de longos trâmites e estudos. A disparidade entre os volumes de água declarados e as reais necessidades, reduzidos de 7.000 litros semanais em 2024 para apenas 570 litros em 2025, evidencia a gravidade da situação. Assim, a crise nas ilhas transcende a questão técnica, configurando uma violação de direitos humanos e exigindo ações emergenciais e uma gestão participativa que garanta o direito à água de forma justa e sustentável.

I. Pesca Artesanal

1.1. Introdução, conceitos e contextualização

No Projeto Redes, a pesca artesanal e a maricultura são reconhecidas como prática estratégica para geração de renda, soberania alimentar e fortalecimento da autonomia comunitária. São um tema central no Projeto Redes. Mais que atividade econômica, elas expressam saberes tradicionais transmitidos entre gerações, constituindo um modo de vida em permanente resistência. Enquanto a pesca industrial avança com impactos socioambientais, as comunidades pesqueiras mantêm técnicas adaptativas que preservam os recursos marinhos, demonstrando que outra relação com o ambiente é possível.

Esta seção propõe uma reflexão conceitual sobre a pesca e a maricultura, territórios de atuação do Projeto Redes, abordando os princípios da pesca artesanal que vêm sendo trabalhados e fortalecidos no âmbito do projeto em sua fase 2, a partir do ponto de vista da instituição executora. No litoral norte de São Paulo e na Baía da Ilha Grande, territórios de tradição caiçara, a pesca artesanal é alicerce tanto das identidades, quanto das economias locais.

Suas práticas cotidianas, que abrangem desde o manejo sazonal dos recursos até o uso de artes de pesca específicas, contrastam radicalmente com a lógica predatória da indústria pesqueira. Esta última não apenas promove o esgotamento dos estoques pesqueiros, mas também ameaça a continuidade cultural dessas populações tradicionais, constantemente pressionadas por modelos de desenvolvimento excludentes que transformam o mar em mera commodity.

A pesca artesanal constitui um sistema integrado de produção, cultura e relação com a natureza, analisado a partir de uma abordagem marxista que destaca a "correlação importante entre a vida social e a reprodução natural" (Diegues, 1983, p. 95). Como pequena produção mercantil ampliada (Diegues, 1988), caracteriza-se pelo trabalho individual ou familiar, uso de técnicas de baixo impacto e destinação parcial ou total da produção ao mercado. Esses critérios (Diegues, 1973) a diferenciam radicalmente da pesca industrial, marcada pela exploração em larga escala e alto poder de transformação dos ecossistemas.

A pesca artesanal, uma prática ancestral e profundamente enraizada na cultura de diversas comunidades, vai muito além de uma simples atividade de subsistência. Ela representa um elo vital entre o ser humano, a natureza e a saúde, tanto individual quanto coletiva. Essa forma de pesca, passada de geração em geração, não só garante a soberania alimentar e a geração de renda para comunidades tradicionais, mas também nutre o corpo e a mente.

O enraizamento na cultura de diversas comunidades, vai muito além de uma simples atividade de subsistência. A segurança alimentar é um dos pilares da pesca artesanal. Os peixes capturados de forma artesanal são alimentos frescos e saudáveis, ricos em proteínas de alta qualidade. Além disso, o consumo de pescados e outros frutos do mar fornece nutrientes cruciais para o bom funcionamento do cérebro, da saúde cardiovascular e outras funções vitais

do corpo, garantindo uma dieta equilibrada e nutritiva para as comunidades e para quem consome esses produtos. Mais do que um trabalho, a atividade é vista por muitos como uma prática terapêutica. O contato direto com a água e a natureza, a observação dos ciclos da maré e a espera pela pesca ajudam a reduzir o estresse e a ansiedade.

Fortalecer a cultura é outro aspecto central da pesca artesanal. Como uma prática ancestral, ela mantém vivas as tradições, técnicas e conhecimentos que foram aperfeiçoados ao longo de séculos. Cada rede lançada e cada peixe capturado, seguindo os ciclos naturais, é um ato de afirmação territorial e uma forma de perpetuar o legado das comunidades. Consumir peixes de origem artesanal não é apenas uma escolha saudável; é um apoio direto à continuidade dessas tradições e à saúde comunitária.

A defesa da pesca artesanal revela-se, portanto, como frente múltipla de resistência: protege a biodiversidade marinha, assegura a soberania alimentar e mantém vivas culturas ancestrais. Suas técnicas de baixo impacto, desenvolvidas através de gerações de observação e adaptação, demonstram eficiência ecológica incomparável frente aos métodos industriais. Dentre as principais práticas de pesca mencionadas estão: Rede de Espera (Emalhe), Rede de Cerco (Bate-bate ou Batedeira), Cerco Flutuante, Linha de Mão, Zangarelho, Espinhel, Tarrafa e Covo.

12. Análise da base de dados

Com base no processo de levantamento de dados realizado pelo GT Pesquisa, em conjunto com educadores e comunitários de cada microterritório, foi possível identificar a presença da pesca em todas as 111 comunidades que participam do projeto Redes, cada comunidade com suas particularidades e especificidades.

A maricultura é uma continuação de práticas ancestrais de pesca e coleta, detectada como presente em 32 comunidades do projeto. No Meso Inter, a prática está presente em 20 comunidades (62,5%), sendo a região com maior incidência, as restantes são nos demais mesos, 6 em cada.

O cerco flutuante é uma das técnicas artesanais que demonstram forte concentração no Meso SP e Meso Inter, que juntos somam mais de 81% do total

registrado, sendo 21 comunidades com cerco no Meso SP e 18 no Meso Inter. Já o Meso RJ contribui de forma menos expressiva, com 9 unidades.

Associação de pescadores é um dos principais elementos da organização social, apresentando presença nos três mesoterritórios. O destaque é para o Meso SP, que concentra 16 comunidades com associações de pescadores, configurando-se como o principal polo dessa forma de organização. O Meso RJ tem 13 comunidades e o Meso Inter tem 11.

Os ranchos de pesca se apresentam como uma estrutura importante para a organização e apoio das comunidades pesqueiras, estando presente nos três mesoterritórios analisados. O destaque é para o Meso Inter, que concentra 33 comunidades com rancho de pesca, representando o principal polo dessa prática. Em seguida aparece o Meso SP, com 28 comunidades, reforçando sua relevância no fortalecimento da atividade pesqueira. Já o Meso RJ contribui com 18 comunidades. No total, foram registradas 35 comunidades (32,7%) em que os ranchos eram considerados como comunitários.

A atividade de beneficiamento do pescado, fundamental para agregar valor à produção pesqueira, está distribuída de forma desigual entre os mesoterritórios. O Meso Inter concentra o maior número de comunidades com essa prática, reunindo 15 unidades, o que o coloca como principal polo da atividade. Em seguida aparece o Meso SP, com 11 comunidades, e o Meso RJ, com apenas 6 comunidades que realizam o beneficiamento.

Entre os principais métodos de pesca identificados destacam-se: malhe, arrasto, rede de espera, pesca de linha, caniço, espia, arpão, redes boieira, cerco, cerco flutuante, armadilhas para polvo e para lula, pesca de barco de corvina, pesca de barco para dourado, pesca esportiva, coleta de marisco, rede de fundo, rede de malha, mergulho e picaré. Essa diversidade de técnicas demonstra a complexidade e a adaptação dos pescadores às características ambientais.

No que se refere às embarcações, foram registradas diversas modalidades, com destaque para a canoa, que aparece em diferentes formas e usos: canoa (31 ocorrências), canoa a remo (7), canoa a motor (6) e combinações como canoa/bote/traineira (6). Outras embarcações também citadas foram barcos pequenos (12), barco (10), embarcação miúda (6), barco e lancha (6), bote (6) e chatinha (5).

No Litoral Norte de São Paulo (LN-SP), 44% dos entrevistados indicaram a pesca artesanal como atividade principal. Já como atividade secundária, esse número cai para 9%. Assim, pode-se afirmar que aproximadamente 53% dos entrevistados têm a pesca artesanal como atividade econômica, seja principal ou secundária.

A maricultura foi mencionada por apenas 2% como atividade principal e 1% como secundária. O transporte de passageiros aparece como principal para 14% e secundário para 10%. Já o grupo classificado como “outras atividades”, que inclui aposentados, marinheiros e funcionários da prefeitura, corresponde a cerca de 21% dos entrevistados. No Sul Fluminense, segundo o mesmo relatório (2020), a situação é semelhante à do LN-SP. A pesca artesanal é a atividade econômica de quase metade dos entrevistados (49%), sendo 37% como atividade principal e 12% como secundária. A maricultura foi citada por apenas 4%. O transporte de passageiros corresponde a 11% como atividade principal e 8% como secundária. As “outras atividades” representam 22% como principal e 7% como secundária, destacando-se aposentados e marinheiros entre as respostas mais frequentes.

O tema da pesca artesanal contou com o levantamento realizado ao final da Fase 1 (Mineral, 2020), que trazia uma caracterização bem detalhada da pesca na região. No relatório, encontra-se o resultado de entrevistas realizadas no Litoral Norte de São Paulo e Sul Fluminense. Na ocasião, a grande maioria dos entrevistados indicava que a maior renda vinha da pesca, seguido de transporte (no LN-SP) e outras atividades (no Sul Fluminense).

Em Ilhabela, 55% dos entrevistados tinham como atividade principal a pesca, sendo dela a sua maior renda. Já o transporte foi apontado por 12% dos entrevistados, expressividade da pesca em Angra dos Reis. Mesmo considerando apenas a pesca artesanal, o volume total de pescado no município supera o registrado em Mangaratiba e Paraty. Quando incluída a pesca industrial, Angra dos Reis confirma sua vocação pesqueira, figurando entre os primeiros colocados em volume de captura no Estado. Os resultados apontam para a predominância da pesca artesanal em todos os aspectos analisados da produção, número de unidades produtivas e geração de renda.

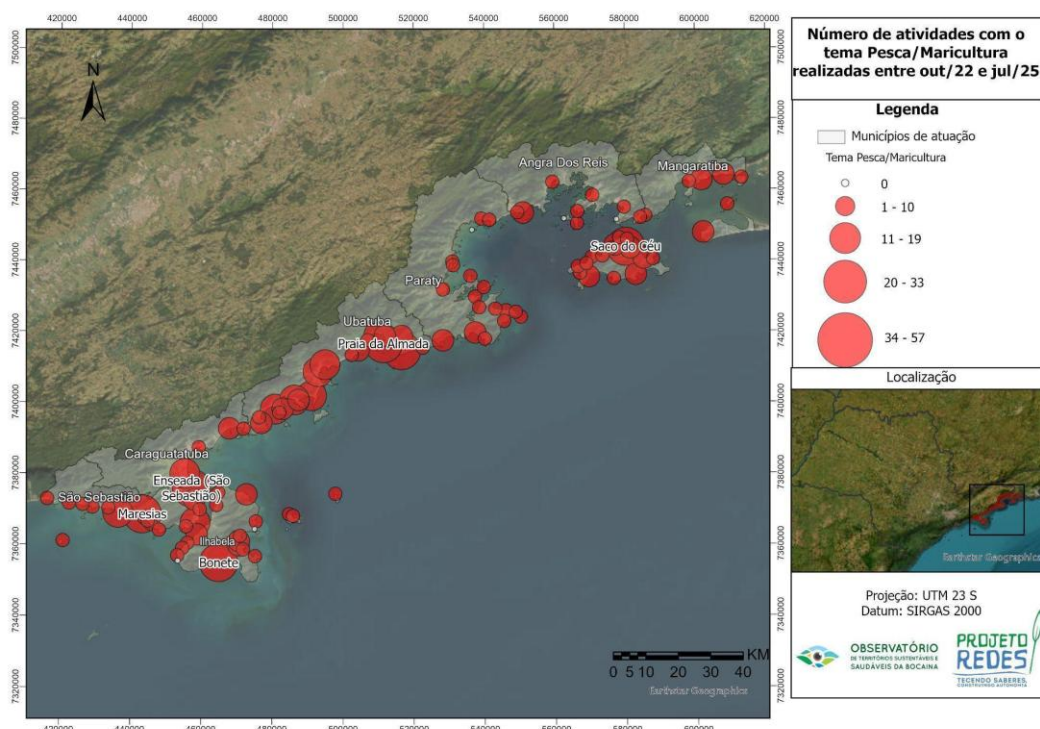
No que se refere ao volume total de captura, observa-se que a pesca industrial apresenta relevância apenas no município de Ubatuba, onde alcançou

625,25 toneladas, correspondendo a 25% do total de pescado (2.466,23 toneladas) no período analisado. Em Ilhabela, a participação da pesca industrial foi bastante reduzida, representando apenas 5% da captura total. Já em Caraguatatuba e São Sebastião, não houve registro dessa modalidade de pesca.

13. Mapeamento das atividades (2021-2025)

Com 438 participações, o Meso SP concentra o maior número de ações em Pesca/Maricultura, seguido pelo Meso Inter com 390 e pelo Meso RJ com 301, evidenciando a relevância dessas atividades em todas as regiões. Observou-se crescimento geral nas iniciativas ligadas à pesca ao longo do projeto, com destaque para comunidades como Picinguaba e Praia da Almada (Ubatuba), Maresias (São Sebastião), Bonete (Ilhabela) e Saco do Céu (Angra dos Reis). Outros subtemas relevantes identificados foram: Automonitoramento da pesca, Canoa caiçara, Cerco flutuante, Colônias de Pescadores, Criminalização da pesca, Fábrica de gelo, Fiscalização da pesca, Formalização da pesca, Maricultura e Mariscagem, Monitoramento da pesca, Monitoramento da rede boieira, Rancho e Registro de embarcações.

Mapa 1: Número de participações em atividade do tema Pesca/Maricultura



Fonte: Projeto Redes

14. O curso de Pesca Artesanal

O Curso de Pesca Artesanal e Gestão Costeira e Marinha foi realizado entre março e abril de 2025, com o objetivo de fortalecer comunidades pesqueiras tradicionais por meio da defesa da pesca artesanal, da preservação socioambiental e da gestão participativa dos territórios costeiros e marinhos, com foco na incidência política. Adotando a Pedagogia da Alternância, o curso combinou momentos presenciais de estudo e vivência nas comunidades (Tempos Escola) com atividades práticas e reflexivas nos territórios (Tempo Comunidade e Partilha), apoiadas por Núcleos de Acompanhamento (NA). A iniciativa foi desenvolvida em articulação com a Frente de Luta da Pesca Artesanal (FCT), Assopesca, Incubadora de Tecnologias Sociais (OTSS), colônias de pescadores Z-10 (Ubatuba), Z-8 (Caraguatatuba), Z-6 (Ilhabela) e Z-14 (São Sebastião), além do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP), Fórum de Pescadores em Defesa da Baía de Sepetiba e Frente Sudeste da Rede Marangatu. O curso recebeu 141 inscrições e preencheu 31 vagas, sendo 25 de comunitários e 6 de educadores e educadoras de base, oriundos de 27 comunidades, incluindo os 7 municípios de

abrangência do Redes. A maioria dos participantes atua diretamente na pesca artesanal, com vínculos marcados pela tradição familiar, resistência territorial e engajamento político-comunitário.

Os principais debates e temas abordados se concentraram em seis eixos centrais: a identidade da pesca artesanal, com ênfase na valorização cultural, histórica e legal dos povos pesqueiros e nos marcos legais que os amparam, como a Convenção 169 da OIT, o Decreto 6.040/2007 e a Lei 11.959/2009; a gestão costeira e marinha participativa, que destacou ferramentas como o PNGC, o ZEE, o GERCO e o Planejamento Espacial Marinho, apontando suas limitações quando não há diálogo com as comunidades; os instrumentos de defesa territorial, incluindo TAUS, RDS, RESEX e TAC, além dos Protocolos de Consulta Livre, Prévia e Informada; o automonitoramento da pesca, que reforça a soberania e a governança de dados como estratégia de incidência política; o licenciamento ambiental, com foco na cadeia do petróleo e gás, seus impactos territoriais e as propostas concretas de mitigação e reparação elaboradas pelos grupos; e, por fim, a segurança e soberania alimentar, que valorizou experiências comunitárias, como o peixe seco do Vale do Ribeira, e a economia solidária baseada nos saberes tradicionais.

Em relação à avaliação do curso, a equipe pedagógica ressaltou o engajamento, a apropriação crítica dos conteúdos e a aplicação prática nas comunidades. Já os cursistas avaliaram positivamente a metodologia, o acolhimento, a logística e os conteúdos, destacando a troca entre territórios. As principais sugestões foram: ampliar o tempo para aprofundar temas, incluir atividades de movimento, facilitar deslocamentos e permitir mais participantes por comunidade.

I5. Estudos de caso

Como estudos de caso, foram selecionadas uma comunidade em cada mesoterritório: Saco do Céu, no Meso RJ; Picinguaba, no Meso Inter; e Maresias, no Meso SP.

No Saco do Céu, foi realizada a Partilha de Saberes da Pesca Artesanal da Ilha Grande. O encontro teve como propósito promover a troca de experiências e conhecimentos entre pescadores e pescadoras da Ilha Grande e

de outras comunidades pesqueiras. Seus objetivos centrais incluíram a prática do cerco flutuante e a organização e a ampliação da visibilidade das mulheres na pesca artesanal. Esta atividade foi importante como ponto de partida para a discussão sobre pesca na Ilha Grande, retomada em inúmeras atividades posteriores.

Na Picinguaba, em Ubatuba, destaca-se o automonitoramento da pesca, uma estratégia inovadora desenvolvida pela Frente de Pesca Artesanal do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT). Com respaldo da Portaria nº 1.455/2022, que garantiu às comunidades o direito de produzir seus próprios dados, o processo é conduzido pelo movimento social, com informações registradas em uma plataforma compartilhada e em cadernos elaborados pelos próprios pescadores. A iniciativa transformou a rotina local, mostrando que o envolvimento de pessoas da própria comunidade facilita o diálogo e supera a desconfiança em relação a pesquisas externas, fortalecendo a união e a participação coletiva. Apesar de desafios como a falta de recursos e a desconfiança inicial gerada pela criminalização da pesca artesanal e pela ausência de retorno de monitoramentos anteriores, o automonitoramento fortaleceu a gestão comunitária e trouxe impactos significativos: geração de dados essenciais para políticas públicas, reconhecimento da sustentabilidade da pesca artesanal, fortalecimento político das comunidades e empoderamento coletivo, promovendo protagonismo e valorização do modo de vida tradicional.

Em Maresias, São Sebastião, o projeto teve papel fundamental na criação e consolidação da Associação de Pescadores. O Projeto Redes apoiou a formalização da entidade, oferecendo assistência técnica e jurídica para sua estruturação documental e administrativa, além de garantir acompanhamento contínuo após a fundação, o que resultou em maior regularização da atividade pesqueira, acesso a direitos, políticas públicas e representação política institucional. Esse fortalecimento institucional, apontado por Ostrom (2011) como essencial para a gestão coletiva de recursos comuns, foi complementado por oficinas de educação socioambiental promovendo o manejo sustentável e o pertencimento territorial. Entre elas, destacou-se a oficina sobre o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), instrumento legal que permite às comunidades requerer áreas para uso sustentável (BRASIL, 2009). O interesse da comunidade levou à parceria com o Fórum de Comunidades Tradicionais,

responsável pela representação da associação no processo e pelo apoio jurídico e político. O Redes também introduziu o automonitoramento, metodologia participativa em que os próprios pescadores registram dados sobre suas atividades, fortalecendo a autonomia comunitária e subsidiando negociações políticas e a gestão pesqueira (ISAAC-NETO et al., 2012). Em Maresias, esses dados foram essenciais para embasar a reivindicação pela liberação do uso da rede boeira, tradicionalmente empregada na pesca local, mas alvo de restrições normativas.

J. Turismo de Base Comunitária

J1. Introdução, conceitos e contextualização

Numa região marcada por uma intensa atividade turística, em diversos segmentos de turismo, o Turismo de Base Comunitária (TBC) vem se constituindo como uma alternativa que possibilita a geração de renda e autonomia para as comunidades juntamente com a afirmação dos saberes e fazeres existentes nos diferentes territórios tradicionais. Desta forma, o TBC se contrapõe ao turismo de massa e de elite, que se consolidou como um forte gerador de conflitos com as comunidades.

O TBC é um tema fundamental para os territórios de atuação do Projeto Redes, que tem como sujeitos da ação educativa as comunidades pesqueiras e tradicionais que lidam, em sua maioria, diretamente com a atividade turística. Tendo em vista a localização das comunidades nas áreas litorâneas, o turismo de massa, ou ainda, predatório, como se referem diversas lideranças locais, têm representado um grande desafio para a manutenção da autonomia e do modo de vida nas comunidades. Esta seção busca demonstrar como o tema do TBC tem sido trabalhado e fortalecido no âmbito do Projeto Redes, através das diferentes atividades, partilhas e do curso de Turismo de Base Comunitária em 2024.

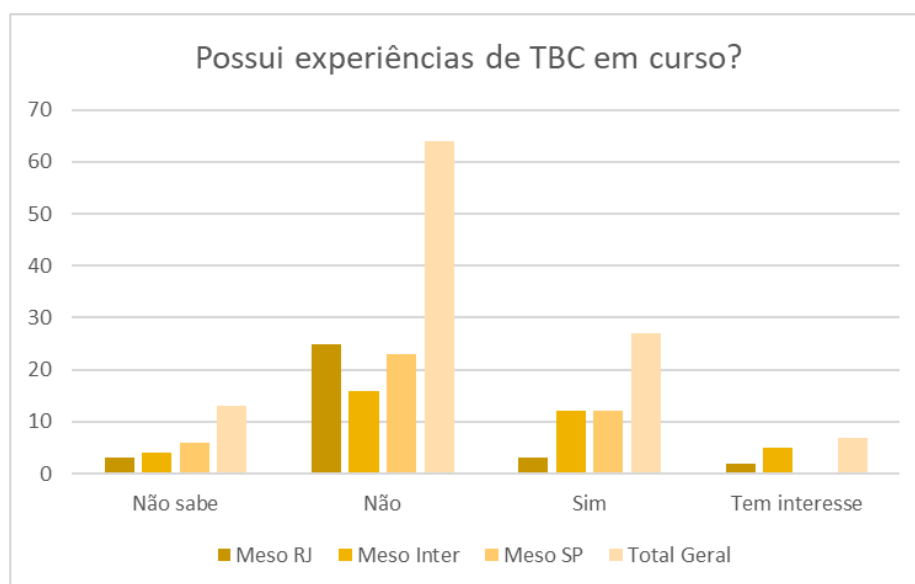
Como principal expressão do TBC no macroterritório, há hoje consolidada a Rede Nhandereko, idealizada pelo Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT). Esta rede tem como objetivo promover experiências de TBC nas comunidades

indígenas, caiçaras e quilombolas do litoral sul do Rio de Janeiro e norte de São Paulo. “Nhandereko” é uma palavra da língua Guarani Mbya que significa “nosso modo de ser”. O TBC é compreendido enquanto uma efetiva ferramenta de luta e de permanência saudável no território, com sua capacidade de geração de renda e de autonomia para as comunidades, que definem, coletivamente, como será realizado o TBC em cada local.

J2. Análise da base de dados

A análise das 111 comunidades do Projeto Redes demonstra que o Turismo de Base Comunitária (TBC) é uma atividade fundamental para a sustentabilidade social e econômica dos territórios tradicionais, presente em 72% das localidades e articulado à pesca e à agricultura. O cenário revela diversificação produtiva e coexistência entre modelos convencionais e comunitários de turismo, com forte presença de atrativos naturais (96%) e potencial para ampliar a valorização cultural. Observam-se, contudo, diferenças regionais: o Meso Rio apresenta experiências mais estruturadas; o Meso Inter, práticas ligadas à resistência cultural; e o Meso SP, maior influência do turismo de massa. Apesar da baixa institucionalização, apenas 21% das comunidades possuem associações formais, o TBC se consolida como estratégia de autonomia, geração de renda e preservação ambiental, cuja expansão depende do fortalecimento da organização comunitária e da integração entre políticas públicas, cultura e economia solidária.

Figura 1: Distribuição das comunidades com iniciativas de TBC ativas por meso território



Fonte: Base de dados GT Pesquisa, 2025

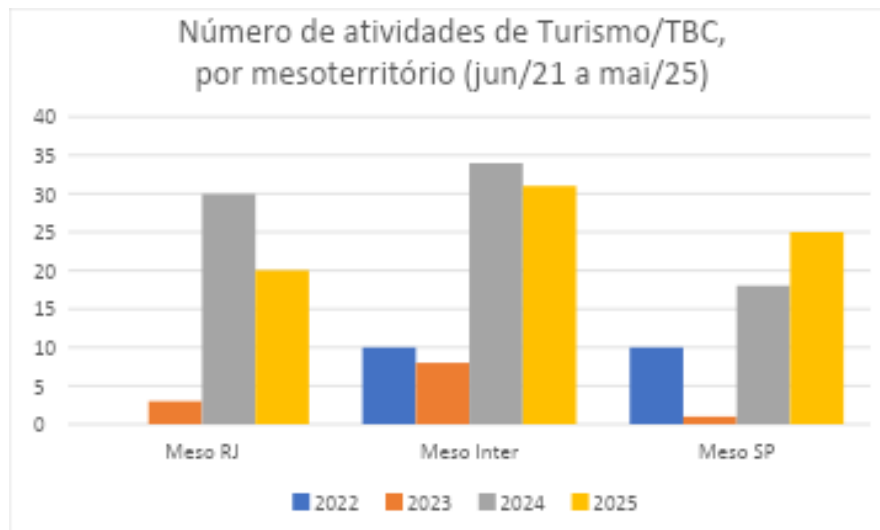
A divulgação digital do turismo comunitário ainda é limitada: 60 comunidades (54%) utilizam WhatsApp para agendamento e apenas 32 (29%) têm informações disponíveis na internet, o que restringe a visibilidade e o alcance das iniciativas. A Rede Nhandereko, a principal central de TBC na região da Costa Verde, é composta por comunidades de Ubatuba (Quilombo da Fazenda, Aldeia Boa Vista e Picinguaba) e de Paraty (Quilombo do Campinho e São Gonçalo), além de Trindade, que participa da central sem integrar a coordenação. Outras comunidades, como o Saco do Céu, a Praia do Sono e o Quilombo do Bracuí, estão em processo de inclusão, demonstrando a expansão da rede para Angra dos Reis, impulsionada pela atuação do Projeto Redes.

Os dados indicam que, embora o TBC ainda não seja predominante, há amplo potencial de crescimento: a maioria das comunidades possui recursos naturais e culturais favoráveis, mas carece de estrutura, apoio técnico e integração em redes de comercialização e divulgação. O turismo já tem papel econômico central, com destaque para a hospitalidade familiar e os serviços de alimentação, mas sua consolidação depende de fortalecimento organizativo e valorização cultural. Assim, o TBC se apresenta como um campo estratégico de expansão, que pode ser impulsionado por políticas públicas, formação e articulação comunitária, como vem sendo promovido pelo Projeto Redes.

J3. Mapeamento das atividades (2021-2025)

A análise das atividades do Projeto Redes demonstra que o Turismo de Base Comunitária (TBC) ganhou destaque progressivo entre 2023 e 2025, impulsionado pelo curso de TBC, que fomentou trocas interterritoriais e ampliou o engajamento comunitário. No Meso Rio, o tema, ausente em 2022 e incipiente em 2023, apresentou expansão expressiva a partir de 2024, resultado do fortalecimento de redes locais e da superação das barreiras impostas pelo turismo de massa predominante na região. No Meso Inter, o TBC já possuía trajetória consolidada, associada à presença de comunidades mais isoladas geograficamente, nas quais o turismo comunitário se estabeleceu como alternativa sustentável ao modelo convencional. Esses dados indicam que a formação e o intercâmbio promovidos pelo curso tiveram efeito multiplicador, contribuindo para a disseminação e o amadurecimento das práticas de TBC no território.

Figura 2: Número de atividades de Turismo/TBC por mesoterritório (jun/21 a mai/25)

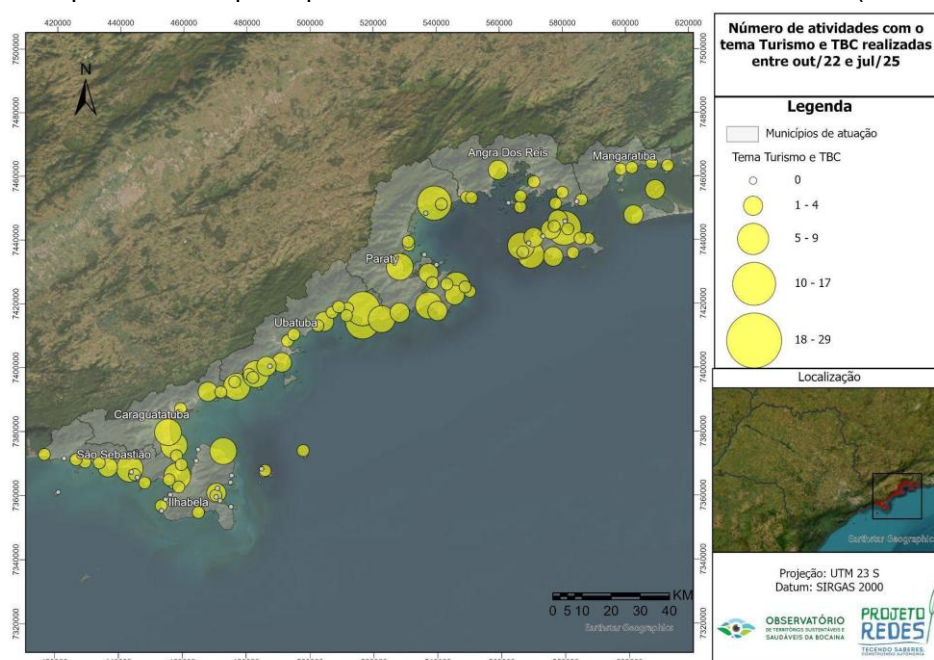


Fonte: Base de dados GT Pesquisa, 2025

Entre 2022 e 2025, o Turismo de Base Comunitária (TBC) apresentou variações significativas entre os mesoterritórios do Projeto Redes. No Meso SP, apesar da retração em 2023 devido às fortes chuvas que redirecionaram esforços para ações emergenciais, observou-se retomada e expansão das práticas a partir de 2024, consolidando-se em 2025 como expressão da

resiliência e capacidade organizativa das comunidades. O mapa de atividades confirma a ampla difusão do tema no macroterritório, com destaque para comunidades com maior protagonismo: no Meso Rio, Aventureiro (11), Saco do Céu (20) e Praia Vermelha (11); no Meso Inter, Paraty: Centro (11), Pouso da Cajaíba (11), Praia do Sono (14) e São Gonçalo (19); e Ubatuba: Camburi (13), Picinguaba (29), Fortaleza (11), Caçandoca (17) e Fazenda (24); e, no Meso SP, São Sebastião: Araçá (11), Enseada (14) e Maresias (10); e Ilhabela: Praia da Fome (13). Esses dados evidenciam a amplitude territorial e a importância crescente do TBC como eixo de fortalecimento econômico, social e ambiental das comunidades tradicionais.

Figura 3: Mapa com nº de participantes em atividades do tema Turismo e TBC (out/22 a jul/25)



Fonte: Base de dados GT Pesquisa, 2025

J4. O curso de TBC

O curso de Turismo de Base Comunitária (TBC), promovido pelo Projeto Redes e coordenado por uma Comissão Político-Pedagógica composta majoritariamente por mulheres tradicionais, foi ministrado pela Rede Nhanderekó com foco na formação crítica e técnica voltada à defesa e permanência nos territórios tradicionais. Estruturado sobre os princípios da justiça socioambiental, economia solidária e valorização dos saberes tradicionais, o curso integrou teoria e prática, abordando temas como precificação, gestão financeira, parcerias e

monitoramento socioambiental. As vivências de campo, como o Roteiro Navegantes em São Gonçalo e a visita ao Quilombo da Fazenda, proporcionaram experiências diretas de planejamento comunitário e gestão territorial, inspiradas em roteiros de referência como o do Marisco (Saco do Céu) e da Freguesia de Santana.

A elevada procura (com 173 inscrições) demonstra o interesse e a relevância do TBC no contexto do Projeto Redes. O perfil dos 31 cursistas selecionados revelou diversidade territorial e de gênero, com predominância feminina (19 mulheres e 12 homens), reforçando o papel central das mulheres nos processos de mobilização comunitária. A distribuição geográfica contemplou participantes dos três mesoterritórios, com maior representação do Meso Inter (12) e do Meso RJ (11), e menor presença do Meso SP (8), abrangendo 26 comunidades distintas. Essa variedade reflete a abrangência territorial do curso e sua capacidade de reunir representantes de diferentes contextos socioculturais e ambientais.

A maioria dos participantes já possuía vínculos anteriores com o Projeto Redes, 24 relataram a atuação do projeto em suas comunidades e 19 já haviam participado de ações anteriores, o que reforça a continuidade do processo formativo e o fortalecimento de redes locais. As atividades e práticas relatadas pelos cursistas, que envolvem artesanato, alimentação, condução de visitantes, pesca, monitoramento ambiental e oficinas culturais, revelam o caráter coletivo e multidimensional do TBC, articulando economia, cultura e meio ambiente. O curso consolidou-se, assim, como espaço estratégico de formação, troca de saberes e empoderamento comunitário, fortalecendo as capacidades locais para o desenvolvimento de iniciativas autônomas e sustentáveis de turismo nos territórios tradicionais.

J5. Estudos de caso

A Enseada das Estrelas, na Ilha Grande, e particularmente a comunidade Saco do Céu, tem adquirido uma relevância em relação ao tema do TBC, contando com 20 atividades que tiveram como temática central o TBC entre 2021 e 2025. A comunidade evidencia o potencial de construção e articulação de temas promovidos pelo Projeto Redes e os resultados concretos que eles podem

alcançar para as comunidades. Através da análise de relatórios de atividades é possível recuperar o processo de chegada do tema na comunidade e como, rapidamente, através da participação em partilhas e eventos sobre o tema, foram incorporando o TBC não só na comunidade, como em toda a Enseada das Estrelas, que é hoje uma relevante referência para o TBC no Meso Rio.

O Quilombo da Fazenda é um importante representante do TBC no Meso Inter. A comunidade esteve envolvida em pelo menos 20 atividades que dialogam com o tema. O TBC na Praia da Fazenda se destaca pela diversidade de roteiros, oferecendo propostas que envolvem reflexões sobre as lutas, sobre a permanência no território, passando pela alimentação, pelo contato com a produção local agroecológica de alimentos, valorização do conhecimento acerca do manejo das fontes de água, protegidas historicamente pela comunidade e valorizando ainda o trabalho e o conhecimento dos artesãos locais.

As iniciativas de TBC em Castelhanos datam de iniciativas locais desde o ano de 2017. No entanto, ao longo dos últimos anos se tornou mais robusta, o que pode estar associado à participação como educadora apoiadora de uma jovem liderança da comunidade, que já era ligada ao tema do TBC antes da entrada no projeto Redes. Tendo em vista o turismo de massa consolidado na Ilhabela e seus arredores, Castelhanos vem se diferenciando por resguardar e promover um modelo comunitário da atividade turística, defendendo o aspecto tradicional do território. Nesse sentido, destaca-se a realização de oficinas de construção de canoas, feitura de cocadas, barreado para a construção da casa de farinha, peixe seco no varal e confecção de rede de pesca.

K. Agroecologia e Roça Tradicional

K1. Introdução, conceitos e contextualização

A agroecologia consolida-se como um pilar essencial e uma estratégia multidimensional de promoção da saúde dos territórios, da segurança alimentar e do fortalecimento sociopolítico e econômico das comunidades tradicionais na área de atuação do Projeto Redes. Mais do que um conjunto de técnicas agrícolas, constitui um eixo articulador que integra saberes ancestrais, práticas

sustentáveis, gestão comunitária dos recursos naturais e estratégias de comercialização e incidência política. As experiências territorializadas em agroecologia têm demonstrado sua força transformadora, inspirando outras iniciativas e influenciando processos que vão da escala comunitária à institucional, com base em relações horizontais e na valorização da diversidade local.

As frentes de atuação do Projeto Redes estruturam-se em três eixos interconectados: o primeiro, voltado à soberania alimentar, difunde práticas culinárias e o uso de plantas medicinais tradicionais; o segundo, dedicado à sociobiodiversidade, valoriza cadeias produtivas de espécies nativas e promove o manejo sustentável; e o terceiro, relacionado à comercialização e à atuação política, fortalece canais de venda comunitária e espaços de articulação coletiva. Essa organização expressa uma abordagem holística, reconhecendo a interdependência entre meio ambiente, cultura, economia e política na construção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis.

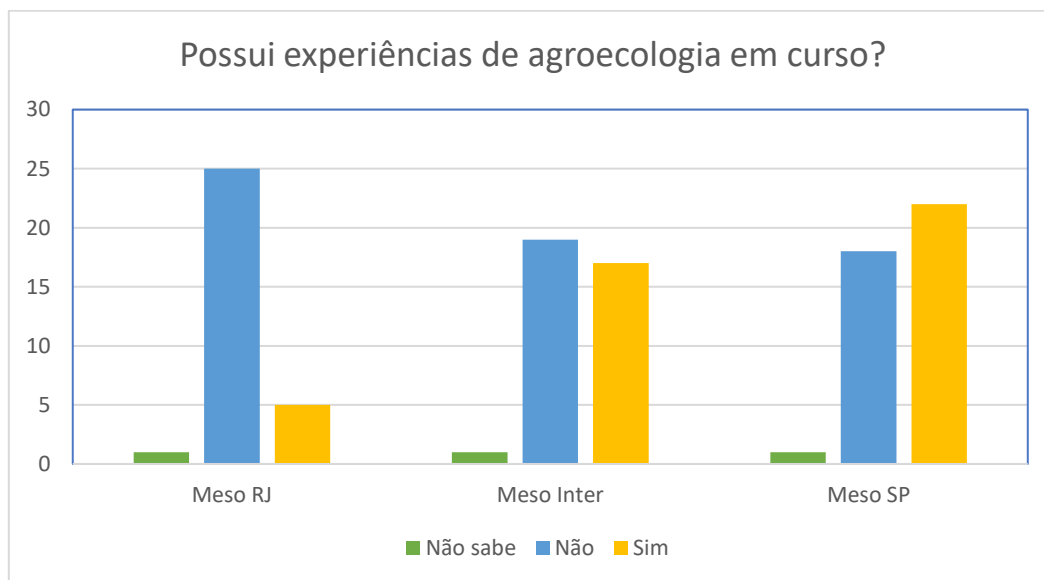
Ao integrar saberes tradicionais e científicos, a agroecologia reforça a autonomia das comunidades e o protagonismo local, estimulando práticas produtivas inovadoras e sustentáveis. O diálogo com políticas públicas e certificações orgânicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Sistema Participativo de Garantia (SPG/OCS), amplia o alcance das ações e assegura a soberania alimentar. Assim, a agroecologia se afirma não apenas como prática produtiva, mas como um caminho ético, político e emancipador, que reconhece e potencializa as formas de vida e de resistência historicamente enraizadas nos territórios.

K2. Análise da base de dados

A análise da base de dados sobre agroecologia no território de atuação do Projeto Redes revela um panorama marcado pela notável diversidade cultural e territorial, com a presença significativa de práticas agroecológicas distribuídas por todos os mesoterritórios. Estes contextos evidenciam um rico mosaico de saberes e fazeres, com destaque para a manutenção de hortas residenciais e roças tradicionais, a criação de animais de pequeno porte e o cultivo de alimentos básicos da subsistência como banana, mandioca, milho e hortaliças. A produção é destinada majoritariamente ao autoconsumo, constituindo um pilar

da segurança alimentar, mas também contribui de forma substantiva para a comercialização em circuitos locais e externos.

Figura 01: Experiências de agroecologia em curso



Fonte: Projeto Redes

As práticas agroecológicas nas comunidades caiçaras do Meso RJ (Angra dos Reis e Mangaratiba) revelam uma produção voltada ao autoconsumo e, em alguns casos, à comercialização local. Na Ilha Grande, destacam-se as hortas comunitárias e residenciais, roças de banana, mandioca e hortaliças, e a criação de animais como galinhas e patos. Comunidades como Aventureiro, Bananal e Matariz mantêm práticas regulares, enquanto Saco do Céu se destaca pela dupla finalidade da produção (consumo e venda). Em Angra, Monsuaba combina SAFs, criação de animais e comercialização externa, mostrando maior diversificação. Já em Mangaratiba, especialmente na Ilha de Jaguanum e no Quilombo da Marambaia, a produção é mais restrita, com foco no consumo interno e excedentes ocasionais para o mercado local.

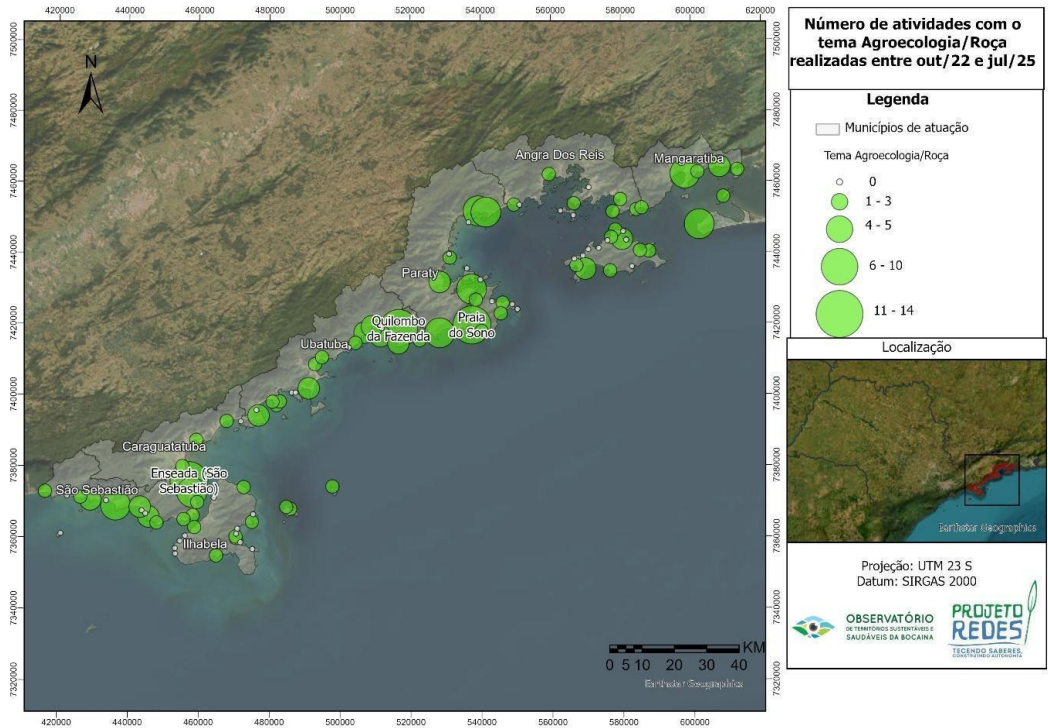
Nos Mesos SP (Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela) e Inter (Paraty e Ubatuba), a agroecologia aparece de forma mais consolidada e integrada à economia comunitária. Em São Sebastião, a comunidade da Enseada se destaca por roças diversificadas e SAFs, enquanto outras localidades mantêm extrativismo e viveiros. Em Paraty e Ubatuba, as práticas alcançam maturidade, com roças, hortas e viveiros que associam produção alimentar, conservação

ambiental e geração de renda. Quilombos como Caçandoca, Camburi e Fazenda, e comunidades como Praia do Sono e Paraty-Mirim, exemplificam esse protagonismo, articulando autoconsumo, comercialização e acesso a políticas públicas de incentivo à agricultura familiar.

K3. Mapeamento das atividades (2021-2025)

Entre 2021 e 2025, as atividades com o tema agroecologia e roça tradicional tiveram notável expansão e consolidação nas comunidades tradicionais. Em 2022, registravam-se cerca de cinco iniciativas, número que triplicou em 2023 e alcançou aproximadamente quarenta por ano em 2024 e 2025, demonstrando a centralidade crescente do tema e o fortalecimento do engajamento comunitário.

Figura 2: Número de participações em atividades do tema Agroecologia (jun/21 a mai/25)



Fonte: Projeto Redes

A análise regional mostra que o Meso RJ (Angra dos Reis e Mangaratiba) manteve atividades mais pontuais, enquanto os Mesos Inter (Paraty e Ubatuba) e SP (São Sebastião, Caraguatatuba e Ilhabela) se destacaram como polos de maior dinamismo, chegando a registrar até dezenove ações anuais em 2024.

Esses dados indicam a consolidação de redes de troca e a ampliação das práticas agroecológicas nesses territórios.

Em nível local, comunidades como o Quilombo da Fazenda (Ubatuba), a Praia do Sono (Paraty) e a Enseada (São Sebastião) apresentaram desempenhos expressivos, com grande diversidade produtiva, incluindo roças, hortas, viveiros, SAFs e criação de animais, e com comercialização ativa de excedentes. Esses exemplos evidenciam como a agroecologia se firmou como eixo estruturante da economia comunitária, articulando sustentabilidade, autonomia e fortalecimento territorial.

Outras comunidades também se mostraram expressivas, como Ponta Negra e Pouso da Cajaíba, em Paraty, que alcançaram ampla diversidade de práticas, extrativismo e inserção em programas de incentivo. Calhaus e Praia Grande da Cajaíba, Martim de Sá, Cairuçu das Pedras e São Gonçalo, também em Paraty, destacaram-se com cultivos variados, SAFs, criação de animais e comercialização externa. Localidades como Ilha do Araújo, Ilha do Cedro e Trindade, em Paraty, apresentaram simultaneamente roças, hortas comunitárias, viveiros, extrativismo e criação de animais. De maneira geral, o perfil dessas comunidades atuantes revela práticas agroecológicas multifacetadas, que buscam a sustentabilidade, a segurança alimentar e a valorização de seus modos de vida. O extrativismo vegetal reforça a relação histórica com a sociobiodiversidade, enquanto a implementação de SAFs e viveiros sinaliza um avanço qualitativo na adoção de técnicas sustentáveis.

K4. O curso de Saúde e Cultura

O curso teve como objetivo aprofundar as relações entre saúde e cultura tradicional de povos e comunidades tradicionais, evidenciando como práticas culturais e estratégias de cuidado dialogam diretamente com políticas públicas de saúde, patrimônio cultural e fortalecimento do SUS. A formação destacou o reconhecimento das práticas tradicionais como o uso de plantas medicinais, rezas e saberes de cura como parte essencial das políticas de promoção da saúde e da preservação cultural, reforçando a importância de um sistema de saúde mais inclusivo, sensível às especificidades socioculturais dos territórios.

Nesse contexto, o curso integrou discussões sobre políticas públicas, como a PNPIC, PNPMF e PNEPS-SUS, e apresentou experiências que articulam

o conhecimento tradicional com o campo institucional, como a Farmacopeia Popular do Cerrado. Foram valorizadas práticas de cuidado que também se expressam por meio da arte, da culinária, da pesca e do artesanato, compreendidos como dimensões de saúde e bem-estar coletivo. As atividades formativas, oficinas, rodas de saberes e encontros comunitários promoveram a troca de experiências entre gerações e fortaleceram a identidade cultural e o sentimento de pertencimento.

A experiência revelou como cultura, saúde e território se entrelaçam na vida das comunidades tradicionais, e como a transmissão de saberes e práticas, como o fandango caiçara, o artesanato e o uso de ervas medicinais constitui uma forma de resistência e cuidado integral. Dessa forma, o curso contribuiu para o fortalecimento das redes culturais e comunitárias, estimulando a valorização das expressões tradicionais como instrumentos de promoção da saúde, de autonomia e de fortalecimento da cultura viva nos territórios.

K5. Estudos de Caso

A alimentação é uma das expressões culturais mais potentes das comunidades tradicionais, reunindo identidade, memória e coletividade. Nesse contexto, o Coletivo Cozinha das Tradições se destaca como um exemplo de integração entre agroecologia e fortalecimento comunitário, promovendo a soberania alimentar por meio da valorização da culinária regional. Formado por cerca de 70 mulheres de 14 comunidades em cinco municípios, o grupo preserva e difunde receitas, técnicas culinárias e usos de plantas medicinais, fortalecendo tanto a cultura alimentar quanto a organização social.

O Coletivo recebe apoio da Incubadora de Tecnologias Sociais da Frente de Agroecologia e da Coordenação do FCT, desenvolvendo ações como a mobilização de mulheres indígenas, o aprimoramento da gestão e a captação de recursos. Em paralelo, o projeto Sabores e Saberes, no Meso SP, fortalece a atuação de mulheres comunitárias em bairros como São Francisco, Porto Novo, Enseada, Cocanha e Camaroeiro, articulando soberania alimentar, valorização cultural e turismo de base comunitária. Na Cocanha, por exemplo, a parceria com a Associação de Pescadores e Maricultores resultou na valorização do prato tradicional lambe-lambe, inserido no circuito turístico como símbolo de identidade e pertencimento.

Com apoio do Projeto Redes, que atua na mediação, articulação institucional e suporte técnico, o Sabores e Saberes consolida-se como um espaço de resistência e inovação social. A culinária tradicional, ao mesmo tempo prática cotidiana e expressão política, reafirma-se como eixo de soberania, sustentabilidade e justiça social, demonstrando que a comida é também um caminho para o fortalecimento cultural e comunitário.

O Projeto Redes tem atuado também no fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, apoiando o manejo sustentável das roças tradicionais e a diversificação agroecológica das comunidades. Por meio de ações integradas de formação, visitas técnicas e regularização ambiental, o projeto estimula a certificação participativa (SPG/OCS) e o acesso a políticas públicas de comercialização, como o PNAE, valorizando práticas ancestrais e promovendo segurança alimentar.

A “Campanha Juçara é Nossa” sintetiza esse movimento ao articular conservação ambiental, geração de renda e fortalecimento identitário. Com o apoio do Redes, foram aprimoradas as etapas de colheita, beneficiamento e processamento artesanal, além de incentivada a experimentação com novos produtos, ampliando o valor agregado da produção local. O incentivo a consórcios agroflorestais e mutirões comunitários reafirma a agroecologia como prática política e estratégia de autonomia territorial, conectando saberes tradicionais e técnicos em favor da sustentabilidade e da permanência das comunidades em seus territórios.

Por fim, o Projeto Redes se relaciona diretamente com a Frente de Agroecologia do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), por meio da oferta de cursos, reuniões de articulação e espaços formativos que promoveram a integração entre comunidades, técnicos e instituições parceiras. Essas ações contribuíram para consolidar processos de gestão coletiva, apoiar a formalização de associações e fortalecer a comercialização de produtos e serviços comunitários. Iniciativas como o Armazém do Território, as Feiras Agroecológicas e as Cestas Agroecológicas foram potencializadas por meio, recebendo suporte técnico e político para aprimorar processos administrativos, precificação, certificação e acesso a políticas públicas.

O Projeto Redes atuou na construção de uma política de comercialização territorial, pautada na valorização dos saberes locais e na autonomia das

comunidades frente às dinâmicas de mercado. Essa abordagem tem fortalecido a soberania alimentar, a autogestão econômica e a sustentabilidade dos modos de vida tradicionais, demonstrando que a comercialização, quando articulada à agroecologia e à organização comunitária, é também um instrumento de resistência e permanência no território.

L. Educação Diferenciada

L1. Introdução, conceitos e contextualização

O Projeto Redes estruturou a Rede de Formação Socioambiental (RFS), integrando saberes tradicionais locais e conhecimento técnico-científico. Atua como mediador de conflitos sociais e promove autonomia comunitária, fortalecendo a preservação dos modos de vida frente a pressões socioambientais e econômicas. Fundamentada na Educação Ambiental Crítica, a abordagem valoriza participação social, reflexão histórica e dialógica, respeito à diversidade cultural e interculturalidade crítica. Baseada na pedagogia freireana, a educação diferenciada do Projeto Redes parte da realidade concreta dos educandos, respeitando suas identidades culturais, e implementa currículos interculturais e avaliações coletivas, incorporando práticas de aprendizagem popular e metodologias adaptadas ao contexto local.

A Pedagogia da Alternância articula saberes escolares e experiências comunitárias, dividindo o tempo de aprendizagem entre escola e comunidade. Os educandos aprendem em seu ambiente, valorizando saberes tradicionais historicamente marginalizados. A alternância promove integração entre escola, família e meio socioprofissional, responsabilidade compartilhada e vivência integrada do educando, considerando dimensões pessoais e comunitárias. Além disso, permite flexibilização curricular conforme ciclos naturais e produtivos das comunidades pesqueiras.

O Projeto Redes adota a Ecologia de Saberes, promovendo diálogo entre conhecimentos tradicionais e científicos, combatendo a hierarquização do saber. Valoriza técnicas tradicionais de pesca, manejo sustentável e navegação, integrando-as a práticas científicas. A Educação do Campo reconhece comunidades tradicionais como sujeitos de direitos territoriais, sociais, culturais

e ambientais. A criação de escolas do campo em municípios como Angra dos Reis, Paraty e Ilhabela assegura direitos e políticas educacionais específicas.

Socialmente, a educação diferenciada fortalece a organização comunitária, lideranças locais e participação política. Economicamente, valoriza saberes tradicionais, estimulando alternativas sustentáveis como turismo de base comunitária, agroecologia e pesca artesanal. Culturalmente, preserva identidades quilombolas, caiçaras e indígenas, reconhecendo as comunidades como produtoras de conhecimento. Ambientalmente, promove manejo sustentável e articula saberes ecológicos tradicionais e científicos, fortalecendo monitoramento e gestão ambiental local.

Os desafios incluem ampliação do reconhecimento institucional das escolas diferenciadas, construção de currículos contextualizados, formação continuada de educadores e melhoria da infraestrutura. A incorporação adequada de saberes locais exige mediação intercultural constante frente à resistência de estruturas educacionais conservadoras. As perspectivas incluem ampliação da RFS, fortalecimento da autonomia comunitária e institucionalização das práticas educativas diferenciadas como políticas públicas permanentes, reconhecendo o currículo como território político em disputa.

L2. Análise da base de dados

A pesquisa mapeou o acesso à educação básica em comunidades a partir de cinco subtemas: acesso à educação, transporte, educação diferenciada, participação comunitária e infraestrutura. Os dados, coletados com educadores e comunitários, foram processados em gráficos e fornecem referência para ações formativas da RFS e reivindicações educacionais, subsidiando o trabalho dos Coletivos de Apoio à Educação Diferenciada do FCT e a formulação de políticas públicas nos municípios.

O acesso à educação é um desafio constante, em especial nas comunidades em que o acesso aos centros não é feito por via terrestre. O ensino fundamental I (EF I - 1º ao 5º ano) é o mais difundido. Em comunidades menos populosas, é comum a ocorrência de turmas multisseriadas. Algumas unidades escolares comportam ainda a educação infantil pré-escolar. O gráfico traduz a oferta de Educação Pública de nível Fundamental I, o qual abarca os anos

iniciais de formação, isto é, do 1º ao 5º ano, que deve ser fornecido pelo município. Observa-se que o Meso SP é o que possui maior número de comunidades sem acesso a este nível de ensino.

Quando se comparam os gráficos do Ensino Fundamental I e II, é possível notar como as dificuldades de acesso começam a aparecer. Algumas comunidades não oferecem o Ensino Fundamental II (EF II - 6º ao 9º ano), obrigando que as crianças e jovens da comunidade tenham que se deslocar para comunidades vizinhas para estudar. Onde este deslocamento implica longas distâncias e altos custos, muitas vezes em o apoio regular do município, a exclusão escolar se dá já na adolescência, ao se concluir o 5º ano. A busca pela continuidade dos estudos muitas vezes é um fator de deslocamento de famílias para comunidades com maior acesso à educação ou mesmo para as áreas centrais das cidades, implicando o esvaziamento das comunidades.

Gráfico 4: Oferta de 1º Segmento do Ensino Fundamental nos Mesoterritórios

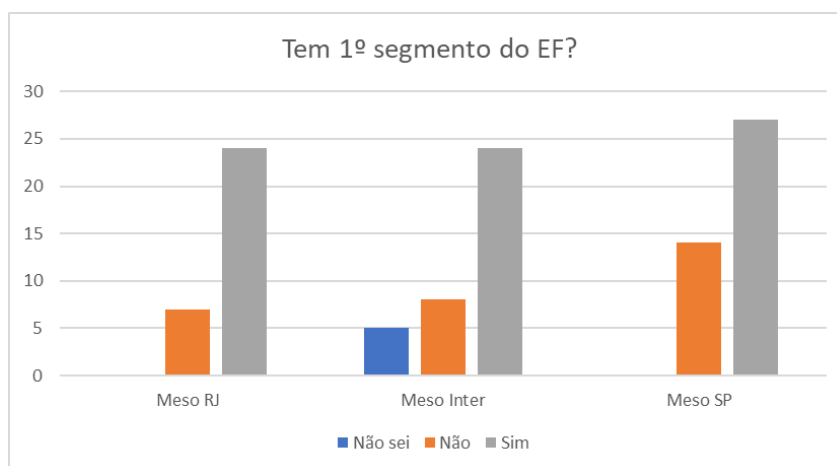
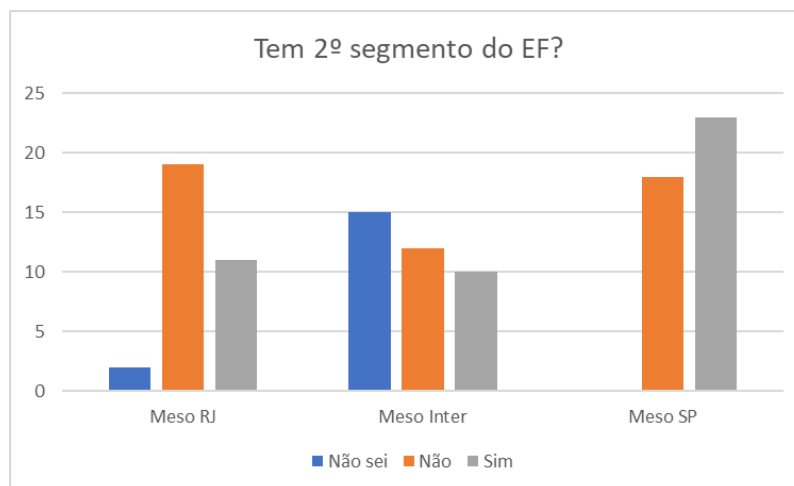


Gráfico 7: Oferta de 2º Segmento do Ensino Fundamental nos Mesoterritórios



É neste contexto de necessidade de deslocamentos para estudo nos níveis de EF I, EF II e Ensino Médio que surge a questão da oferta de transporte escolar, com especial destaque no caso do transporte marítimo na Ilha Grande, nas ilhas de Mangaratiba, na Península da Juatinga e na Ilhabela. Mas também o transporte terrestre pode ser um fator importante para se garantir o acesso aos vários níveis de educação nas comunidades onde não se tem a oferta completa.

Mas que escola é esta que passa a ser oferecida às crianças que vivem nas comunidades pesqueiras e tradicionais? Uma educação que reproduza os padrões culturais e os conhecimentos centrados no mundo urbano tende a desqualificar os saberes tradicionais, transmitidos por gerações a partir da prática cotidiana, e que são importantes para a reprodução da cultura e dos modos de fazer dos pescadores e pescadoras artesanais.

Em função disto é que surge a demanda da educação diferenciada. Buscou-se levantar em que comunidades existiam projetos ou currículos diferenciados, projetos políticos pedagógicos e formação continuada de professores, como meios de revitalizar o conhecimento tradicional da pesca e dos saberes da terra e do mar dentro das escolas. Os gráficos apontam que os projetos de educação diferenciada ocorrem somente nos Mesos RJ e Inter, em um baixo número de escolas. Estas são as escolas atendidas pelo Programa Escolas do Território, coordenado pela UFF, com apoio dos coletivos de educação diferenciada, em Paraty e Angra dos Reis. Já a formação continuada de professores é mais difusa, no entanto, não ocorre necessariamente orientada para o enfoque da educação diferenciada, pois pode incluir outros tipos de formação.

Gráfico 22: Oferta de projeto/currículo de Educação Diferenciada nos Mesoterritórios

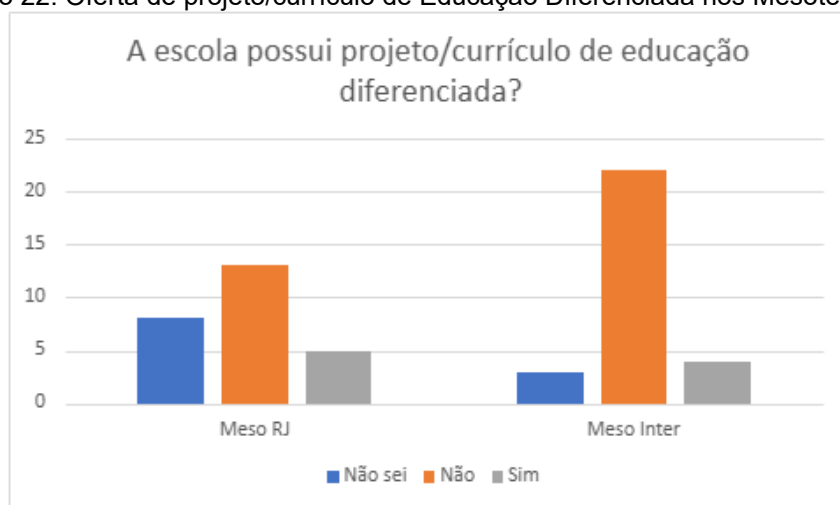
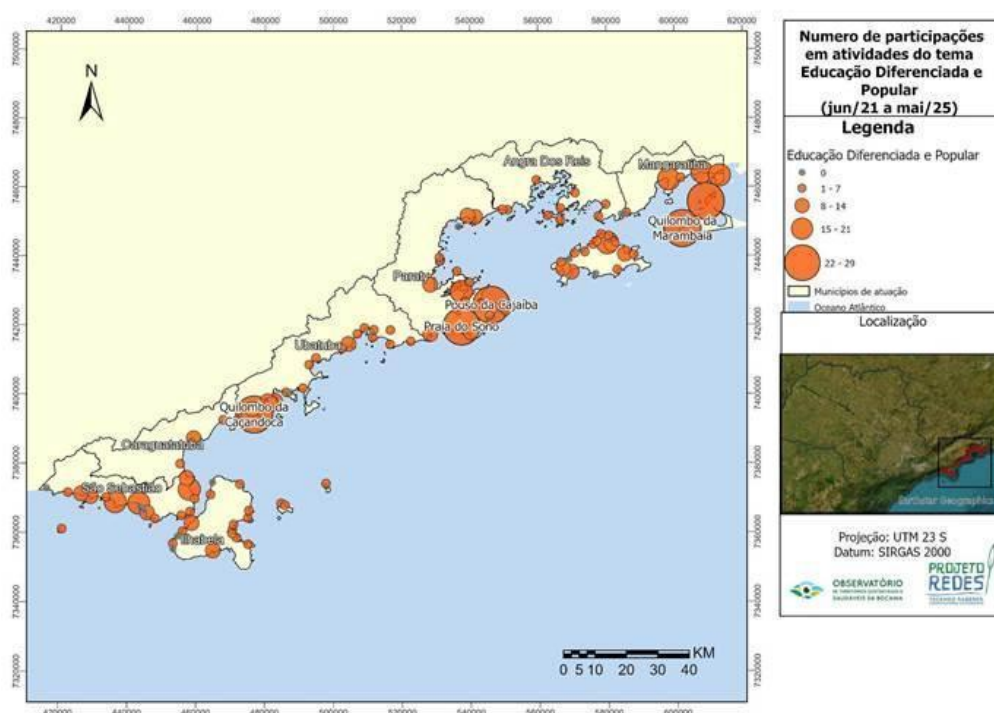
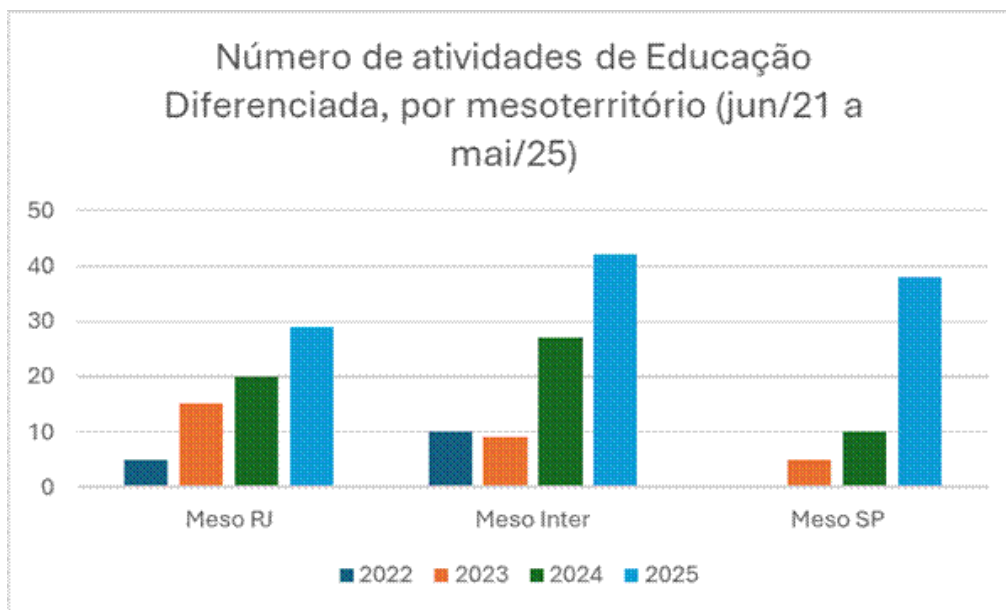


Gráfico 25: Oferta de Formação Continuada nos Mesoterritórios



L3. Mapeamento das atividades (2021-2025)

Percebe-se uma ampliação gradativa na realização de ações formativas, eventos públicos, partilhas e atividades ligadas diretamente ao tema da Educação Diferenciada ao longo do Projeto Redes. Isso demonstra a importância crescente e a vitalidade do tema para os objetivos gerais do Projeto.



No mapa, destacam-se as comunidades que participaram de atividades relacionadas à educação, como a Praia do Sono e o Pouso da Cajaíba em Paraty, pioneiras em projetos de educação escolar caiçara diferenciada no Ensino Fundamental II, o Quilombo da Marambaia em Mangaratiba e o Quilombo da Caçandoca em Ubatuba, que articulou a criação de uma Licenciatura em Educação do Campo em seu território; ao final de cinco anos, observa-se a consolidação do tema da Educação Diferenciada no Projeto Redes, evidenciando sua relevância para a formação da equipe e de quadros

comunitários, a sistematização das experiências e processos do território e a articulação de ações políticas coletivas.

L4. O curso de Educação Diferenciada

O curso de Educação Diferenciada foi executado no ano de 2024, com duração de 100 horas, conforme previsto no Plano de Trabalho da fase 2. Esse curso da RFS contou com o Programa “Escolas do Território” da (IEAR/UFF) e os Coletivos de Apoio de Educação Diferenciada do FCT como parceiros, que levantaram a importância do tema, a partir de acúmulos de discussões no Bloco Temático de Educação Diferenciada e Popular, GT Redes, CPP, entre outras instâncias e espaços de discussões do Redes e OTSS, sobretudo nos encontros mensais dos Coletivos de Apoio à Educação Diferenciada do FCT.

O curso foi direcionado para Povos Tradicionais, em especial, pescadoras e pescadores artesanais, sendo o processo de seleção realizado por indicações através dos coletivos de apoio à educação diferenciada do FCT.

Os temas foram distribuídos em uma carga horária de 100 horas, divididas em duas turmas: Rio de Janeiro e São Paulo. Essa divisão se deu pela intencionalidade política na construção do curso pelos parceiros, em que os Núcleos de Acompanhamento foram divididos pelos coletivos de cada município, contemplando as comunidades tradicionais e pesqueiras.

Dessa forma, o curso de educação diferenciada teve um papel importante na constituição da RFS, proporcionando a ampliação do debate nos territórios tradicionais e pesqueiros juntamente com ações concretas alinhadas às atividades de campo do Projeto Redes, envolvendo maior participação e reflexão acerca do tema com as coordenações, educadores e comunitários.

L5. Estudos de caso

Algumas experiências exitosas constituem-se em estudos de caso significativos e representativos dos processos que vêm sendo dinamizados no âmbito da RFS. A principal contribuição do Projeto Redes se dá por meio da articulação dos coletivos de apoio à educação diferenciada, todos fomentados a partir da atuação do projeto.

Meso RJ

Em Angra dos Reis, o Coletivo de Apoio à Educação Diferenciada se formou na Fase 1 do PEA Costa Verde e, desde 2019, atua com uma rede de parcerias institucionais. Apesar de desafios como a dificuldade de diálogo com a Secretaria Municipal de Educação, o coletivo já obteve conquistas importantes, incluindo participação em audiência pública da ALERJ e reconhecimento das demandas das comunidades. Destaca-se a atuação junto ao IEAR/UFF na formação continuada de professores, especialmente com Educação Escolar Indígena e Educação do Campo (caiçara) na Ilha Grande.

O Programa de Formação Continuada em Educação do Campo, implementado no Colégio Estadual Brigadeiro Nóbrega, na comunidade da Enseada do Abraão, desde 2021, pelo IEAR/UFF, promove a reorientação curricular com base na pedagogia de projetos e temas geradores organizados em redes temáticas. Por meio de cartografia social, diagnóstico participativo (FOFA) e questionários, a comunidade educativa participa da construção de projetos pedagógicos integrados e interdisciplinares, buscando refletir criticamente sobre o currículo do Novo Ensino Médio.

Em Mangaratiba, o Coletivo foi formado na Fase 2, com pautas relacionadas ao ensino médio, ensino de jovens e adultos e acesso ao ensino superior. Mangaratiba iniciou seu coletivo recentemente, com avanços como a produção do “Dossiê de Educação Diferenciada”, apresentando dados da pesquisa para um diálogo político inédito.

Em 2025, os Coletivos dos dois municípios organizaram reuniões públicas para apresentar e dialogar sobre Educação Diferenciada junto às secretarias municipais.

Meso Inter

No Meso Inter, Paraty tem o Coletivo mais antigo. Entre 2020 e 2023, o Coletivo de Paraty atuou na ampliação do acesso e no apoio às escolas caiçaras. Atua tanto nas escolas municipais, em parceria com o Programa “Escolas do Território” (IEAR/UFF), quanto diretamente nos territórios, buscando metodologias e currículos adaptados à realidade cultural local.

O coletivo conquistou importantes avanços, como a inclusão da educação das comunidades tradicionais no Plano Municipal de Educação, a expansão do ensino fundamental em diversas comunidades e a instituição da modalidade “Escolas do Campo” em 2019.

Em 2024, houve ações formativas sobre o tema em Trindade, Paraty-Mirim e Pouso da Cajaíba, envolvendo lideranças comunitárias, professores, pais e estudantes, para debater a Educação Escolar Diferenciada e compreender seu histórico e implementação nas escolas. O diálogo com a Secretaria Municipal de Educação (SME) garantiu a presença dos professores e a participação das famílias, fortalecendo a articulação entre escola e comunidade.

Essa experiência constituiu o embrião de uma nova metodologia de formação, com encontros realizados diretamente nas comunidades. A proximidade com o território se mostrou uma estratégia valiosa para a RFS, podendo servir como modelo regular de formação e base para a proposta de “*Caravanas da Educação Diferenciada*”, elaborada pelos coletivos para rodar as comunidades promovendo debates com as comunidades sobre a importância dos saberes tradicionais e da pesca nas escolas.

O Coletivo de Apoio à Educação Diferenciada de Ubatuba nasceu em 2016, impulsionado por mobilização social e greve de professores, envolvendo a comunidade na defesa de uma educação que valorize a cultura caiçara. Para isso, promove a participação de pescadores, parteiras e artesãos nas escolas, integrando saberes tradicionais ao ensino formal e representando a comunidade no Conselho Escolar. Um importante avanço obtido nesta Fase 2, foi a Licenciatura em Educação do Campo (LEC) no Quilombo da Caçandoca, promovida pela Universidade Federal do ABC em parceria com a associação comunitária e a Secretaria Municipal de Educação de Ubatuba, que aplica a Pedagogia da Alternância. O curso é oferecido no Quilombo da Caçandoca e busca atender às necessidades socioculturais das comunidades tradicionais, sobretudo pescadores e pescadoras artesanais, propondo uma formação superior diferenciada que dialogue com a realidade local.

Entre os desafios, destaca-se a fiscalização do transporte escolar marítimo e a luta por um currículo diferenciado para a Educação do Campo. O coletivo tem ampliado sua atuação, oferecendo formação em gestão educacional

e articulação com outras iniciativas. Seu trabalho fortalece a identidade caiçara, quilombola e indígena, preservando a cultura local e promovendo um ensino mais representativo e inclusivo.

Meso SP

No Meso SP, houve a criação do Coletivo de Apoio à Educação Diferenciada de Caraguatatuba e São Sebastião em 2024, a partir de encontros do Curso de Educação Diferenciada da Turma SP. Atua como ponte entre escolas, famílias e poder público, promovendo práticas pedagógicas contextualizadas e debates sobre temas locais, como a crise climática. Os desafios incluem estabelecer diálogo efetivo com autoridades e conscientizar a comunidade escolar sobre a importância da Educação Diferenciada. O Coletivo tem avançado na proposição de políticas educacionais, na elaboração de dossiês e na participação no Plano Municipal de Educação, fortalecendo a identidade cultural e a educação contextualizada nas comunidades tradicionais.

Em Caraguatatuba, o Coletivo estruturou-se a partir do Curso de Educação Diferenciada e mobilizou comunidades como Cocanha, Camaroeiro, Porto Novo e Tabatinga. O diálogo em torno da Educação Diferenciada articula demandas educacionais e a necessidade de proteção territorial, embora haja baixa oferta de EJA e transporte escolar limitado para áreas afastadas. Em São Sebastião, o Projeto Redes atua em comunidades como Araçá, Barequeçaba, Boiçucanga, Camburi, Juqueí e Maresias. Há relativa cobertura do Ensino Fundamental I, mas lacunas significativas no Fundamental II e Médio, transporte irregular e oferta pontual de EJA.

O Coletivo de Ilhabela foi criado em 2020 a partir de iniciativas de identidade cultural, educação ambiental e intercâmbio com Paraty, buscando implementar uma educação diferenciada que respeite a cultura caiçara e adapte-se às necessidades das comunidades locais. Houve marcos importantes, como a promulgação do Decreto Municipal nº 8267/2020, a inclusão de bibliografia especializada em processos seletivos de professores e participação na elaboração das Diretrizes Curriculares das Escolas do Campo do Estado de SP.

M. Cultura, Artesanato e Comunicação Popular

M1. Introdução, conceitos e contextualização

A cultura e o artesanato caiçara, presentes em populações que vivem à beira-mar na região Sudeste e ligados à cultura marítima, utilizam técnicas ancestrais em cestarias, entalhes em madeira e metodologias tradicionais de observação dos ventos, das fases da lua e da tábua das marés (RIBAS; RIBAS, 1983/1984; BOCAINA, 2023). Os três mesoterritórios compartilham modos de fazer semelhantes, transmitidos oralmente por mestres e lideranças, ainda que cada um mantenha suas particularidades (MOURA; DIEGUES, 2019). O artesanato caiçara resulta da fusão das culturas indígena, africana e portuguesa, incorporando materiais naturais como madeira e fibras na produção de peças decorativas, utensílios e objetos religiosos inspirados no mar e na Mata Atlântica (ARTESANATO, [s.d.]).

As festas populares relacionadas à pesca, à agricultura e à religiosidade também expressam essa herança, produzindo símbolos que integram o cotidiano e as celebrações coletivas (IPHAN, 2019). A canoa caiçara é o maior exemplo desse saber tradicional: sua confecção requer conhecimento técnico e ambiental, e suas variações, como a canoa Boneteira e a da Praia do Sono, refletem as necessidades e características de cada comunidade.

Além disso, ferramentas e técnicas associadas à pesca e ao artesanato, como a costura de redes e o feitiço da farinha com uso do fuso e do tipiti, utilizados na prensagem da mandioca, evidenciam a continuidade das tecnologias sociais que preservam a identidade e a tradição caiçara (BOCAINA, 2023). Essas práticas reafirmam a identidade cultural caiçara, promovendo o aprendizado e a valorização de técnicas ameaçadas pela industrialização e podendo integrar o Turismo de Base Comunitária (TBC) como forma de fortalecer as tecnologias ancestrais e a preservação cultural (MMA, 2020).

As narrativas sobre a confecção dos artefatos revelam a poética dos saberes caiçaras, em que natureza, trabalho e celebração se entrelaçam (DIEGUES, 2000). Antes da chegada do turismo, eram comuns práticas comunitárias como roças e mutirões — ou “ajuntórios” — usados na construção de canoas, casas e pescarias coletivas (MOURA; DIEGUES, 2019). O esforço

conjunto era retribuído com o baile caiçara, símbolo de convivência e reciprocidade (VIOLAS BRASILEIRAS, 2015).

Nesses encontros — nas folias, romarias, roças comunitárias, mutirões e contações de causos — a cultura se renova e se mantém viva, transmitida entre gerações por meio da oralidade, da música e dos fazeres tradicionais (IPHAN, 2018).

A análise indica que a ruptura dos processos de transmissão é, em geral, ocasionada pelo deslocamento de jovens para atividades turísticas, pela redução de mestres atuantes, pelas mudanças no perfil religioso e por pressões econômicas e territoriais que afetam diretamente os modos de vida locais. Para preservar e fortalecer a vitalidade cultural desses territórios, recomenda-se a implementação de ações coordenadas de salvaguarda, como programas permanentes de transmissão intergeracional — incluindo roças comunitárias, puxadas de canoa, luteria e bordados — e a criação ou fortalecimento de equipamentos culturais comunitários, como casas de cultura, rádios, ateliês coletivos e centros de memória. Também é fundamental ampliar a formação e o apoio financeiro a mestres e mestras, por meio de bolsas, editais e mecanismos de reconhecimento oficial, além de integrar a cultura tradicional ao currículo escolar por meio da Educação Diferenciada.

Outras ações estratégicas incluem o fortalecimento do Turismo de Base Comunitária alinhado à proteção cultural; a implementação de políticas municipais de salvaguarda em parceria com o IPHAN, a UNESCO e as secretarias de cultura; a criação de sistemas comunitários de registro de memória, como documentários, inventários e cartografias sociais; e o incentivo à economia cultural local por meio de feiras, redes de comercialização de artesanato e intercâmbios culturais. Essas iniciativas contribuem para a continuidade histórica das práticas, fortalecendo a identidade e o pertencimento das comunidades.

M2. Análise da base de dados

Os dados do Projeto Redes (BOCAINA, 2023; FIOCRUZ, 2025) mostram que as comunidades dos três mesoterritórios — RJ, Inter e SP — mantêm vivas diversas expressões culturais, embora com variações. As práticas artesanais

aparecem de forma consistente em todas as regiões, com maior destaque no Meso SP, seguido pelo Meso Inter e, em menor proporção, pelo Meso RJ.

Buscou-se registrar as expressões culturais como festas, mutirões, rituais e práticas artesanais de cada comunidade, considerando a frequência anual das festas, o número de praticantes ativos, a continuidade histórica das tradições, o grau de participação comunitária, a existência de mestres e processos de transmissão de saberes.

As festas e mutirões analisados demonstram que o artesanato e o trabalho coletivo continuam sendo formas de transmissão de saberes e de fortalecimento cultural. Apesar disso, há desigualdade na existência de grupos culturais formalmente organizados, o que reforça a necessidade de fortalecimento comunitário e de políticas de salvaguarda cultural (IPHAN, 2019; BRASIL, 2015). Essas práticas se integram à sustentabilidade e ao bem viver, expressando o equilíbrio entre cultura, território e ambiente (UNESCO, 2019; MMA, 2020).

A festa de São Pedro é celebrada em quatro comunidades do município de Mangaratiba: Praia do Sahy, Centro de Mangaratiba, Ilha de Jaguanum e Muriqui. Em outras comunidades, os festejos ligados aos santos padroeiros ocorrem anualmente. Entre os padroeiros mais comuns estão: Nossa Senhora da Conceição, Santo Antônio, Santa Luzia e São Sebastião. Destacam-se também as Folias de Reis e Folia do Divino que caminham em comunidades de Paraty e Ubatuba. Procissões marítimas são comuns nas festas de São Pedro pescador e Nossa Senhora dos Navegantes. Os festejos mais relacionados à manutenção da cultura local incluem: Festa Caiçara, Festa da Tainha, Festival do Camarão, Festival do Mexilhão, Corridas de Canoa Caiçara, Festa da Mandioca, Festa do Peixe. Nos períodos juninos, é comum a realização de festas juninas, julinas e agostinas, que celebram santos populares de devoção, além de manterem vivas tradições culturais por meio de comidas típicas, danças de quadrilha, fogueiras, bandeirinhas e outras práticas coletivas. Outros eventos culturais alternativos incluem: Festival da Música, Festival de Inverno, Festival de Cultura, Festival Gastronômico Quilombola, Maré Cheia de Cinema e no carnaval o tradicional desfile de blocos. No Quilombo da Marambaia, em Mangaratiba-RJ, são promovidos, nos dias 13 de maio e 20 de novembro, festejos em celebração à resistência quilombola.

As comunidades realizam diferentes tipos de mutirões e ajuntórios que envolvem a manutenção das redes de abastecimento de água, bem como a limpeza de trilhas, caminhos, rios, praias e espaços coletivos. Também se destacam as puxadas de cortes de canoa caiçara, os mutirões da roça, de hortas e compostagem, além da pesca de cerco flutuante e da prática de desmalhar a tainha. Em alguns lugares, os mutirões são voltados à maricultura e ao Turismo de Base Comunitária (TBC), ou ainda para a organização de festas, eventos e construções comunitárias, como casas de pau a pique. Parte dessas ações pontuais em algumas comunidades são promovidas pelo Projeto Redes, fortalecendo os trabalhos coletivos já existentes nestes territórios. Os três mesoterritórios apresentam práticas de mutirões e ajuntórios comunitários, que se configuram como momentos de transmissão de saberes ligados à sociabilidade e à vida coletiva, contribuindo para o fortalecimento dos territórios tradicionais.

M3. Mapeamento das atividades (2021-2025)

A análise dos dados referentes ao período de 2021 a 2025 demonstra um crescimento contínuo das ações voltadas à comunicação popular e ao fortalecimento das práticas de cultura e artesanato nas comunidades caiçaras. Entre 2022 e 2025, observa-se um aumento expressivo nas iniciativas de comunicação, que passaram de um número quase simbólico em 2022 para um total de 14 ações em 2025. O tema da comunicação ganha destaque em Maresias (São Sebastião), com a criação da TV Caiçara, e no Quilombo da Marambaia (Mangaratiba), onde iniciativas locais se tornaram referências na difusão de conteúdos comunitários e na valorização da cultura caiçara.

Em paralelo, os temas cultura e artesanato também se consolidaram, com destaque para o Meso SP, especialmente nas comunidades de Araçá, Boiçucanga e São Francisco (São Sebastião). Nessas localidades, foram promovidas, entre 2024 e 2025, diversas ações formativas voltadas à valorização das técnicas tradicionais e ao fortalecimento das economias locais.

N. Resposta à solicitação 3 do Parecer do Ibama: recomendações de ampliação das comunidades abrangidas pelo Projeto Redes na Fase 3

No parecer referente ao Plano de Trabalho da Fase 3, o Ibama solicitou que fosse incluído na Atualização do Diagnóstico Participativo

um item específico voltado à análise dos impactos diretos provocados pela exploração e produção de petróleo e gás offshore sobre comunidades indígenas e quilombolas que não se localizam na linha de costa e que não praticam a pesca artesanal marinha como atividade relevante, especificando as comunidades eventualmente impactadas e detalhando os critérios adotados para estabelecer uma relação de causalidade entre o impacto identificado e os empreendimentos licenciados.

Aqui apresenta-se o item dividido em três partes. A primeira se refere à releitura do EIA-RIMA da Etapa 4 do Pré-Sal Revisão 01/2024. A segunda retoma a argumentação apresentada no Plano de Trabalho da Fase 3 do Redes. A terceira detalha a caracterização das comunidades, enfatizando sua posição geográfica em relação ao mar e a zona afetada pelo empreendimento e as características que demonstram sua articulação como um conjunto geográfico indissociável da rede de relações estabelecida, e não como comunidades atomizadas que se somam uma a uma, na visão da instituição executora.

N1. Leitura do EIA-RIMA da Etapa 4 do Pré-Sal Revisão 01/2024

A leitura do EIA-RIMA da Etapa 4 do Pré-Sal Revisão 01/2024 indica os impactos **diretos** sobre comunidades tradicionais em diversos itens. De forma explícita, aparece no próprio nome das categorias de impacto I40, O49 e O51. No texto descritivo das categorias, aparece nos impactos P1, P2, P3, I30, I31, I32 e O38, O39 e O40, que mencionam no texto explicitamente as comunidades tradicionais caiçaras, quilombolas e indígenas como impactadas. O Projeto Redes (ou PEAs, de um modo geral) é listado explicitamente como medida potencializadora a ser adotada para mitigar os impactos.

Os impactos I40 e O49 se referem ao “Aumento na pressão sobre populações tradicionais devido ao pagamento de tributos, taxas e compensação financeira”. No texto, afirma-se que

Por reunir recursos provenientes de diversas fontes para atender as demandas da População, a arrecadação tem potencial para propiciar significativas alterações socioeconômicas em âmbito local, com consequências mais evidentes para as **comunidades tradicionais**, enquanto grupo social de interesse deste fator. Esta dinamização da economia pode resultar no acirramento da disputa por territórios tradicionalmente ocupados, provocando o aumento na pressão sobre populações tradicionais .

O impacto O51 se refere ao “Aumento na pressão sobre populações tradicionais devido à movimentação de navios aliviadores”. O texto menciona que:

Aqui é importante destacar que, dentro do fator ambiental População, os **povos tradicionais** guardam particularidades que exigem uma abordagem sistêmica na análise dos impactos. Considerando o TEBIG, em Angra dos Reis-RJ, e o TEBAR, em São Sebastião-SP como principais terminais marítimos recebedores de óleo escoado por navios aliviadores no Etapa 4, observa-se que, naquela região, há grande concentração de **populações tradicionais quilombolas, indígenas e caiçaras, comunitariamente organizadas em territórios**. A demarcação dessas unidades culturais se dá por autodefinição, mas o Projeto de Caracterização de Territórios Tradicionais - PCTT - Projeto Povos (PETROBRAS/FIOTEC, 2023) deixa claro que, por decorrências históricas, **há muita influência do modo de vida caiçara nas comunidades quilombolas do litoral, e vice-versa, assim como o modo de vida caiçara guarda influências da cultura dos povos originários**.

Em comum, essas matrizes culturais têm uma dinâmica cotidiana interrelacionada às características físicas e bióticas dos ambientes em que vivem, de forma que um território saudável e sustentável é condição sine qua non para a manutenção de seus modos de vida. Assim, qualquer interferência capaz de alterar negativamente os ambientes com os quais essas populações tradicionais se interrelacionam, pode atingir, de forma sistêmica, as dimensões físicas, bióticas, culturais, econômicas, de saúde e sociais de comunidades inteiras.

É nesse contexto que a movimentação de navios aliviadores, com ênfase para as áreas de fundeio dessas embarcações na Baía da Ilha Grande e Canal de São Sebastião, faz aumentar a pressão sobre as **comunidades tradicionais** (Ambipar, 2024, pp. 729-730)

Os impactos P1, I30 e O38 se referem à Geração de Expectativa. O texto menciona que

A geração de expectativa afeta ainda as populações cuja reprodução do modo de vida baseia-se no uso dos recursos naturais, como

pescadores artesanais, além das **populações tradicionais, notadamente indígenas, quilombolas e caiçaras residentes na Área de Influência do empreendimento**. Para esse público, o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) realizou pesquisa em 2022 que resultou no Relatório Analítico de Perdas e Danos Decorrentes da Presença da Economia do Petróleo e Gás em Comunidades Tradicionais do Litoral Sul Fluminense e Norte Paulista (OTSS/FIOCRUZ/FTC, 2022) (Ambipar, 2024, p.515)

Os impactos P2, I31 e O39 se referem à Mobilização social. No texto, afirma-se que

Este impacto é melhor percebido naquelas comunidades e setores que se encontram menos organizados ou desarticulados no momento da divulgação do empreendimento. Grupos sociais mais frágeis, sem representação nos espaços democráticos de decisão e invisíveis para o poder público, institutos científicos e universidades veem no debate público promovido pelo licenciamento ambiental uma motivação para a organização e apresentação de suas pautas. (...) A análise do Projeto Etapa 3 demonstra a consolidação da participação da social, não apenas no processo de licenciamento ambiental, como na defesa de seus interesses e na gestão do território” (Ambipar, 2024, p. 534).

Embora o texto não mencione explicitamente as comunidades tradicionais, certamente este segmento da sociedade se encontra entre os “grupos sociais mais frágeis, sem representação nos espaços democráticos de decisão e invisíveis para o poder público”. A “consolidação da participação social” na “defesa de seus interesses e na gestão do território” é justamente o que se verifica no processo de engajamento das comunidades tradicionais diante do atual processo de licenciamento.

Os impactos P3, I32 e O40 se referem ao “Aprofundamento de conflitos socioambientais”. O texto menciona que:

observa-se que há comunidades tradicionais nos municípios da Baía de Guanabara, Norte do Rio de Janeiro e Sul do Espírito Santo ainda construindo seus mecanismos de participação social e consolidando representatividade, como descrito no capítulo II.5.3 Meio Socioeconômico deste EIA, enquanto o Relatório Analítico de Perdas e Danos Decorrentes da Presença da Economia do Petróleo e Gás em Comunidades Tradicionais do Litoral Sul Fluminense e Norte Paulista (OTSS/FIOCRUZ/FTC, 2022) identifica que:“(...) os grupos de mobilização das comunidades tradicionais estão sobrecarregados pela cumulatividade e sinergia (...)” (Ambipar, 2024, pp.529-530)

Os impactos I41 e O50 se referem ao “Aumento na pressão sobre populações tradicionais devido à movimentação de embarcações de apoio”,

afirmando que “as populações tradicionais também devem ter as suas atividades e modos de vida impactados pela movimentação de embarcações de apoio”, porém só destaca duas comunidades quilombolas afetadas, de municípios de fora da região da Costa Verde.

N2. O recorte espacial do Projeto Redes

O recorte espacial do Projeto Redes foi definido a partir dos diagnósticos participativos do PEA-SP (2012) e PEA-RJ (2014), que identificaram as similaridades entre o litoral sul fluminense e o litoral norte paulista, de modo que pudessem constituir uma região contínua de execução do que foi chamado, inicialmente, de PEA Costa Verde, que incluía 69 comunidades em 7 municípios: Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty, Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela. A partir da atualização do diagnóstico participativo da Fase 1 e das demandas das comunidades, o Plano de Trabalho da Fase 2, elaborado em 2020, indicou a expansão no número de comunidades de 69 para 109, na mesma região de abrangência. Com a revisão do Plano de Trabalho da Fase 2, em 2021, foi apresentada ao Ibama uma recomendação de inclusão de novas comunidades, que resultaria numa ampliação proporcional dos valores previstos, mas essa ampliação não foi autorizada, consolidando-se o número de 111 comunidades atendidas na Fase 2 – com a inclusão das comunidades de Araçá, em São Sebastião, e o desmembramento de Vila Histórica de Mambucaba e Praia Vermelha, em Angra dos Reis. As 111 comunidades do Projeto Redes, no entanto, não abarcam a realidade observada em campo, onde se percebe a existência de um número maior, por conta tanto da agregação de algumas comunidades que são consideradas como uma única na definição estabelecida no âmbito do Projeto, mas que, na prática, funcionam como mais de uma (por exemplo, Saco do Mamanguá e Enseada do Sítio Forte, que reúnem 4 localidades, cada uma) como por conta da necessidade de inclusão de novas comunidades.

Nos anos de execução da Fase 2, foi possível avançar numa compreensão mais adequada tanto da dimensão territorial dos impactos da produção de Petróleo e Gás no macroterritório, quanto da territorialidade da ação política dos sujeitos da ação educativa, moradores de comunidades pesqueiras

e tradicionais impactadas. Alguns fatores apontam para a necessidade de compreender de forma distinta o território de abrangência do projeto, combinando uma lógica pontual focada em cada comunidade, individualmente, com o entendimento do território como um mediador da articulação entre as comunidades e, portanto, para a necessidade de uma maior abrangência de comunidades nas atividades do Projeto Redes.

Em primeiro lugar, a participação ativa de diversas comunidades nas audiências públicas da Etapa IV do Pré-Sal em Angra dos Reis, Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião e, sobretudo, as reuniões públicas realizadas com povos e comunidades tradicionais do macroterritório – caiçaras, quilombolas e indígenas – apontou denúncias e demandas referentes aos impactos da produção de petróleo e gás em mais comunidades do que aquelas que anteriormente haviam sido mapeadas. No escopo inicial do projeto, não foi incluída parte importante das comunidades afetadas pela exploração do petróleo, especialmente aquelas que não estão situadas na faixa litorânea, mas que são afetadas diretamente a partir de processos que ocorrem no mar, na faixa litorânea e em toda a região costeira e de sua relação territorial com as demais comunidades (muitas destas inseridas no escopo do Projeto Redes).

Em segundo lugar, os avanços na caracterização dos territórios tradicionais executada pelo Projeto Povos, que ampliou sua abrangência de 64 comunidades (contratualmente, pois foram caracterizadas 98 comunidades na Fase 1) para 178 comunidades, a partir de julho de 2024, permitem um quadro mais completo sobre as comunidades, com um diagnóstico preliminar que apontam pressões, impactos e conflitos existentes. As comunidades caiçaras dependem em larga medida da pesca artesanal, da agricultura de subsistência e do turismo. Porém, esses processos estão associados à integração social e cultural com quilombolas e indígenas - muitos dos quais têm também relação direta com a pesca, com outras comunidades caiçaras e com pescadores urbanos, que ocorre através de parcerias em atividades como o turismo, comercialização de produtos artesanais e troca de técnicas de manejo sustentável dos recursos naturais. O território usado (Santos, 1999) é o espaço onde se desenvolvem essas atividades socioespaciais e onde se constroem as relações de cooperação econômica e cultural.

O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Santos, 1999, p. 8).

Em terceiro lugar, é preciso considerar a dinâmica de organização comunitária que articula comunidades pesqueiras que habitam a linha de costa a outras comunidades do entorno imediato, muitas vezes separadas unicamente pela BR 101 e por processos históricos de desterritorialização que resultaram na atual distribuição territorial. É importante reconhecer os laços de solidariedade política e organizativa das 111 comunidades abarcadas pelo Projeto com outras comunidades e territórios, como aldeias, quilombos, comunidades costeiras adjacentes e comunidades situadas mais ao interior (chamadas de “sertões”). Por conta da dinâmica territorial e organizativa das comunidades, a articulação solidária com comunidades que não estão entre aquelas atualmente definidas como sujeitos da ação educativa pelo Redes tem se mostrado fundamental para o fortalecimento de todas as comunidades tradicionais e pesqueiras e dos movimentos sociais a elas associados. A consideração das 111 comunidades como sujeitos da ação formativa, de uma forma restrita e sem o entendimento dos processos de articulação territorializados, corre o risco de inviabilizar essa articulação, que é um processo essencial para as comunidades e o fortalecimento de seus processos organizativos.

A proposta de atualização do recorte espacial, então, inclui uma mudança na concepção conceitual, focando no território de abrangência como um todo, e abarcando as dinâmicas interdependentes das comunidades que o compõem. Essa mudança exige a inclusão das comunidades tradicionais e pesqueiras artesanais, que atuam de forma territorialmente articuladas em diversos níveis, nos sete municípios. Essa concepção passa a destacar os processos de articulação solidária entre as comunidades, com base no entendimento de que a dinâmica da organização comunitária ocorre a partir da articulação entre comunidades e movimentos sociais associados a essas comunidades e atuantes em diversas escalas (desde associações que atuam no interior de comunidades a movimentos que incluem diversas comunidades).

A partir dessa concepção, é necessário um aumento no número de comunidades abarcadas pela Fase 3 do PEA Costa Verde. Propõe-se que 07

das 111 comunidades que participaram da Fase 2 sejam desagregadas em mais de uma comunidade, resultando em 07 comunidades a mais, onde já se teve atuação direta na Fase 2. Destarte, a estas 118 comunidades, também seriam somadas 24 novas comunidades, as quais estão relacionadas ao território de atuação por meio de processos de articulação territoriais que incluem diversos laços de solidariedade política e organizativa (aldeias, quilombos, comunidades costeiras adjacentes e comunidades interiores relacionadas à costa), totalizando 142 comunidades. Todas elas estão também contidas na Fase 2 do projeto de caracterização de territórios tradicionais (Projeto Povos). Cabe ressaltar que uma grande parte dessas 24 novas comunidades já se articula ao Projeto Redes de diversas formas: como sede de atividades formativas, com a participação de membros dessas comunidades como cursistas, com participação na CPP ou como integrantes da própria equipe do Projeto Redes. Considera-se que esta abordagem é mais coerente do ponto de vista político, organizativo e territorial, pois amplia a capacidade dos sujeitos impactados na incidência na gestão ambiental pública, no licenciamento ambiental federal e na defesa dos territórios frente às diferentes pressões econômicas.

Essa indicação tem um efeito direto na metodologia de trabalho, que deve considerar diferentes abordagens, por conta do curto tempo de trabalho previsto para a Fase 3. Na maioria das comunidades, onde se verifica o acúmulo de ações realizadas ao longo das Fases 1 e 2, deve-se manter uma atuação mais dirigida ao trabalho organizativo local associado às atividades mais gerais da RFS. Através da participação dos comunitários nos cursos, partilhas e ações formativas e no engajamento em reuniões organizativas e de articulação institucional. Nas outras comunidades, com menor engajamento na Fase 2 ou a serem incluídas na Fase 3, o trabalho deverá focar na apresentação da RFS e na participação dos seus comunitários nos cursos e atividades da Rede, assim como nos processos articulados em parceria com as comunidades mais engajadas. Com isso, espera-se uma ampliação da base de atuação da RFS e um fortalecimento tanto das ações organizativas do conjunto de comunidades, quanto das articulações entre comunidades, por meio da rede temática trabalhada e da articulação da participação comunitária nos seus cursos e atividades, desenvolvendo os temas nas comunidades a partir dos cursos,

partilhas e ações formativas, com os trabalhos integrados realizados no tempo comunidade.

Portanto, a proposta de definição do recorte espacial, necessariamente, aponta para a inclusão de todas as comunidades/localidades tradicionais e outras que praticam a pesca artesanal inseridas na região do litoral norte paulista e sul fluminense inseridas nos sete municípios e aquelas que estão territorialmente articuladas a essas, em um total de 142 comunidades, conforme detalhado na tabela enviada por ocasião da aprovação do Plano de Trabalho da Fase 3.

Tabela 8: Comunidades novas para a Fase 3 do Projeto Redes

Comunidade	Etnia	Município	Meso
Laranjeiras ("Vila Oratório")	Caiçara	Paraty	Meso Inter
Rio Pequeno	Caiçara	Paraty	Meso Inter
Araribá/Sertão da Quina/Sertão do Ingá	Caiçara	Ubatuba	Meso Inter
Itaguá/Cedrinho	Caiçara	Ubatuba	Meso Inter
Perequê	Caiçara	Ubatuba	Meso Inter
Açu	Caiçara	Ubatuba	Meso Inter
Sumidouro	Caiçara	Ubatuba	Meso Inter
Taquaral	Caiçara	Ubatuba	Meso Inter
Vermelha do Norte	Caiçara	Ubatuba	Meso Inter
Farol de Castelhanos	Caiçara	Angra dos Reis	Meso RJ
Gruta do Acaíá	Caiçara	Angra dos Reis	Meso RJ
Jaconema	Caiçara	Angra dos Reis	Meso RJ
Praia do Frade	Caiçara	Angra dos Reis	Meso RJ
Retiro	Caiçara	Angra dos Reis	Meso RJ
Axixá	Caiçara	Mangaratiba	Meso RJ
Itacuruçá (continente)	Caiçara	Mangaratiba	Meso RJ

Praia Brava/Ibicuí	Caiçara	Mangaratiba	Meso RJ
Praia Grande/Apara	Caiçara	Mangaratiba	Meso RJ
Aldeia Araponga	Indígena	Paraty	Meso Inter
Aldeia Boa Vista	Indígena	Ubatuba	Meso Inter
Aldeia Rio Bonito	Indígena	Ubatuba	Meso Inter
Aldeia Sapukay	Indígena	Angra dos Reis	Meso RJ
Quilombo do Campinho da Independência	Quilombola	Paraty	Meso Inter
Cambucá	Caiçara	Ubatuba	Meso Inter
Quilombo de Santa Rita do Bracuí	Quilombola	Angra dos Reis	Meso RJ

Fonte: Plano de Trabalho da Fase 3 (Fiotec, 2024)

N3. Descrição das comunidades incluídas

A tabela inclui 18 comunidades caiçaras, 4 comunidades indígenas e 2 comunidades quilombolas.

As comunidades caiçaras são: **Laranjeiras ("Vila Oratório")**, **Rio Pequeno**, em Paraty; **Araribá/Sertão da Quina/Sertão do Ingá**, **Itaguá/Cedrinho**, **Perequê Açu**, **Cambucá**, **Sumidouro**, **Taquaral** e **Vermelha do Norte**, em Ubatuba; **Farol de Castelhanos**, **Gruta do Acaiá**, **Jaconema**, **Praia do Frade** e **Retiro**, em Angra dos Reis; **Axixá**, **Itacuruçá (continente)**, **Praia Brava/Ibicuí** e **Praia Grande/Apara**, em Mangaratiba. Elas correspondem a comunidades caiçaras pesqueiras situadas no litoral, com características similares a outras comunidades que já estão inseridas no Projeto Redes.

As comunidades indígenas são todas da etnia Guarani Mbya: **Aldeia Araponga**, em Paraty, **Aldeia Boa Vista** e **Aldeia Rio Bonito**, em Ubatuba, e **Aldeia Sapukay**, em Angra dos Reis. Elas se somam a outras comunidades indígenas Guarani Mbya que estavam consideradas em comunidades agrupadas como a Aldeia Itaxi Mirim, em Paraty Mirim, Paraty-RJ, Aldeia Arandu Mirim, no Saco do Mamanguá, Paraty-RJ, e a Aldeia Rio Silveiras, em Boraceia,

São Sebastião-SP. Já houve participação de cursistas das novas aldeias na Rede de Formação Socioambiental. Essas comunidades estiveram presentes nas audiências públicas da Etapa IV do Pré-sal em 2023 e na reunião pública com os indígenas ocorrida em 2025. Essas comunidades praticam a pesca de subsistência em rios e/ou mar, e tem nessa prática uma forma de preservação de seus modos de vida.

Os Guarani Mbya da Tekoa Yakã Porã (Aldeia Rio Bonito) estão localizados no Norte de Ubatuba. A Tekoa Yakã Porã foi formada recentemente, em 2017, dentro dos limites da Terra Indígena Boa Vista do Sertão do Prumirim, homologada em 1987. Hoje, a Tekoa Yakã Porã é formada por 12 famílias. Elas praticam a pesca de subsistência no rio Itamambuca, que deságua na Praia de Itamambuca. A Terra Indígena Boa Vista, ou Jaexaá Porã, na língua guarani tem seu nome por conta da vista para o mar, a praia e a ilha do Prumirim. São ao todo três Tekoas (aldeias) dentro da Terra Indígena da Boa Vista, que abrange áreas no sertão do Prumirim, no sertão do Puruba e no sertão de Itamambuca.

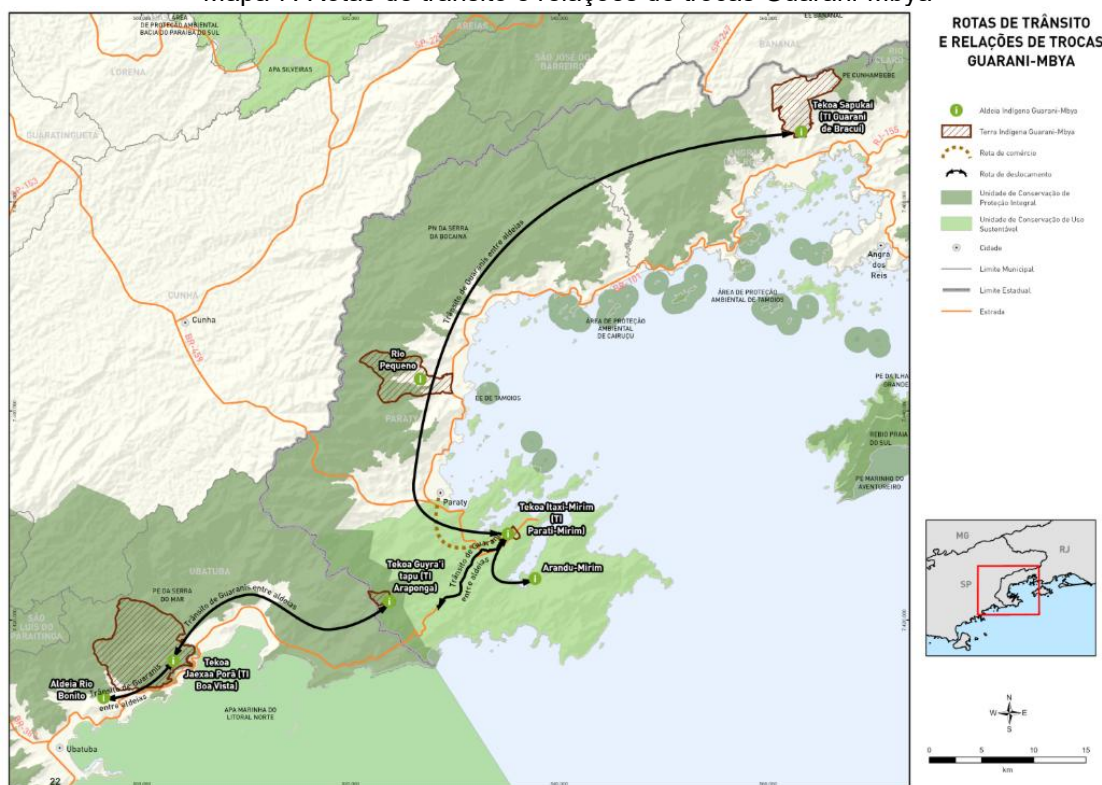
Localizadas em Paraty/RJ, as Aldeias Araponga e Itaxi Mirim são Terras Indígenas (TI) tradicionalmente ocupadas por povos Guarani Mbya. Ao todo vivem na TI Araponga 13 famílias Guarani Mbya, em um total aproximado de 55 indígenas. Na TI Itaxi Mirim são em torno de 49 famílias e 260 indígenas. Praticam a pesca de caranguejo, sururu e guaiacum no fundo do Saco do Mamanguá, onde se encontra a Aldeia Arandu Mirim. Na publicação do Projeto Povos, indicam conflito com situações de impedimento da prática da pesca na Baía do Paraty-Mirim e Saco do Mamanguá e diversos conflitos relacionados às mudanças econômicas e culturais advindas com a urbanização acelerada e os empreendimentos diversos na região.

Figura 13: Espécies pescadas pelos Guarani-Mbya em Paraty

A mobilidade territorial entre as aldeias faz parte do modo de vida Guarani Mbya e a prática de migrar rumo à “terra sem males” em direção ao mar do Atlântico é uma tradição que remete ao século XIX.

Inúmeras referências acerca dos deslocamentos dos Guarani foram produzidas ao longo de séculos de contato. Duas observações são necessárias: esses deslocamentos vieram a constituir ‘sociedades’ adaptadas e profundas conhecedoras de nichos ecológicos bem particulares, por exemplo, o bioma da Mata Atlântica na costa atlântica do Brasil; e segundo a etnologia clássica atribui centralidade ao tema da mobilidade espacial, ao qual são apensados outros temas chaves (parentesco e xamanismo, por exemplo). (...) Os Guarani se apresentam hoje como a parcela indígena mais significativa nas ocupações na costa atlântica. Segundo Ladeira (2007), as várias aldeias do litoral sul e sudeste do Brasil constituem-se como locais onde é possível o estabelecimento de relações de reciprocidade, articuladas como unidades territoriais locais de um grande território tradicionalmente ocupado pelos Guarani, sendo possível, nas palavras de Ladeira (2007) “detectar as relações de parentesco entre os vários tekoa, o itinerário dos grupos familiares, bem como sua origem, as ‘divisões’ por chefias, e a proveniência dos fluxos migratórios mais intensos e recentes” (p.47) (Lopes, 2019, p. 58).

Mapa 7: Rotas de trânsito e relações de trocas Guarani-Mbya



Fonte: Projeto Povos – Territórios do Carapitanga (2021)

Esta mobilidade territorial está bem expressa na cartografia produzida pelo Projeto Povos, que representa os fluxos existentes entre as aldeias situadas numa macrorregião de intercâmbio entre indígenas Guarani-Mbya entre Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba.

As comunidades quilombolas são o **Quilombo do Sertão de Itamambuca**, em Ubatuba, o **Quilombo do Campinho da Independência**, em Paraty, e o **Quilombo de Santa Rita do Bracuí**, em Angra dos Reis. Eles se juntam aos demais quilombos do litoral sul fluminense e norte de São Paulo que se constituíram a partir da crise da interrupção do tráfico de escravos em meados do século XIX e do declínio da economia da cana-de-açúcar e do café nessa região. São os casos dos Quilombos da Marambaia e Santa Izabel e Santa Justina, em Mangaratiba, e os Quilombos da Fazenda, de Cambury e da Caçandoca, em Ubatuba, que já estão no Redes. Também aqui no caso dos quilombolas é possível identificar redes familiares e de intercâmbio ainda hoje existentes.

O **Quilombo do Campinho da Independência** é o primeiro titulado na história do estado do Rio de Janeiro, em 1999. Está localizado entre os povoados de Pedras Azuis e Independência, a 13 km do centro do município de Paraty (RJ). Com uma área de aproximadamente 287 hectares, é banhado pelo Rio Carapitanga e abriga cerca de 170 famílias quilombolas divididas por 13 Núcleos Familiares. Existem atividades econômicas, como o restaurante e o turismo de base comunitária, que envolvem intercâmbio em rede com comunidades pesqueiras e dependem da comercialização do pescado.

O **Quilombo Santa Rita do Bracuí** está localizado no Distrito de Cunhambebe, no município de Angra dos Reis (RJ). Seu território tradicional abrange desde a faixa costeira e se estende pelo percurso do Rio Bracuí até a divisa com o estado de São Paulo. É uma comunidade cuja área se estendia originalmente até o litoral, mas que foi fragmentada pela grilagem e implantação do Condomínio Bracuhy. Ainda assim se verifica a relação de proximidade com o litoral, com a pesca e a foz do rio Bracuí. Historicamente, há uma relação sociopolítica e cultural com a comunidade caiçara da Praia do Recife.

Recomenda-se ainda incluir o **Quilombo Sertão de Itamambuca**, que não foi incluído na lista do Plano de Trabalho da Fase 3. Este quilombo se formou

a partir de uma fazenda de café do século XIX que com o fim da escravidão ficou ocupada pelos antigos escravizados que trabalharam nela. Do alto do Mirante do Caxambu se avista uma vasta amplidão do território, o mar, os morros, os costões e as praias do centro da cidade.

A infraestrutura para o desembarque de escravizados na região envolvia pontos de entrada em ilhas e enseadas abrigadas, para fugir da fiscalização no período entre 1831 e 1850, quando o tráfico de escravos era ilegal no Brasil, mas continuou sendo realizado (Pessoa, 2018). Fazendas entre o litoral e a Serra do Mar serviam de pontos de apoio para o fluxo de escravos dirigido ao Vale do Paraíba (Agostini, 2011; 2019). Com o recrudescimento da fiscalização pós-1850 e o naufrágio do último tumbeiro, o Brigue Camargo, em 1852, na Baía da Ilha Grande, defronte à Praia do Frade, a economia escravista entrou em declínio, resultando no abandono e até mesmo na doação de fazendas para ex-escravizados, como foi o caso da Fazenda Santa Rita, no Bracuí (Richter et. al, 2024). Esse corredor negro (Santos, 2019), localizado entre o mar e a serra, é formado por quilombos e comunidades negras, que não chegaram a se constituir como territórios coesos, mas que trazem no corpo e no território as suas origens.

A abertura da BR-101 e a chegada de grileiros e empresários contribuíram para reduzir e fragmentar territórios quilombolas, afastando-os do acesso ao mar. Foi o que ocorreu no caso dos três quilombos que devem entrar para participarem da Fase 3 do Projeto Redes. Ainda assim, os vínculos com a atividade pesqueira no rio e no mar permanecem, de forma integrada a outras práticas como o turismo de base comunitária, a cozinha tradicional, com diversos pratos com peixe e frutos do mar, e as redes de troca com comunidades mais próximas ao litoral. Desse modo, seus modos de vida se tornam ameaçados pelos impactos gerados pelo aumento da produção de petróleo e gás offshore e todas as atividades a ela relacionada

Em todos os casos aqui descritos, a atividade pesqueira e a relação com de proximidade com o mar estão presentes nas comunidades, que têm sofrido historicamente processos de perda territorial que resultaram na interdição ou ao menos a dificuldade do acesso ao mar e seus recursos. Mantê-las excluídas dos processos formativos e organizativos só teria a função de perpetuar as históricas exclusões a que têm sido submetidas pela desterritorialização e a deterioração das condições ambientais que impactam a manutenção de seus modos de vida.

Incorporar essas comunidades de forma integrada ao Projeto Redes é uma oportunidade de aprender com elas e de tornar mais coesa as formas de organização comunitária que preconizam o apoio recíproco entre povos e comunidades tradicionais para incidirem na gestão de seus territórios e na gestão ambiental pública, objetivo precípua da linha de ação A dos PEAs (Ibama, 2010).

Referências bibliográficas

A VIDA EM CLOSE. *Maré Cheia de Cinema*. 2018.

ACSELRAD, Henri. As práticas sociais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumaré; Fund. Heinrich Boll, 2004, p. 13-35.

AGOSTINI, C. Mundo Atlântico e clandestinidade: dinâmica material e simbólica em uma fazenda litorânea no sudeste, século XIX. Tese de Doutorado, História/UFF, Niterói, 2011

AGOSTINI, Camilla. Temporalidades e saberes inscritos em ruínas e memórias. *VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. Vol. 13, 1, 2019

ALENTEJANO, Paulo; AMARO Jr. Jurandir; SILVA, Lucas Gentil D. da. Luta por terra e reforma agrária no Rio de Janeiro (1950-2018). *Geographia*, 24 (52), 2022

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. 2. ed. Manaus: UEA Edições, 2021

ALVALÁ, Regina CS; BARBIERI, ALISSON FLÁVIO. Desastres naturais. Mudanças climáticas em rede: um olhar interdisciplinar. São José dos Campos, SP: Inpe, v. 1, p. 203-230, 2017.

ANDRADE, Kelen Martins et al. Anuário da sala de situação do CEMADEN 2017. 2019.

ARRUDA, R. Comunidades Tradicionais e Territorialidade. *Revista de Antropologia*, v. 61, n. 2, p. 53-72, 2018.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BOCAINA. Fórum de Comunidades Tradicionais . Fundação Oswaldo Cruz. — Rio de Janeiro: Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, 2023. 219 p.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Resolução nº 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 58-63, 18 mar. 2005.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2007.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 8 jan. 2007.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Política Nacional de Cultura Viva*. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021. Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 05 maio 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 16, de 4 de agosto de 2009. Dispõe sobre o Termo de Autorização de Uso Sustentável – TAUS. Brasília: MMA, 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006.

BRASIL. Nota Técnica nº 01/2010 – Linha de Ação A. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Brasília, 2010.

CANTER, L. W.; KAMATH, J., Questionnaire checklist for cumulative impacts: Environmental Impact Assessment Review [ENVIRON. IMPACT ASSESS. REV.], vol. 15, no. 4, pp. 311-339, 1995

CARDOSO, Beatriz; RICCI, Fábio. O desenvolvimento tardio no litoral norte de São Paulo: influência da infra-estrutura de transporte (séc. XVIII-1960). Revista Ciências Humanas, Vol 6, n. 1, 2013

CARVALHO, Isabel Cristina Domingues Hipólito. Análise de recorrências de eventos de desastres naturais com base no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD) e séries históricas de precipitação no Brasil: uma contribuição metodológica. 2019.

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra. Glossário de defesa civil estudos de riscos e medicina de desastres. Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria Especial de Políticas Regionais, Departamento de Defesa Civil, 1998.

CEPED/UFSC – Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. *Relatórios técnicos de apoio ao S2iD*. Florianópolis: CEPED/UFSC, 2011.

COELHO NETTO, A. L.; FREITAS, L. E. ; ROCHA, V. Mudanças ambientais e climáticas relacionadas com ameaças e perigos naturais no sistema da paisagem: medidas não-estruturais para redução de riscos de desastres (RRD). In: A. T. Guerra; Hugo A. S. Loureiro (org.). Paisagens da Geomorfologia: temas e conceitos no século XXI (in press). 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 2022, v. 1, p.323-370.

COLETIVO DE ASSOCIAÇÕES DA ILHA GRANDE. Solicitação de providências quanto à instalação e funcionamento dos biodigestores nas comunidades da Praia Vermelha e Praia do Japariz – Ilha Grande. Angra dos Reis, 18 ago. 2025. Carta.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SABESP). Ofício CLA nº 24886/2025 (46.955/2024). São Paulo, 24 jan. 2025.

CRUZ, Valter do Carmo. O território como palavra-chave: uma abordagem territorial da geograficidade. In: CONFLICTOS TERRITORIALES Y TERRITORIALIDADES EN DISPUTA: re-existencias y horizontes societales frente al capital en América Latina. 1. ed. v. 1. Buenos Aires: CLACSO, 2021. p. 101-121.

DA SILVA, G. P., PARKINS, J. R.; NADEAU, S.. 2020. Social Impact Assessment Methods for Predicting Cumulative Effects involving Extractive Industries and Indigenous People. Project Report #20-02. Department of Resource Economics and Environmental Sociology, University of Alberta. Accessed at <https://www.ualberta.ca/resource-economics-environmental-sociology/research/project-reports>

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Núcleo Especializado de Promoção da Igualdade Racial e de Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais (NUPIR). Ofício COOR NUPIR nº 26: Fornecimento de Água para as Comunidades Tradicionais em Búzios e Vitória, Ilhabela. [São Paulo], 04 nov. 2024. Disponível em: https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento.

DEFESA CIVIL DE SÃO SEBASTIÃO. *Relatório das ocorrências de maio de 2019*. São Sebastião: Prefeitura Municipal, 2019.

DIEGUES, A. C.. Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar. São Paulo, SP:Ática, 1983.

DIEGUES, A. C. S. O mito moderno da natureza intocada. 5. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB/USP, 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos, e R. SALLES (orgs.), 1988, “Ciências Sociais e o Mar no Brasil”, II Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil, São Paulo, NUPAUB-USP.

DIEGUES, Antonio Carlos. Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil. São Paulo: NUPAUB; PROBIO-MMA, 2000

DIEGUES, Antonio. A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira. São Paulo: Nupaub/University of São Paulo, 2004.

FARO, A. R. Organização comunitária e a produção do comum: potências e contradições na comunidade caiçara da Praia do Sono. 244 p. Tese de doutorado em Geografia. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2021.

FEITOSA, A. e SILVA, I.. Conflitos por terra e repressão no campo na região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo et. al. Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946- 1988) [Relatório Final]. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.

FIOCRUZ. *Base de Dados do Projeto Redes – Cultura, Artesanato e Comunicação Popular*. Rio de Janeiro: Fiocruz/OTSS, 2025.

FIOTEC – Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde. Relatório de Atualização do Diagnóstico Participativo – Projeto Redes. Rio de Janeiro: Fiotec, 2024.

FIOTEC. *Plano de Trabalho – Projeto Redes (Fase 3). Pressupostos Conceituais*. Rio de Janeiro: Fiotec, 2024.

FIOTEC. Plano de trabalho do PEA Costa Verde Fase 2 (Projeto Redes), 2021

FIOTEC. Projeto Político Pedagógico da Rede de Formação Socioambiental. Fiotec, 2024

FIOTEC. Relatório anual do Projeto Redes, 2022.

FIOTEC. Relatório das atividades iniciais da Rede de Formação Socioambiental – Maré de Saberes. Fiotec, 2024

FRAGA, Joana Stingel. Mudanças socioambientais históricas e resultantes geohidroecológicas em áreas de manejo (Quilombo do Campinho da Independência, Paraty, RJ). Tese de Doutorado, PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2021

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Petrópolis: Paz e Terra, 2009 [1968]

GALLO, Edmundo. Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina: desafios para a agendas territorializadas de desenvolvimento sustentável. In: E. Gallo e V. Nascimento (org.) O território pulsa: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina: soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019

GALLO, Edmundo; NASCIMENTO, Vágner (org.) O território pulsa: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina: soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

IBAMA. Nota técnica CGPEG/DILIC/IBAMA 01/2010. Ibama, 2010

IBAMA. Orientações pedagógicas do Ibama para elaboração e implementação de Programas de Educação Ambiental no licenciamento de atividades de produção e escoamento de petróleo e gás. Brasília: Ibama, 2005.

INCUBADORA DE TECNOLOGIAS SOCIAIS (ITS); FÓRUM DE COMUNIDADES TRADICIONAIS (FCT). Frentes de Agroecologia e Cozinha das Tradições: Eixos, Produtos da Sociobiodiversidade e Espaços de Comercialização. 2025. Relatório interno.

INEA – Instituto Estadual do Ambiente. *Relatório de Impactos Ambientais da Baía da Ilha Grande*. Rio de Janeiro: INEA, 2015. IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Dossiês e políticas de salvaguarda do patrimônio caiçara*. Brasília: IPHAN, 2019.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Referências culturais brasileiras: patrimônio imaterial*. Brasília: IPHAN, 2018.

ISAAC-NETO, P. B. et al. Automonitoramento da pesca artesanal: uma experiência participativa na Amazônia brasileira. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 7, n. 2, p. 373-386, 2012.

KOBIYAMA, Masato et al. *Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos*. Curitiba: Organic Trading, 2006.

LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico*, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2002.

LOPES, Luiz Carlos O. Processos de territorialização, circulação e mobilização étnico-política dos Guarani (Mbya) do litoral da Costa Verde. Tese de Doutorado, CPDA/UFRJ, Rio de Janeiro, 2019

MACHADO, Lia Osorio. Angra dos Reis: por que olhar para o passado? Diagnóstico Sócio-Ambiental do Município de Angra dos Reis, Convênio FURNAS-UFRJ, Rio de Janeiro, 1995

MARCHEZINI, Victor. Dos desastres da natureza à natureza dos desastres. *Sociologia dos Desastres*, 2009.

MINERAL ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE. Projeto de Educação Ambiental. Diagnóstico MINERAL. *Diagnóstico Participativo – PEA Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mineral Engenharia e Meio Ambiente, 2014.

MINERAL. *Relatório Final PEA Costa Verde – Fase 1*. Rio de Janeiro: Mineral Engenharia e Meio Ambiente, 2020.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. *Diretrizes para Turismo de Base Comunitária e sustentabilidade cultural*. Brasília, 2020.

MONGE, R. P. M. A disputa de Territorialidades na Península da Juatinga Município de Paraty/RJ. 2019. 230 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2019.

MONIÉ, F. *Globalização, redes e território*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

MOURA, E.; DIEGUES, A. C. *Saberes tradicionais caiçaras e patrimônio cultural*. São Paulo: Nupaub/USP, 2019.

NASCIMENTO, Carlos. *Urbanização e conflitos territoriais em Angra dos Reis*. Rio de Janeiro: UFF, 2004.

NINA, Alex Santiago; DE ALMEIDA, Oriana Trindade; LOBO, Ivonês Damasceno. Banco de dados sobre desastres naturais no Brasil: uma análise comparativa entre o EM-DAT E o S2ID. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 36, n. 1, 2021.

NOGUÉ, Joan. Sentido del lugar, paisaje y conflicto. *Geopolítica(s)*, Madrid, v. 5, n. 2, p. 155-163, 2014. ISSN 2172-3958.

NUNES, Lucí Hidalgo. *Urbanização e desastres naturais*. Oficina de Textos, 2015.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais. Genebra: OIT, 1989.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro; COELHO NETTO, Ana Luiza. Processos interativos homem-floresta na evolução da paisagem da Ilha Grande, RJ. *GEOUERJ, Revista de Geografia da UERJ*, 8, 2000

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Guidelines for Drinking-water Quality. 4. ed. Geneva: WHO, [s.d.]. p. 83.

OSTROM, E. Elinor Ostrom and the Commons. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

OTSS – Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina. *Relatório Perdas e Danos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2023.

OTSS. Carta de Paraty – I Encontro Internacional de Territórios e Saberes. Disponível em: <https://www.otss.org.br/post/carta-final-do-1%C2%BA-encontro-internacional-de-territorios-e-saberes-eits>

OVIEDO, Antonio F. P; ROBLAS, Juan. As florestas precisam das pessoas. Paper. Instituto Socioambiental, 2022 Disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/florestas-precisam-das-pessoas>

PACTOMAR. Pesca Artesanal e conflitos costeiros e marinhos no litoral de São Paulo (SP). PRADO, Deborah Santos. MARTINS, Ivan Machado, CHRISTOFOLETTI, Ronaldo Adriano (orgs). Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), 2022.

PAIXÃO, Carolina Franco. A Educação Ambiental a serviço dos Povos e Comunidades Tradicionais: conflitos socioambientais e as ações formativas com comunidades em Angra dos Reis/RJ. Dissertação de Mestrado, UERJ, Rio de Janeiro, 2024

PARMIS Consultoria. *Plano Macrorregional de Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras – Eixo 4*. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em https://maress.furg.br/images/PARMIS_Documentos_2_e_3_31072023_v2.pdf

PARQUE DA SERRA DO MAR; PARQUE DA BOCAINA. *Relatórios técnicos e diagnósticos sobre conflitos territoriais*. São Paulo/Rio de Janeiro: ICMBio, 2014.

PAULA, Fernanda Folster de. A guerra ontológica e contra-colonial pelos territórios tradicionais caiçaras: um estudo da Baía de Castelhanos (Ilhabela/SP). 2024. 1 recurso online (488 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/22887> . Acesso em: 30 mai. 2025.

PEA-RJ. *Diagnóstico Participativo*. Rio de Janeiro: IBAMA/Mineral, 2014.

PEREIRA, Isabel Brasil et al. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz; Expressão Popular, 2012.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz; SZTUTMAN, Renato. Notícias de uma certa confederação tamoió. *Mana* 16(2), 2010

PESSOA, Thiago Campos. Sob o signo da ilegalidade: o tráfico de africanos na montagem do complexo cafeeiro (Rio de Janeiro, c.1831-1850) *Tempo*, vol. 24, núm. 3, Setembro-Dezembro, 2018

PETERSEN, Paulo et al. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: ASPTA – Agricultura Familiar e Agroecologia, 2009.

PETROBRAS. *Empreendimentos na Bacia de Santos: etapas 1 a 4*. Rio de Janeiro: Petrobras, [s.d.]. Disponível em: <https://comunicabaciadesantos.petrobras.com.br/empreendimentos>.

PIMENTEL, Laís Amanda R. Escola é território: contribuições para o PPP de uma escola do campo do norte da Ilha Grande. Trabalho de Conclusão de Curso. Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Territórios e Saberes – Teresa. UFF, 2023

POCIDONIO, E. A. L.; SILVA, T. M. Município de Angra dos Reis-RJ: Sensibilidade das Encostas e Conservação do Patrimônio Natural. In: VIII Simpósio Nacional de Geomorfologia, 1. 2010, Recife - PE. Anais [...]. Disponível em: <http://lsie.unb.br/ugb/sinageo/8/6/10.pdf> Acesso em: 19 out. 2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. *Revista Eletrônica da AGB*, n. 3, ano 3, 2006

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN, Danilo Pereira. Geografia dos Conflitos por Terra no Brasil (2013). Expropriação, Violência e R-Existência. In: P. C. L. Flores; L. G. Guerreiro (org.) *Pueblos originarios en lucha por las Autonomías*. Buenos Aires: CLACSO, 2014

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; Wilson Martins Lopes Jr. Catástrofes socio-naturais: a questão fundiária-imobiliária na tragédia do Litoral de São Paulo (2023). Instituto de Estudos Latino-Americanos/UFSC. Disponível em <https://iela.ufsc.br/catastrofes-socionaturais-a-questao-fundiaria-imobiliaria-na-tragedia-do-litoral-de-sao-paulo-2023/> Acesso em 20 out 2024.

PRADO, Deborah Santos; MARTINS, Ivan Machado; CHRISTOFOLETTI, Ronaldo A. (org.) Pesca artesanal e conflitos costeiros e marinhos no litoral de São Paulo (SP). Santos: UNIFESP, 2022

PROJETO POVOS. Territórios do Carapitanga. OTSS: Paraty, 2019

PROJETO POVOS: Território, identidade e tradição. Territórios do Sul de Ubatuba / Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina.

PROJETO REDES. Base de Dados – GT Pesquisa (2025). Rio de Janeiro: Fiocruz/Fiotec, 2025.

PROJETO REDES. *Relatório Anual e Planilhas de Monitoramento*. Rio de Janeiro: Fiotec, 2021–2025.

PROJETO REDES. Tabela de Atividades e Registros de Campo (jun/2021–mai/2025). Rio de Janeiro: Fiocruz/Fiotec, 2025.

QUINTAS J. S. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. Brasília, 2008. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/E_DUCACAO_NO_PROCESSO_DE_GESTAO_AMBIENTAL_PUBLICA.pdf

REGO MONTEIRO, Licio Caetano; FRANÇA, Indira A.; BORGES, Júlia B. Gestão de Territórios e Saberes – Teresa: a construção de uma pós-graduação na Baía da Ilha Grande. Anais do IV CONGEO, São Paulo, 2023

REGO-MONTEIRO, Licio Caetano do; MONGE, Ricardo Papu; PAIXÃO, Carolina Franco. Conflitos Ambientais e Territoriais na Baía da Ilha Grande e no Litoral Norte Paulista: A Pesquisa no Projeto Redes. In: Anais do Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território - CONGEO. São Paulo(SP) USP, nov. 2023

REGO-MONTEIRO, Licio Caetano et al. Caderno pedagógico para a elaboração de projetos de educação diferenciada e intercultural: a produção do Guia Turístico Local pelos alunos das Praias do Sono e do Pouso da Cajaíba, 2017

RELATÓRIO FINAL DE DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO - LITORAL NORTE. Relatório do Programa de Educação Ambiental – São Paulo, 2012

RELATÓRIO FINAL DE DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO. Projeto de Educação Ambiental da Costa Verde. Relatório final da Fase 1. 2020.

RELATÓRIO FINAL DE DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO. Relatório Consolidado do Programa de Educação Ambiental – Rio de Janeiro. Baía da Ilha Grande e Baía de Sepetiba, 2014

RELATÓRIO, DE DANOS MATERIAIS E. PREJUÍZOS. DECORRENTES DE DESASTRES NATURAIS NO BRASIL: 1995–2019/Banco Mundial. Global Facility for Disaster Reduction and Recovery.

RIBAS, Marcos Caetano; RIBAS, Rachel Joffily. *O modo de fazer*. [S.l.]: Contest Produções Culturais Eireli-ME, 1983/1984.

RIBEIRO, José Rafael. Meio ambiente, desenvolvimento e democracia: SAPE e a difícil trajetória do movimento ambientalista em Angra dos Reis. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 2007

RIBEIRO, Manuel João. Sociologia dos desastres. 1995.

RICHTER, Monika; COSTA, Marcelo; FOGAÇA, Isabela (org.) Quilombo Santa Rita do Bracuí: cultura, geografia e história. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2024

RIOS, Kássia. Conflitos e resistência: comunidades tradicionais pesqueiras da Bahia. Cadernos dos CEAS, 2016

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos estudos CEBRAP, p. 71-94, 2007.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SÃO PAULO (Estado). Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Núcleo Especializado de Promoção da Igualdade Racial e de Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais (NUPIR). Situação da água nas ilhas de Búzios e Vitória – Ilhabela 2025. Processo nº 1001050-11.2025.8.26.0247. São Paulo, 30 maio 2025. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>.

SCHWARTZ, Stuart. Escravos, roceiros e rebeldes. Bauru: Edusc, 2001

SESC. *Violas brasileiras: circuito 2015/2016*. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2015. 56 p. il. (Sonora Brasil).

SILVA, J. A.; SOUZA, P. R. Fortalecimento institucional da pesca artesanal: estudo de caso em comunidades do litoral norte paulista. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 54, p. 187-205, 2020.

SILVA, Rafaela Mendes. A Cartografia Social como instrumento de luta dos povos e comunidades tradicionais: um estudo da experiência cartográfica da Praia Grande da Cajaíba, Paraty/RJ. 2021. Monografia (Graduação em Geografia) - Instituto de Educação de Angra dos Reis, Universidade Federal Fluminense (UFF), Angra dos Reis, 2021.

SILVA, A. D. F. Território, tensões e conflitos: a resistência territorial dos caiçaras da Praia do Sono em Paraty (RJ). Dissertação de Mestrado em Educação e Humanidades. UERJ. São Gonçalo. 2020

TEIXEIRA, Helena Margarida Medeiros - Acumulação de resíduos tóxicos e perigosos e o seu impacto para a saúde. Ponta Delgada: Universidade dos Açores. 2012. 94 f.. Dissertação de Mestrado.

TOMINAGA, Lúdia Keiko; SANTORO, Jair; AMARAL, Rosangela. Desastres naturais. São Paulo: Editora Instituto Geológico, 2009.

TRINDADE, A. A. C. A humanização do direito internacional. Belo Horizonte. Del Rey. 2006.436 p.

VANCLAY, F. *Conceptualising social impacts*. *Environmental Impact Assessment Review*, v. 22, n. 3, 2002.

VANCLAY, F. et al. *Social Impact Assessment: Guidance for assessing and managing the social impacts of projects*. Fargo: IAIA, 2015.

WALM ENGENHARIA E TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA. Projeto de Educação Ambiental da Costa Verde. Diagnóstico participativo PEA no Litoral de São Paulo. São Paulo. 2012.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: _____. (orgs.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p.11-34.